

## QUINTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2009

**PRESIDÊNCIA: LUISA MORGANTINI**

*Vice-presidente*

### 1. Abertura do período de sessões

*(A sessão tem início às 09H00)*

### 2. Alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros (propostas de resolução apresentadas): ver Acta

### 3. Taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0047/2009) da deputada Ieke van den Burg, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre a proposta de directiva do Conselho que altera a Directiva 2006/112/CE no que diz respeito às taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado (COM(2008)0428 – C6-0299/2008 – 2008/0143(CNS)).

**Ike van den Burg, relatora.** – (NL) Este relatório sobre as taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado tem tido um percurso bem acidentado. Na realidade, já não há qualquer relatório, porque os outros dois grandes grupos, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, não apareceram para votar na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e, sem qualquer aviso, votaram antecipadamente contra, por não lhes agradar a rejeição ou a aprovação de uma ou outra alteração.

Ao proceder desse modo, puseram em grave risco o apoio a esta importante proposta da Comissão. Lamento profundamente, porque esse procedimento deu uma impressão absolutamente errada da posição do Parlamento Europeu. Felizmente, recuaram, tendo declarado agora que a proposta da Comissão pode contar com o seu apoio. Concordámos em que não discutiríamos mais sobre estas alterações durante a plenária, mas que iríamos aceitar a proposta do senhor Comissário Kovács com um "sim" retumbante.

Infelizmente, não obstante, a senhora deputada Lulling laborou sob a impressão errada de que tinha de apresentar novamente as alterações que tinha proposto e que tinham sido rejeitadas, muito embora tal não fosse compatível com a resolução legislativa, nem com o procedimento que estamos a seguir. Aparentemente, existe neste Parlamento uma variante do provérbio latino que diz: *Quod licet Iovi, non licet bovi*, o que é lícito à senhora deputada Lulling não é lícito a um simples MPE. Sem retirar o que quer que seja ao estatuto divino da senhora deputada, exorto-os a não se deixarem confundir por isto e a votarem enfaticamente, no final, a favor da resolução legislativa durante a votação individual. No fim de contas, é disso que se trata. Tal como o Senhor Comissário, conto com o apoio de V. Exas. e parto do princípio de que a senhora deputada Lulling se dará conta de que, se retirar o seu apoio a esta resolução pelo facto de as coisas não terem corrido à sua maneira, ficará em muito pior situação e dará a impressão errada de que se opõe a uma taxa reduzida de IVA.

Este Parlamento tem uma longa tradição de apoiar propostas a favor da aplicação de uma taxa reduzida de IVA a serviços de trabalho intensivo, coisa de que, pessoalmente, me sinto muito orgulhoso. Por iniciativa de um dos meus antecessores, o senhor deputado van Velzen, na Cimeira sobre o Emprego realizada no Luxemburgo em 1997, o Parlamento tomou a seu cargo a missão de apresentar uma proposta de utilização desta taxa reduzida de IVA para incentivar o emprego, tornando os serviços mais baratos, aumentando o seu volume, bem como eliminando o fosso entre trabalho ilegal e legal. Em minha opinião, este objectivo relativo ao emprego é muito importante neste momento. É minha firme convicção que não há a menor dúvida de que a experiência demonstrou os seus efeitos.

O anterior Comissário, senhor Comissário Bolkestein, estava menos convicto e, tal como alguns Estados-Membros, estava mesmo céptico, não querendo utilizar o emprego como objectivo da política fiscal. Em sua opinião, a política fiscal não se destinava a esse fim. Felizmente, o actual Comissário dá-se conta de que isto devia ser visto num contexto mais amplo, motivo por que me regozijo com o facto de ele estar a dar agora uma dimensão estrutural a esta experiência.

Gostaria de acrescentar um breve comentário acerca da situação actual. Muito francamente, não posso imaginar o Conselho a não dar, na actual situação, o seu apoio unânime a esta proposta. No fim de contas, ele está interessado em fazer qualquer coisa relativamente à trágica situação do emprego e à recuperação da economia europeia. Medidas fiscais, incluindo, por exemplo, a redução do IVA na indústria da construção e renovação da habitação, no trabalho de tornar as nossas casas e a nossa herança cultural mais eficientes em matéria de energia, e em todo o tipo de outras coisas, podem dar um impulso ao mercado imobiliário, que neste momento se encontra num grande beco sem saída.

Correndo o risco de estar a explicar o que é óbvio, não é a alteração apresentada pelo Grupo PPE-DE na Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores que coloca a tónica na eficácia energética. Isso já fazia parte da proposta da Comissão. É um aspecto que foi eliminado na alteração 6 e reintroduzido na alteração 7, o que só pode criar confusão. Todavia, é evidente que o Parlamento é grandemente a favor da eficácia energética. Esperamos, por conseguinte, que o Conselho adopte a proposta do Senhor Comissário Kovács e que a importante votação que hoje irá ter lugar não degenere numa questiúncula a nível interno.

**László Kovács, Membro da Comissão.** – (EN) Senhora Presidente, quero agradecer ao Parlamento Europeu a celeridade com que tratou esta proposta, tendo em conta o pedido do Conselho Europeu de Dezembro passado, no contexto do Plano Europeu de Recuperação Económica, de que fosse tomada uma decisão relativamente à redução das taxas do IVA aplicáveis em certos sectores até Março de 2009.

Apraz-me verificar que a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) adoptou um projecto de resolução que aprova a iniciativa da Comissão, e espero que o Plenário siga a mesma linha favorável.

Gostaria de agradecer à Comissão ECON e à relatora, a senhora deputada van den Burg, pelo seu apoio. Com efeito, a rápida adopção desta proposta é necessária para conferir certeza quanto à aplicação de taxas reduzidas a alguns serviços prestados a nível local, bem como a alguns serviços com grande intensidade do factor trabalho, que, de outra forma, teriam de desaparecer no final de 2010. Além disso, é importante garantir a igualdade de oportunidades dos Estados-Membros em sectores como a habitação e a restauração, sectores em que os Estados-Membros não estão, presentemente, em igualdade de circunstâncias.

A actual crise económica e financeira torna ainda mais premente a adopção e a aplicação desta proposta. Não é o momento de destruir empregos, o que poderá vir a acontecer se as taxas reduzidas presentemente aplicadas em 18 Estados-Membros a serviços com grande intensidade do factor trabalho não se tornarem definitivas. Acresce que é importante colocar estas taxas reduzidas rapidamente à disposição dos Estados-Membros. Ao incentivarem os consumidores a gastar em sectores como o da habitação, as taxas reduzidas podem ter efeitos positivos no emprego, nomeadamente na categoria de trabalhadores pouco qualificados, que são precisamente aqueles que correm o risco de ser os primeiros a perder o emprego com a crise actual. Neste contexto, já recomendei ao Conselho a alteração da data proposta para a entrada em vigor da directiva, a fim de permitir que esta seja aplicável o mais depressa possível após uma decisão positiva do Conselho.

No Conselho, a Presidência checa concentra actualmente todos os seus esforços na obtenção de um compromisso em relação a um número limitado de sectores - serviços com grande intensidade do factor trabalho e serviços prestados a nível local – que deverão poder beneficiar de taxas reduzidas, conforme solicitado pelo Conselho Europeu.

Contudo, quero tecer alguns comentários às alterações que foram apresentadas relativamente a esta proposta específica e limitada.

Sobre a alteração 3: no que respeita à exclusão de bebidas alcoólicas dos serviços de restauração, a Comissão respeitou a coerência das políticas comunitárias, nomeadamente a necessidade de coerência entre o IVA e o imposto especial sobre o consumo, mas teve igualmente em conta a política geral de saúde da UE. Contrariando algumas preocupações, a diferenciação entre, por um lado, géneros alimentícios e bebidas não alcoólicas e, por outro, bebidas alcoólicas não implica um importante agravamento da carga administrativa das empresas. Aliás, actualmente, sete dos onze Estados-Membros que aplicam taxas reduzidas aos serviços de restauração excluem, sem qualquer dificuldade, as bebidas alcoólicas.

Sobre a alteração 2: no que respeita à extensão do âmbito de aplicação da taxa reduzida do IVA às máquinas utilizadas pelos agricultores, considero-a desnecessária. Com efeito, o IVA cobrado sobre o equipamento utilizado como factor de produção no sector da agricultura não representa um custo para os agricultores, que têm o direito de deduzir este IVA, como qualquer outra pessoa tributável.

Sobre as alterações 1 e 4: no que respeita às alterações relacionadas com a inclusão do vestuário e do calçado para crianças, gostaria de vos lembrar que a proposta em apreço é uma proposta limitada, que incide, principalmente, nos serviços prestados a nível local e nos serviços com grande intensidade do factor trabalho. Em consequência, não devem ser consideradas neste contexto outras extensões do âmbito de aplicação da proposta. Acresce que, tendo em conta a atitude e as posições assumidas por alguns Estados-Membros, tal extensão comprometeria o apoio unânime da proposta no Conselho, de que tanto necessitamos.

Sobre a alteração 5: a alteração relativa à inclusão de jazigos e campas funerárias é desnecessária, porquanto as actuais disposições já prevêm a aplicação de uma taxa reduzida a estes bens, quando fornecidos por agências funerárias. Além disso, a renovação, a reparação e a manutenção do património cultural e dos monumentos históricos são igualmente abrangidas pela proposta da Comissão em apreço.

Sobre a alteração 7: Posso garantir-vos que a Comissão está muito empenhada em tratar especificamente a questão da aplicação de taxas reduzidas para promover a eficiência energética. Irá fazê-lo no âmbito do “Pacote de Imposto Ecológico” que se encontra presentemente em preparação e que será apresentado ao Conselho e ao Parlamento em Abril.

Para concluir, quero declarar que a proposta irá apoiar a habitação, apoiar as PME e preservar empregos, o que está absolutamente de acordo com o Plano Europeu de Recuperação Económica. Não constitui uma obrigação, mas uma opção: os Estados-Membros podem decidir se a querem ou não aplicar, pelo que a proposta acaba por reforçar a sua soberania tributária.

**Olle Schmidt**, *relator de parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores*. - (SV) Este relatório mostra que a questão dos impostos é delicada e merece o meu respeito. Ao mesmo tempo, no entanto, penso que este assunto poderia ter sido mais bem trabalhado na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, responsável pelo relatório. Estamos agora a apresentar um projecto de resolução legislativa, o que é bom.

Claro que é extremamente importante que o mercado interno não seja prejudicado por uma concorrência irrazoável e desleal. Justifica-se insistir nesta questão nestes tempos em que os auxílios estatais parecem estar em alta.

Contudo, a UE precisa de analisar melhor como poderão as taxas reduzidas do IVA ser utilizadas para promover o emprego e o crescimento económico, especialmente nos mercados locais e em relação aos serviços de mão-de-obra intensiva. É sobre isso que versa a proposta da Comissão. Ou seja, estamos a falar de mais empregos, mas também de como combater a economia subterrânea. Portanto, precisamos de uma redução do IVA em serviços como os de restauração, nas creches, nos serviços de apoio a doentes, pessoas com deficiência e idosos, nos salões de beleza, em produtos novos como os livros áudio, que são muito importantes no meu país, nos CD, nos assentos infantis para automóvel, nas fraldas, e ainda em serviços domésticos como obras de renovação e reparação, e serviços de limpeza.

Na Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, apoiámos inteiramente a linha da proposta da Comissão e acrescentámos as alterações 6 e 7, apresentadas pelo senhor deputado Harbour. Se me permitem um aparte, confesso que não é fácil entender como estes textos e os procedimentos de votação são tratados aqui no Parlamento. Na primeira alteração, salientamos a importância de reduzir a economia subterrânea ou trabalho não declarado. Na nossa outra alteração, o que pretendemos é possibilitar a aplicação de taxas reduzidas de IVA às obras de renovação e reparação com o objectivo de poupar energia. Nestes tempos de crise, impõe-se recorrer às várias maneiras possíveis de reactivar a economia, e a redução do IVA pode dar um contributo importante nesse sentido.

Por fim, temos mais uma vez a proposta da senhora deputada Lulling a favor do álcool. Como de costume, com todo o respeito, rejeito-a veementemente.

**Astrid Lulling**, *em nome do Grupo PPE-DE*. - (FR) Senhora Presidente, o debate de hoje – e os oradores anteriores confirmaram-no – desenrola-se em circunstâncias muito especiais, pois não estamos perante um relatório para o plenário, como é o costume. Sejam claros: foi uma maioria heteróclita que rejeitou o relatório na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

O meu grupo votou contra este relatório, apesar de apoiar veementemente o princípio do alargamento da aplicação de taxas reduzidas de IVA, mesmo para além dos limites propostos pela Comissão Europeia. Tal deveu-se ao facto de todas as nossas propostas de alterações terem sido rejeitadas pelos socialistas e os liberais.

Da nossa parte, foram grandes os esforços envidados para chegarmos a uma solução de compromisso. Aceitámos todas as propostas da relatora socialista. Em contrapartida, a mesma não fez o mínimo esforço para que uma só das nossas propostas fosse aprovada. Sendo assim, Senhora Relatora, não devemos surpreender-nos com o lamentável, e ao mesmo tempo inevitável, resultado da votação.

De uma forma amigável, gostaria de aconselhá-la a mudar de atitude no futuro pois, como diziam os romanos, *errare humanum est, perseverare diabolicum*.

Mas voltemos à temática em debate. No plenário, o meu grupo decidiu reapresentar algumas alterações, as quais emanam igualmente dos colegas da comissão competente. Estas alterações são importantes e, Senhora Relatora, não existem dúvidas de que ninguém pode impedir um deputado de apresentar alterações a um texto ou resolução.

Entre as alterações que propomos, a principal diz respeito à aplicação das taxas reduzidas às bebidas alcoólicas servidas em restaurantes. Esta medida, Senhor Deputado Olle Schmidt, não serviria para incentivar o alcoolismo. Isso é ridículo. Se a proposta da Comissão fosse aprovada, os profissionais da restauração seriam obrigados a aplicar duas taxas diferentes de IVA. Seria uma situação complicada e injustificada. Viva a burocracia! E, acredite no que lhe digo, se não votar pela alteração 3, informarei todo o sector HORECA [hotelaria e restauração] da Europa – que tem uma dimensão considerável – sobre a sua posição, que terá impedido a aplicação de uma taxa reduzida de IVA a todos os seus serviços.

A minha proposta consiste na aplicação da taxa reduzida, se a mesma for aprovada, às refeições e a todas as bebidas. Esta medida parece-me ser de puro bom senso, pelo que creio que o apoio a esta proposta poderia ser unânime. Porquê tornar tudo mais complicado? Porquê falar de questões de saúde pública quando estas não fazem aqui qualquer sentido?

Senhora Presidente, o meu grupo apoia o alargamento do âmbito de aplicação das taxas reduzidas de IVA e insta os nossos governos a dar finalmente seguimento a este processo. Devido à crise económica e ao seu cortejo diário de más notícias, os nossos concidadãos já criaram fortes expectativas relativamente a esta matéria. É agora mais premente a necessidade de adoptar esta medida de apoio ao consumo. Senhora Presidente, faço votos para que a Europa seja também sinónimo de flexibilidade, pois seria certamente um bom sinal.

**Pervenche Berès**, em nome do Grupo PSE. - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, os senhores sabem que o Parlamento está ciente do grau de dificuldade inerente às pastas que vos incumbem. Aqui não existem facilidades, mas no Conselho é ainda pior pois aí é necessário gerir a unanimidade. Espero, portanto, que neste plenário todos votem de forma responsável e coerente. Se considerarmos que a Comissão apresentou uma boa proposta, devemos apoiá-la.

Algumas das alterações propostas foram contestadas e isoladas durante o debate ocorrido no seio da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Os socialistas, fazendo uso do seu sentido de responsabilidade, abstiveram-se de apresentar qualquer tipo de alteração em plenário, pois nestas matérias, se queremos avançar, tudo o que temos a fazer enquanto Parlamento Europeu é apoiar da forma mais massiva possível a proposta da Comissão, caso consideremos tratar-se de uma boa proposta, que é o que acontece neste caso.

O IVA, a subsidiariedade e a necessidade de harmonização fiscal são temas frequentes de debate. O IVA é o exemplo claro de um tema onde temos uma base comum útil. Façamos uso dela! A renovação temporária desta experiência de aplicação de taxas reduzidas do IVA, quando tem como objectivo promover os serviços com grande intensidade do factor trabalho – o que não é necessariamente o caso das bebidas alcoólicas nos restaurantes –, demonstrou-nos que este sistema já deu provas de eficácia, portanto, tratemos de o consolidar! Afastemos a incerteza jurídica, harmonizemos a base de intervenção dos Estados-Membros. Conseguiremos assim estabelecer objectivos coerentes, promover uma harmonização fiscal onde possível e dar um incentivo aos serviços com grande intensidade do factor trabalho. Nos dias que correm, quem poderá recusar tais benefícios? Quem poderia recusar a utilização de reduções fiscais para incentivar a melhoria da eficiência energética do nosso parque imobiliário?

Hoje, tendo em conta o que se passou no seio da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e considerando o desenrolar do debate no Conselho, creio que devemos apoiar veementemente – e espero que com a mais larga maioria possível – a proposta da Comissão. Nesta fase dos debates, o óptimo poderá tornar-se inimigo do bom, e penso que a continuação de uma situação de incerteza jurídica seria incompreensível para os nossos concidadãos.

Temos de consolidar este sistema, que já deu provas de eficácia. É isso que nos propõe a nossa relatora, senhora deputada Ieke van den Burg, e é o que, espero eu, o Parlamento aprovará massivamente, daqui a algumas horas. Deste modo, o senhor Comissário pode levar uma mensagem forte ao Conselho e obter a decisão final que permitirá consolidar este sistema.

**Alain Lipietz**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário, uma vez que esta é uma das últimas oportunidades em que posso fazê-lo, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Kovács pelos esforços, muitas vezes com pouco êxito, que envidou durante os muitos anos que aqui estive, numa situação em que a fiscalidade está sujeita ao princípio da unanimidade e, portanto, sujeita ao veto dos diversos Estados-Membros. A sua tarefa era muito difícil e os seus resultados poderão ter-lhe parecido fracos. Espero sinceramente que esta coroação, materializada nesta directiva, mereça um forte apoio do Parlamento.

A prova irrefutável da excelência do seu trabalho é que, quando quisemos fazer melhor na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, não fomos capazes. Uns puxavam num sentido, outros noutro. Todos nós estávamos convencidos de que podíamos fazer melhor. Pensávamos que conseguiríamos a aprovação das melhores alterações, mas, quando submetíamos o conjunto de alterações a votação, compreendíamos que não funcionava.

Por fim, os coordenadores dos grupos acabaram por concluir que, provavelmente, o senhor comissário Kovács havia encontrado um bom equilíbrio. Assim sendo, os verdes, tal como os outros dois grupos que fizeram uso da palavra, não apresentarão alterações. O Senhor Comissário conseguiu um bom equilíbrio e é um equilíbrio inteligente.

Devido à crise, alguns países efectuaram reduções em todo o âmbito de aplicação do IVA. Para mim, esta medida é claramente um erro. Os Estados-Membros precisam de recursos financeiros e esta não é a melhor altura para aumentar o défice nessa área, mesmo que o motivo seja o de estimular a economia através do consumo. Outro motivo prende-se com o facto de a redução dos preços através da manipulação do IVA conduzir a taxas reais de juros muito elevadas, numa altura em que o Banco Central se esforça por baixá-las.

O Senhor propõe outra estratégia, e tem razão: utilizar o IVA para obter reduções específicas ou alterações específicas dos preços relativos. Mais uma vez, com razão, a sua escolha é feita em função de dois critérios.

Em primeiro lugar, a subsidiariedade, concentrando-se nos produtos não circulantes, nos serviços locais e na construção, visando simultaneamente um segundo critério, a grande intensidade do factor trabalho. Enquanto ambientalistas, teríamos desejado uma alusão explícita à revolução verde, nas áreas que são necessárias para sair da actual crise, a crise do modelo industrial, liberal e produtivista que domina o mundo há mais de 30 anos.

Teríamos desejado que estendesse a aplicação da taxa reduzida do IVA a todos os produtos relacionados com o protocolo de Quioto. Em termos concretos, se combinarmos os serviços locais e a grande intensidade do factor trabalho, concluímos que toda a questão da construção, dos isolamentos e da construção de imóveis com elevada eficiência energética está contida na sua proposta e, para nós, isso é claramente suficiente.

Gostaria ainda de dizer que não estamos de acordo com o argumento apresentado pela senhora deputada Lulling. É certo que a perseverança pode ser diabólica, mas creio que este aforismo pode aplicar-se a ela própria. Poderíamos igualmente referir Mandeville – vícios privados, públicas virtudes. Não encorajamos os vícios privados através dos vícios públicos e defendemos os países que tentam limitar o consumo de álcool.

**Helmuth Markov**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário Kovács, Senhoras e Senhores Deputados, e especialmente Senhora Deputada van den Burg, é lamentável que aqui, no Parlamento, só possamos concordar com a proposta da Comissão e não com o verdadeiro relatório produzido pela senhora deputada van den Burg. Teríamos dado o nosso apoio com todo o gosto a este relatório na sua versão original e felicitamos a relatora. Porém, ele foi rejeitado pela maioria na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários. O factor decisivo foi o voto negativo do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, bem como do Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa. Depois da derrota na votação individual, a comissão não estava preparada para aprovar qualquer relatório, o que muito lamentamos.

Na realidade, temos muito a ganhar com a proposta de directiva apresentada pela Comissão. Congratulamo-nos em particular com o facto de a Comissão fazer uma avaliação positiva dos resultados do

estudo de Copenhaga que foi encomendado pela própria Comissão. O estudo propõe a manutenção, e mesmo o alargamento, de taxas de IVA reduzidas sobre os serviços e outras actividades. Isto assegurará empregos, em particular em pequenas empresas e microempresas, e retirará sectores inteiros da economia paralela, transformando-os numa actividade económica regulada. Na presente crise, esta estabilização é muito importante. Ela assegurará a manutenção e, assim o esperamos, a criação de empregos.

É claro que nós, na esquerda, saudamos a redução do IVA como uma questão de princípio. É sabido que, sendo uma taxa indirecta, o IVA atinge de uma maneira particularmente forte todos os que dependem dos seus salários e os que têm baixos rendimentos. Os que auferem rendimentos elevados e muito elevados devem suportar uma maior carga fiscal. Nos últimos anos, estas pessoas viram a sua carga fiscal reduzida de um modo irresponsável em todos os países europeus.

A proposta da Comissão pretende ser uma regulação de duração ilimitada. Também isto é bem-vindo, pois evitará a situação indesejável de termos de alargar as taxas reduzidas de uns quantos em quantos anos. Criará segurança jurídica para os fornecedores de serviços. Enquanto deputado alemão, sinto-me especialmente satisfeito por o Governo Federal alemão ter finalmente deixado de bloquear uma regulação permanente. Isto é algo de positivo, para variar, proveniente da grande coligação na República Federal da Alemanha.

Das alterações propostas, apoiamos as que são a favor do alargamento das taxas de IVA reduzidas. No entanto, no que se refere ao fornecimento de bebidas alcoólicas, as regulações existentes devem manter-se em vigor. Como sabemos, taxas de IVA mais elevadas nesta área servirão sobretudo para proteger a saúde pública. Por conseguinte, deve também dar-se aos Estados-Membros liberdade de opção a este respeito. Muito obrigado.

**John Whittaker**, em nome do Grupo IND/DEM. - (EN) Senhora Presidente, custa-me a acreditar que possamos estar hoje aqui sentados a discutir pequenas alterações das regras do imposto sobre o valor acrescentado, quando os países da UE enfrentam a pior crise económica e financeira desde a Grande Depressão. Continuamos a fingir que as economias comunitárias não estão tão afectadas pelo crédito mal parado e pela recessão como as demais economias; no entanto, até na Alemanha a produção está a cair à impressionante taxa anual de 8% e as finanças públicas estão no limite, com a receita fiscal a cair e a despesa da segurança social a aumentar, enquanto os governos assumem dívidas privadas e procuram, em vão, fomentar o crescimento.

O caso mais grave é provavelmente o da Grécia, cuja dívida pública, embora reduzida, ainda ascende a 94% e cuja margem de risco da taxa de juros está a regressar aos 3%. A Grécia vai precisar que caucionem a sua dívida – mas quem o fará? Não os alemães, dizem eles. Mesmo os mais fervorosos apoiantes do grande projecto da UE estão agora a ser obrigados a aceitar o facto de que, se a dívida da Grécia não for subscrita, a Grécia pode ser obrigada a sair da zona euro. Talvez ainda mais preocupante seja o terrível risco que diversos países da zona euro correm de não honrarem dívidas da Europa Oriental.

Eu quase tenho pena da Comissão. Há anos que tenta fazer o que lhe dizem, defendendo as regras dos auxílios estatais, da concorrência e dos contratos públicos, regras que são elementos fundamentais do projecto, mas que agora estão a ser completamente ignoradas. O espectáculo mais triste é a declaração proferida pelo senhor Comissário Almunia esta semana, segundo a qual pretende iniciar um procedimento por défice excessivo contra a Espanha, a França e a Irlanda, por estes países terem infringido as regras do Pacto de Estabilidade. Senhor Almunia, por favor, o Pacto de Estabilidade está quebrado. Aliás, nunca teve pernas para andar. Por muito que a prudência das finanças públicas seja essencial para a sobrevivência do euro, não há mais nada que estes países possam fazer em relação aos seus orçamentos.

Sem dúvida que continuarão a ter um ou outro gesto para com a União Europeia, mas a grande prioridade dos governos democraticamente eleitos são as populações que os elegeram. A França e a Alemanha deixaram claro que os seus incentivos fiscais se destinam a ajudar as suas próprias indústrias e os seus próprios trabalhadores. Obviamente, a coordenação só funciona quando as coisas correm bem.

As economias estão nas ruas da amargura em todo o mundo. Algumas sobreviverão. Se algumas economias da União Europeia voltarem a ser prósperas, não será graças à União Europeia ou às suas regras em matéria de IVA.

**Jim Allister (NI)**. - (EN) Senhor Presidente, não me parece que a salvação da nossa economia dependa de pequenas reduções no imposto sobre o valor acrescentado, que é algo que já pusemos em prática no Reino Unido com um impacto positivo, francamente, muito marginal. No entanto, admito que a redução da carga fiscal é um instrumento de incentivo económico. Assim sendo, esta proposta – por muito modesta que seja – que permite reduzir a taxa do IVA aplicável em alguns sectores é naturalmente bem-vinda.

Teria preferido que fosse mais longe, para lá dos limites do tokenismo. A extensão do seu âmbito de aplicação à renovação e à reparação de habitações será o seu aspecto mais positivo, na medida em que urge impulsionar o muito pressionado sector da construção civil, mas, para potenciar o seu efeito, esta extensão não deveria ser aplicada unicamente às obras que visem aumentar a eficiência energética. O sector da construção precisa de ajuda a todos os níveis, não apenas numa base selectiva.

Autorizar os Estados-Membros a procederem a estas pouco significativas reduções da taxa do IVA não significa que estes o façam, porquanto em muitos casos – inclusive no meu país – os ministros das finanças, pressionados pela quebra da receita fiscal irão eventualmente hesitar e terão de ser persuadidos a agir. Mas até eu tenho de reconhecer que, em relação aos aspectos do IVA cobertos por este relatório, pelo menos por uma vez, não poderão culpar Bruxelas se não puserem em prática aquilo que lhes é autorizado por estas propostas.

**John Purvis (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, gostaria de me associar ao presidente da nossa comissão e solidarizar-me com o senhor Comissário Kovács no que respeita à dificuldade que está a ter em fazer passar questões fiscais pela engrenagem comunitária. Tem de usar do máximo tacto político para alcançar a unanimidade.

Embora apoie sem reservas o princípio da subsidiariedade e o direito soberano dos Estados-Membros a fixarem as suas próprias taxas de imposto, gostaria de sugerir aos Estados-Membros que ainda não aproveitaram a facilidade de aplicar taxas reduzidas a serviços prestados a nível local e a serviços com grande intensidade do factor trabalho que pensassem seriamente em fazê-lo.

No país que conheço melhor, que reduziu a taxa geral do IVA em 2,5% – com, conforme referiu o senhor deputado Allister, poucos ou nenhuns resultados económicos visíveis –, penso que essa medida teria sido muito mais eficaz se se tivesse concentrado nas indústrias locais e nos sectores com grande intensidade do factor trabalho e tivesse reduzido substancialmente a taxa do imposto, de 17,5% para a taxa mínima de 5% ou para menos ainda. Teria permitido, muito mais eficazmente, que as pessoas voltassem a trabalhar e que a actividade retomasse.

Sectores como o da renovação e ampliação de casas, a melhorias destinadas a aumentar a poupança energética e, eventualmente, trabalhos paisagísticos e de jardinagem, bem como, conforme referiu a senhora deputada Olle Schmidt, os cuidados a idosos e a criança, são os únicos susceptíveis de criar emprego e, provavelmente, de aumentar a receita fiscal, uma vez que os novos empregados pagam, naturalmente, os seus impostos.

A concentração nestes domínios é uma situação vantajosa para todos, pelo que apelo aos Estados-Membros que ainda não aproveitaram esta possibilidade, incluindo, especialmente, o meu país, que o façam.

**Joel Hasse Ferreira (PSE).** - O interesse da aprovação desta proposta de directiva reside essencialmente na forma como pode contribuir para dinamizar a actividade económica no plano local e apoiar actuações no plano social. Esta aplicação de uma taxa reduzida tem grande importância no domínio da habitação, tanto na construção como na renovação, permitindo aos Estados-Membros que a adoptem reduzir o respectivo custo para o utilizador final.

A prestação de serviços locais, nomeadamente por empresas de pequena dimensão, pode também ser beneficiada por esta redução da taxa de IVA, segurando e gerando mais e melhor emprego através do fomento do consumo de bens e serviços, estimulando desta forma a própria economia.

A actividade de restauração, fundamental para o bom funcionamento das economias locais, e o próprio incremento do turismo podem, assim, ganhar bastante no plano local com esta redução da tributação do IVA. Estes serviços, caros colegas, não devem circular no mercado interno europeu, o que ajudará a diminuir as reservas de alguns Estados-Membros já verificadas no plano do Conselho. Por isso, não posso concordar com a extensão desta taxa reduzida a equipamentos, seja qual for o pretexto.

O modo prudente como deve ser tratada esta proposta no Parlamento Europeu não deverá dar pretexto aos governos que têm algumas reservas face à proposta da Comissão Europeia para usarem na prática o direito de veto que a legislação europeia ainda lhes confere em questões fiscais. Assim, aqui há que prudentemente rejeitar alterações sem grande sentido que só dificultam a aceitação do texto. Como já aqui foi referido, não só o óptimo é inimigo do bom, como quem tudo quer tudo perde.

Esta proposta de directiva é importante não só para o reforço das economias locais como corresponde às ambições repetidamente expressas por diversos Estados-Membros. Apoiemos, pois, a proposta da Comissão

tal como ela foi apresentada, foi esse, aliás, o sentido do voto, com o meu acordo, da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores.

Saúdo o trabalho dos relatores e apelo à aprovação desta proposta nos termos exactos em que veio da Comissão e que foi votada na Comissão Parlamentar do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores.

**Danutė Budreikaitė (ALDE).** – (LT) A regulamentação das reduções do IVA tem sido, desde há muito, uma área que exige uma abordagem sistémica. Se é permitida uma redução das taxas de IVA, todos os países deveriam ter o direito a beneficiar dela, não apenas aqueles que lutaram para ganhar esse direito, mas este é um problema para o futuro. Neste momento, aquilo de que precisamos é de tomar decisões urgentes para superar a crise económica. A proposta da Comissão abrange serviços com grande intensidade do factor trabalho e serviços prestados a nível local para os consumidores finais privados, incluindo os serviços de restauração, sem prejudicar o correcto funcionamento do mercado interno. Existem, no entanto, dúvidas quanto ao facto de os serviços de restauração mencionados possuírem apenas significado local, ou se não iriam incentivar diferentes condições de concorrência nas regiões fronteiriças, causando impacto no turismo. O meu país, a Lituânia, em luta com a crise económica, aboliu as reduções do IVA. O Governo baseou esta decisão na avaliação efectuada pelo Serviço Nacional de Auditoria, segundo a qual são os fabricantes quem mais beneficia com uma redução do IVA, mas quem beneficia com um aumento do IVA? O crescimento dos preços, desproporcionado em relação a um aumento do IVA, mostra claramente quem beneficia. Esta mesma ideia foi mencionada no Parlamento Europeu aquando do debate sobre a redução do imposto especial sobre o consumo de combustível. Representantes da Comissão Europeia defenderam que tal não vai reduzir os preços do petróleo. Apraz-me constatar que a proposta da Comissão, que está a ser debatida, usa uma avaliação diferente da consultora "Copenhagen economics". Talvez a Comissão possa explicar a todos o conceito de IVA, a sua influência sobre as empresas e os consumidores e indicar quais as medidas que existem, e, além disso, se elas existem mesmo, a fim de proteger o consumidor do produtor, dado que tais casos são característicos de muitos países. Concorro em que a redução do IVA deve ser aplicada com as considerações económicas e sociais de que cada cidadão deve ser capaz de adquirir os bens e serviços de que mais precisa e com o objectivo de reforçar e apoiar os serviços prestados a nível local.

**Dariusz Maciej Grabowski (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, a UE enfrenta presentemente o desafio económico mais sério da sua história. Primeiro, a crise exige uma análise profunda dos erros inerentes à estratégia económica que tem sido seguida até à data. Segundo, precisamos de recomendações quanto a soluções eficazes para o futuro. Neste contexto, merecem ser analisados a eficácia e os resultados do sistema fiscal e do IVA. Não há dúvida, no entanto, de que o sistema tributário e a taxa de IVA devem obedecer aos princípios de liberdade, independência e soberania dos Estados-Membros. Com efeito, a nossa resposta a um sistema fiscal harmonizado é um 'Não' rotundo.

Os novos Estados-Membros, muitos dos quais são menos desenvolvidos e têm uma estrutura demográfica específica, com um grande número de jovens, necessitam de políticas fiscais completamente distintas das dos antigos Estados-Membros da União Europeia. Por este motivo, nos países recentemente admitidos, a taxa de IVA deveria ser o mais baixa possível. Entretanto, como eu próprio já tive oportunidade de propor, o IVA deveria ser reduzido em toda a União Europeia na esfera dos bens culturais, para produtos como os CD, por exemplo. Por outro lado, também deveriam ser tributadas as operações financeiras e de natureza especulativa. O que hoje acontece, no que respeita a capitais transferidos dos Estados-Membros mais recentes, é impossível de controlar e contrário aos preceitos ideológicos fundamentais da UE.

**Luca Romagnoli (NI).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me com a relatora van den Brug e com todo o Parlamento caso seja aprovada esta proposta, destinada a alterar as disposições da directiva IVA.

Trata-se de uma proposta que garantirá finalmente a igualdade de oportunidades a todos os Estados-Membros e que melhorará o funcionamento do mercado no que se refere às taxas reduzidas do IVA, respeitando de forma inteligente a subsidiariedade, uma vez que deixa aos Estados a possibilidade de aplicar taxas reduzidas do IVA aos serviços com grande intensidade do factor trabalho e aos serviços fornecidos a nível local, tais como os serviços mais significativos do ponto de vista social, relacionados com a habitação, os cuidados pessoais, etc., e mais genericamente aplicáveis em benefício das pequenas e médias empresas.

Partilho, portanto, o desejo da relatora de que este instrumento contribua para a criação de um sistema fiscal capaz de promover o emprego, aumentar a produtividade e reduzir a economia subterrânea.

**Paolo Bartolozzi (PPE-DE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Parlamento Europeu tem desde sempre seguido a evolução do IVA, quer para efeitos da harmonização entre os



Estados-Membros, quer no que se refere à sua regulação para dar resposta a situações conjunturais, quer no sentido de ter em conta as derrogações concedidas com carácter transitório aos países que aderiram à UE recentemente. Muito embora se trate de uma abordagem global, esta caracterizou-se necessariamente até hoje por uma flexibilidade de aplicação das taxas, quer para ter em conta a especificidade dos sectores de produção, quer devido a factores de carácter económico e social.

A proposta em apreço destina-se, porém, a alargar o âmbito de aplicação das taxas reduzidas do IVA a um leque de serviços que inclui os serviços com grande intensidade do factor trabalho, de restauração, os serviços fornecidos a nível local, de construção e disponibilização de habitações, bem como os serviços fornecidos a grupos sociais desfavorecidos.

Longe, portanto, de ter como objectivo a harmonização do IVA na totalidade os Estados-Membros, a directiva analisada pretende garantir a igualdade de oportunidades a todos os Estados-Membros, em conformidade com o princípio de subsidiariedade, oferecendo-lhes autonomia para estabelecer taxas reduzidas. Consequentemente, os consumidores serão induzidos a transferir para a economia formal algumas actividades desenvolvidas no âmbito da economia local ou subterrânea, favorecendo o crescimento económico sem distorções no funcionamento do mercado interno. Recorde-se, no entanto, que para a maior parte dos serviços em questão já é possível beneficiar de taxas reduzidas, embora apenas num número limitado de Estados-Membros e por um período restrito.

Contudo, permanece em aberto o debate sobre a aplicação de taxas reduzidas para a protecção do ambiente, a poupança energética, devendo a Comissão fornecer avaliações específicas nesta matéria, dada a importância destes sectores para a economia da União Europeia.

**Dariusz Rosati (PSE).** – (PL) Senhora Presidente, ao juntar a minha voz ao debate sobre a proposta da Comissão relativa à redução das taxas do imposto sobre o valor acrescentado, gostaria de chamar a atenção para as consequências da mesma no que respeita a mitigar o impacto da crise actual. No momento presente, os Estados-Membros precisam de ferramentas eficazes para proteger os empregos e evitar uma recessão. A redução da taxa de IVA aplicada aos serviços com grande intensidade do factor trabalho vai ao encontro deste objectivo. Ao reduzir a carga fiscal das PME, a redução facilita o acesso a serviços básicos e protege o emprego. Por outro lado, não desvirtua a concorrência no mercado interno, por ser destinada a apoiar empresas que fornecem serviços locais, nem representa uma ameaça para a receita do Estado, já que a introdução de taxas mais baixas continua a ser uma medida voluntária. Este Parlamento deveria apoiar a proposta da Comissão e desejo ao Senhor Comissário Kovács o maior êxito em convencer o Conselho a adoptá-la.

**Mariela Velichkova Baeva (ALDE).** – (BG) A proposta da Comissão Europeia relativa a uma redução permanente das taxas do IVA para os serviços fornecidos a nível local, incluindo serviços de grande intensidade do factor trabalho, é oportuna e visa a racionalização e simplificação através das necessárias alterações e afinações e a criação de potencial para o crescimento do emprego em sectores com mão-de-obra pouco qualificada, enquanto restringe as actividades da economia subterrânea, mantendo os postos de trabalho e assegurando o tratamento igual dos Estados-Membros, incluindo dos seus operadores económicos.

Um dos principais argumentos a favor da redução das taxas de IVA é o facto de permitir uma distribuição mais positiva dos rendimentos após o consumo, ao reduzir o custo do cabaz de compras das famílias de baixo rendimento e aumentando o das famílias de elevado rendimento. As alterações ao nível da estrutura de consumidores também levam a alterações do PIB, da produtividade da economia formal e à redução da actividade na economia subterrânea, tais como serviços no sector doméstico e outros serviços locais que são objecto da presente proposta da Comissão Europeia. Obviamente, o benefício líquido potencial da redução das taxas de IVA depende não apenas das características do sector relevante, mas também do ambiente económico específico dos Estados-Membros relevantes. Por exemplo, aumentar o âmbito da redução das taxas de IVA em sectores de mão-de-obra não qualificada pressupõe um mercado de trabalho inflexível, enquanto que no sector alimentar pressupõe diferenças significativas ao nível do consumo das famílias de baixo rendimento e das famílias de elevado rendimento.

Devemos ainda ter em conta que a aplicação da redução das taxas de IVA também implica uma redução das receitas fiscais. Em termos do PIB, significa uma variação de entre meio por cento e um e meio por cento do PIB dos diferentes Estados-Membros. Finanças públicas estáveis durante o actual período de perturbação económica permitirão aos governos lidar com os défices estruturais no período actual. Mesmo os governos que possuem margem de manobra irão recorrer a opções tais como a redução das taxas de IVA nos serviços de grande intensidade do factor trabalho, para alcançar outros objectivos das suas políticas económicas.

Atendendo aos factos e argumentos acima referidos, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa irá apoiar a proposta da Comissão, com vista a assegurar um apoio consistente no Parlamento Europeu nesta fase importante do processo de tomada de decisão.

**Roberta Angelilli (UEN).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a proposta de alargar o âmbito de aplicação das taxas reduzidas do IVA a alguns serviços com grande intensidade do factor trabalho, de restauração, de manutenção e de construção no sector da habitação representa uma importante oportunidade, devido aos efeitos económicos positivos para o mercado e para o emprego, justamente no período de grave crise económica que estamos a atravessar. Não haverá quaisquer alterações das condições de concorrência, havendo, sim, a oportunidade de dar um pequeno impulso à produção e de estimular o consumo, criar novos postos de trabalho e ir ao encontro das expectativas das empresas e das famílias.

No meu entender, seriam ainda desejáveis outras medidas de alargamento do âmbito de aplicação das taxas reduzidas do IVA, abrangendo por exemplo os designados "serviços verdes" com o objectivo de promover as políticas ambientais. No que se refere ao texto em votação, é particularmente louvável a proposta de reduzir o IVA nas fraldas para bebés e nos serviços de apoio à infância. Em várias ocasiões, este Parlamento solicitou à Comissão e aos Estados-Membros uma maior coordenação entre as políticas macroeconómicas e as políticas sociais, justamente para dar resposta ao aumento das novas situações de pobreza. De facto, não podemos deixar de recordar que actualmente cerca de 17% das famílias europeias vive abaixo do limiar de pobreza e uma em cada cinco crianças é pobre.

Intervirá agora o Conselho, e espero que este possa aprovar esta proposta com a maior brevidade possível e abrir um debate mais alargado e mais ambicioso para a promoção de políticas fiscais à medida das empresas, mas também à medida das famílias, e dar início a um alargamento da redução do IVA a todos os produtos dirigidos à infância.

**Valdis Dombrovskis (PPE-DE).** – (LV) Senhora Presidente, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, no Plano Europeu de Recuperação Económica, recomenda-se que os Estados-Membros procedam a uma redução temporária do IVA para estimular o consumo. Além disso, a Comissão Europeia preparou uma proposta para alargar as opções dos Estados-Membros na aplicação das taxas reduzidas de IVA. Uma maior aplicação das taxas reduzidas de IVA não só estimulará a recuperação económica como também contribuirá para a criação de novos postos de trabalho e para a diminuição do trabalho não declarado. As alterações à proposta de directiva ampliam de modo significativo as oportunidades para a aplicação das taxas reduzidas de IVA. Estão contemplados os serviços de restauração, as obras de renovação e reparação em habitações e locais de culto, os serviços que necessitam de mão-de-obra intensiva nos mercados locais, os assentos infantis para automóvel, as fraldas para bebé, etc. Do ponto de vista da política económica e ambiental, também é importante aplicar uma taxa reduzida de IVA aos equipamentos e serviços que promovem a poupança e a eficiência energética. Solicito que a Comissão Europeia considere esta questão o quanto antes e prepare propostas nesse sentido o mais rapidamente possível. Estas mudanças são bem-vindas e demonstram que a União Europeia está disposta a enfrentar a crise económica com rapidez e até ao limite de suas capacidades. Espero que também o Conselho apoie essas mudanças. Resta apelar para que os Estados-Membros aproveitem estas novas possibilidades de aplicação de taxas reduzidas de IVA. Obrigado pela vossa atenção.

**Antolín Sánchez Presedo (PSE).** – (ES) Senhora Presidente, sou a favor de que os Estados-Membros possam aplicar, de forma harmonizada e por tempo indefinido, taxas reduzidas de IVA a certos serviços de interesse social e a serviços com grande intensidade do factor trabalho fornecidos a nível local.

Constatou-se que as medidas deste tipo proporcionam aos cidadãos um maior poder de compra, melhoram o ambiente e a produtividade das PME e consolidam a economia formal. Nestes tempos de recessão, estas medidas podem estimular a recuperação, o crescimento e o emprego.

É positivo o alargamento das taxas reduzidas às fraldas para bebés e aos equipamentos para as pessoas com deficiência, aos livros electrónicos, às obras de saneamento e de reciclagem ambiental, a todas as habitações, aos lugares de culto e ao património cultural e artístico, aos serviços de restauração, às actividades de jardinagem e aos serviços de cuidados pessoais. Por isso, enquanto se aguarda o próximo pacote em matéria de eficiência energética, apoio o relatório da senhora deputada van den Burg e confio em que no próximo mês será alcançado o acordo político que permitirá a sua implementação tão rapidamente quanto possível.

**Margaritis Schinas (PPE-DE).** – (EL) Senhora Presidente, antes de abordar o tema do debate, permita-me tecer um comentário sobre o ataque indescritível e doloroso desferido pelos eurocépticos atrás de mim contra a zona euro e a economia grega; refiro-me simplesmente às declarações do Comissário Almunia e do Presidente

Trichet, que garantiram a esta Assembleia que a coesão na zona euro não está em risco, que as nossas defesas colectivas estão a funcionar e, no que toca à economia grega, gostaria de informar o senhor deputado Whittaker que ele tem de se acostumar à ideia de que somos ainda um dos poucos países a registar crescimento positivo e uma baixa taxa de desemprego, mesmo nestes tempos muito difíceis que atravessamos. Os eurocépticos são anti-Bruxelas, anti-Frankfurt, agora começaram a ser "anti-everything"!

Voltando agora ao relatório hoje em debate, quero dizer que é necessário olharmos para esta questão a partir de duas perspectivas: da perspectiva de quando toda a história começou, quando ainda não estávamos em tempo de crise, e da perspectiva da situação em que nos encontramos agora, com a maior crise económica a atingir profundamente a economia real da Europa.

Durante a primeira fase, antes da crise, a ideia era centrar a atenção nos sectores de mão-de-obra pouco intensiva, como é o caso da restauração, porque tínhamos aí um impacto, sobretudo nos preços elevados e no custo de vida. Agora, porém, com a crise a afectar muitos países se não todos eles -, há também a ideia de que o Parlamento, enquanto porta-voz das opiniões políticas da sociedade, também deveria fazer um esforço para olhar para questões que naquela altura, no início, não estavam contempladas, como é o caso das máquinas agrícolas, que o meu grupo tem a possibilidade de propor na alteração 2.

Agora no que respeita a estas contradições que vemos na ala esquerda do Parlamento, em que determinadas questões como os aspectos energéticos dos edifícios, são uma boa ideia, mas outras, tais como a agricultura ou o álcool, são uma má ideia, considero que o melhor juiz é o cidadão, não os políticos.

**Proinsias De Rossa (PSE).** - (EN) Senhora Presidente, a prioridade do Parlamento Europeu hoje deve ser a de conseguir que a proposta da Comissão que visa alargar e conferir um carácter permanente à opção de reduzir as taxas do IVA aplicáveis aos serviços com grande intensidade do factor trabalho seja aprovada com a mais vasta maioria possível. Não é o momento para grandes aparatos políticos ou para promover os nossos projectos favoritos. Em todos os Estados-Membros, todos os dias milhares de pessoas pouco qualificadas perdem os seus empregos. Já ficou demonstrado que taxas reduzidas do IVA fomentam o emprego no sector dos serviços, ajudam as PME e, naturalmente, retiram atractivo à economia informal.

A nossa responsabilidade, hoje, nesta Assembleia é a de transmitir aos governos dos nossos Estados-Membros a mensagem inequívoca de que devem ir em frente. O sector da construção necessita desesperadamente de incentivo: as renovações, reparações e instalações contribuirão para aumentar a eficiência energética, ao mesmo tempo que ajudam o emprego. A restauração, a guarda de crianças e a prestação de cuidados a idosos também beneficiarão.

Apoio a abordagem do relator e espero que o meu próprio governo, o Governo irlandês, adira a esta proposta, o que, infelizmente ainda não aconteceu.

**Silvia-Adriana Țicău (PSE).** - (RO) No ano passado, a Comissão propôs um plano de recuperação económica que está a provar-se ser muito difícil de implementar. Os Estados-Membros e os seus governos devem ser proactivos, especialmente durante esta crise.

Os Estados-Membros podem aplicar taxas reduzidas de IVA ao fornecimento de gás natural e electricidade, aos sistemas de aquecimento ou refrigeração, ao vestuário e calçado de criança, aos livros, jornais e revistas, produtos farmacêuticos e equipamento médico para deficientes, bem como a serviços de restauração. Basta ter visão e vontade política.

O sector da construção é o que tem maior número de postos de trabalho. Concordo inteiramente com a necessidade de permitir aos Estados-Membros aplicar taxas reduzidas de IVA aos trabalhos de renovação e de reparação que se destinem a aumentar a poupança e a eficácia energética.

Como relatora para a Directiva relativa ao rendimento energético dos edifícios, propus mesmo taxas reduzidas de IVA para os equipamentos de baixo consumo energético e os associados ao sector das energias renováveis. Apoio a proposta da relatora e acredito que esta medida é particularmente importante, especialmente na crise actual.

**David Martin (PSE).** - (EN) Senhora Presidente, saúdo a proposta da Comissão, que considero uma resposta inteligente à crise que atravessamos. Tal como outros colegas que usaram da palavra, e sem dúvida como o último orador, acredito firmemente que esta proposta deve ser aplicável à poupança de energia e que os Estados-Membros devem conferir grande prioridade às medidas de poupança de energia.

A redução dos custos das instalações domésticas permite realizar três dos objectivos que nos são caros. Reduz os danos para o ambiente, porquanto reduz as emissões de CO<sub>2</sub>, contribui para a criação de emprego, na medida em que as medidas de poupança energética requerem grande intensidade do factor trabalho, e, em terceiro lugar, a longo prazo reduzirá, naturalmente, as facturas de energia dos idosos e de outros grupos vulneráveis da sociedade.

Espero que a Comissão consiga avançar com esta proposta, que consiga convencer os Estados-Membros que até agora se mostraram inamovíveis e que não deixe de salientar que a proposta pode ser interpretada como incluindo as medidas de poupança energética.

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, o fenómeno da chamada "economia subterrânea" é um problema muito grave que, em maior ou menor grau, afecta todas as economias. A sua causa principal reside numa carga fiscal excessiva imposta pelo Estado, que leva a que alguns empresários desenvolvam actividades não declaradas, procurando fugir aos impostos, o que resulta em enormes prejuízos para os orçamentos e num aumento do trabalho não declarado.

Neste contexto, a introdução, a longo prazo, de taxas reduzidas de IVA aplicáveis aos serviços com grande intensidade do factor trabalho, e aos serviços fornecidos a nível local de forma permanente, merece especial apoio, pois constitui um incentivo para as empresas desenvolverem a sua actividade na economia formal. A redução de IVA contribuirá igualmente para aumentar a produtividade e o emprego. No entanto, também devem ser considerados resultados menos positivos, como a introdução de taxas reduzidas para promover a livre concorrência no seio do mercado interno, ou uma diminuição da receita orçamental. Deste modo, são essenciais medidas equilibradas e transparentes, já que uma das condições essenciais para o êxito desta iniciativa é conquistar a confiança dos nossos empresários.

**Margarita Starkevičiūtė (ALDE).** – (LT) Gostaria de abordar o imposto sobre o valor acrescentado sob dois pontos de vista – justiça social e competitividade. Do ponto de vista da justiça social, o imposto sobre o valor acrescentado é regressivo, ou seja, as pessoas de mais baixos rendimentos enfrentam uma carga maior e, por isso, temos de aumentar os subsídios sociais. Talvez devêssemos fazer o oposto. Sob o ponto de vista da competitividade, a Europa é uma economia de serviços. Podemos competir à escala global, usando os nossos serviços para atrair turistas e, sem dúvida, é importante que esses serviços sejam baratos. Comparado com os EUA, o nosso imposto sobre vendas, ou imposto sobre o valor acrescentado, é muito mais elevado. Talvez devêssemos considerar esta perspectiva, quando falamos de uma maior coordenação da política fiscal, embora, evidentemente, tudo isto seja uma questão para os Estados-Membros decidirem.

**Ewa Tomaszewska (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, os efeitos da crise já são claramente visíveis no sector da construção de casas na Polónia, apesar das necessidades prementes do país no domínio da habitação. A Polónia ainda não restabeleceu inteiramente o parque habitacional que foi destruído na II Guerra Mundial. Sou a favor de uma redução significativa nas taxas de IVA, em particular no sector da construção de casas para habitação, bem como dos projectos de isolamento térmico e de reabilitação, acima de tudo, mas não só, com o objectivo de proteger o emprego e a coesão social. O envelhecimento da população na Europa impõe-nos uma atenção especial à esfera da prestação de cuidados, e gostaria, por este motivo, de referir a necessidade de uma redução das taxas de IVA também neste sector.

**László Kovács, Membro da Comissão.** – (EN) Senhora Presidente, estou perfeitamente ciente das imperfeições das propostas da Comissão: sei que as propostas são modestas e de âmbito limitado. Mas estou igualmente ciente da relutância de alguns Estados-Membros em relação às taxas reduzidas do IVA em geral e à extensão das taxas reduzidas do IVA em particular. Esta relutância impõe, seguramente, limites às nossas ambições, na medida em que necessitamos de unanimidade no Conselho.

A Comissão tinha duas possibilidades: A primeira era apresentar uma proposta ambiciosa, aliás, plenamente justificada, e correr o risco de ela não ser aprovada pelo Conselho. Nesse caso, os 18 Estados-Membros que presentemente aplicam taxas reduzidas do IVA a serviços prestados a nível local e a serviços com grande intensidade do factor trabalho teriam de voltar a aplicar a taxa normal. Um aumento da taxa do IVA de 5-6% para 20-25% levaria certamente à falência milhares de pequenas e médias empresas e ocasionaria a perda de dezenas de milhares de empregos, numa altura de grave crise económica.

Em consequência, a Comissão optou pela segunda possibilidade, que, esperemos, obterá o apoio unânime do Conselho, salvando empregos, apoiando as PME e impulsionando o sector da construção civil.

Dado que muitos oradores referiram a questão da eficiência energética, gostaria de repetir aquilo que afirmei nas minhas observações introdutórias: em Abril, avançaremos com uma proposta centrada nas alterações

climáticas e na eficiência energética, com uma revisão da directiva relativa à tributação da energia e com o Pacote de Imposto Ecológico, que propõe taxas reduzidas de IVA para os serviços ecológicos que visem aumentar a eficiência energética.

A compreensão e o apoio expressos neste debate são para mim um incentivo. Agradeço ao Parlamento pelo seu apoio e compreensão, e, em especial, à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e à senhora deputada Ieke van den Burg pelo seu trabalho.

**Ieke van den Burg, relatora.** – (EN) Senhora Presidente, estou satisfeita com este debate. A proposta da Comissão é quase unanimemente apoiada, e eu espero que esse facto incentive o senhor Comissário a realizar reuniões de acompanhamento com o Conselho sobre esta matéria.

Observei ainda que muitos dos meus colegas afirmaram que gostariam que os seus governos utilizassem este instrumento na presente crise. Gostaria de sublinhar uma vez mais que, especialmente no que se refere à eficiência energética e à renovação de edifícios, estamos perante um excelente instrumento. Espero que mesmo o Conselho procure coordenar actividades em relação a esta matéria e decida que estas medidas devem ser adoptadas conjuntamente, porque tal acção conjunta representaria um novo avanço, um novo impulso para a economia.

A nível nacional, temos a tarefa de convencer os nossos colegas nacionais e os nossos governos nacionais de que, na actual situação, estes devem utilizar instrumentos mais bem direccionados e mais eficazes para criar mais emprego – não apenas para não perder empregos, mas também para criar novos empregos -, para legalizar a economia paralela e para colocar estes serviços de nível local à disposição de muitos consumidores e cidadãos que não deixarão de sentir os efeitos da crise.

Penso que se trata de um excelente instrumento e espero, sinceramente, que o Conselho aceite esta decisão e, mais do que isso, possa coordenar-se e decidir aplicar este instrumento.

**Presidente.** – (IT) Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

*(A sessão, suspensa às 10h10 enquanto se aguarda o período de votação, é reiniciada às 10H35)*

#### **Declarações escritas (Artigo 142.º)**

**Christine De Veyrac (PPE-DE), por escrito.** – (FR) Caros colegas, congratulo-me com o facto de finalmente estar a ser abordada, neste Hemiciclo, a questão do alargamento do âmbito de aplicação das taxas reduzidas do IVA dos Estados-Membros a todo um conjunto de bens e serviços.

O texto que a Comissão Europeia apresentou em 28 de Janeiro de 2009 propõe a aplicação de taxas reduzidas do IVA a vários sectores, entre os quais a restauração.

É uma medida que anseio ver aplicada há vários anos. Após anos de imobilismo, espero que os Estados-Membros cheguem finalmente a um consenso sobre esta matéria.

A proposta da Comissão Europeia surge no seguimento da declaração alemã de 20 de Janeiro, onde este país afirmou já não se opor à aplicação de uma taxa reduzida neste sector. Esta simultaneidade de acções permite-nos ter esperança no surgimento de mudanças significativas.

Nestes tempos de crise, penso que uma medida desta natureza, caso se concretize, permitirá aumentar os salários dos trabalhadores do sector e permitirá aos proprietários de estabelecimentos de restauração contratar mais mão-de-obra.

O texto que hoje se encontra em votação deve ser um sinal inequívoco nesse sentido.

Obrigada pela vossa atenção.

**Nathalie Griesbeck (ALDE), por escrito.** – (FR) A harmonização fiscal constitui, para os nossos concidadãos, uma garantia fundamental da luta contra as disparidades económicas e o *dumping* social na Europa. Como tal, exorto o Conselho a direccionar os seus esforços nesse sentido.

Entretanto, parece evidente que a aplicação de medidas derogatórias à taxa do IVA pode, em certos casos, tendo em conta as especificidades económicas e sociais de cada Estado-Membro, provocar um efeito de alavanca nas actividades dos serviços fornecidos a nível local, incluindo os serviços com grande intensidade

do factor trabalho. Congratulo-me igualmente com o facto de esta proposta de directiva permitir aplicar uma taxa reduzida do IVA a certos serviços ligados ao sector da construção e aos serviços de restauração.

Gostaria ainda de agradecer à Comissão, destacando a inclusão de adaptações de carácter técnico, pelas quais ansiávamos juntamente com os membros do Intergrupo da Família e Protecção da Criança e que têm a ver com a aplicação de uma taxa reduzida de IVA aos produtos de primeira necessidade para crianças, nomeadamente fraldas para bebés, que representam um encargo significativo no orçamento dos jovens casais. O mesmo acontece em relação a certos equipamentos para pessoas com deficiência; estas disposições vão no bom sentido.

**Mieczysław Edmund Janowski (UEN)**, *por escrito*. – (PL) A esfera tributária é da alçada dos Estados-Membros. No entanto, para o bom funcionamento do mercado e a coesão, deveria existir um quadro comum que permitisse eliminar ambiguidades e garantir a transparência da lei. Os cidadãos do meu país não conseguem compreender o motivo pelo qual, na Irlanda e no Reino Unido, se aplica uma taxa zero de IVA aos produtos infantis, e no Luxemburgo uma taxa de 3%, quando a Polónia se prepara para aumentar a sua de 7 para 22%.

Neste momento, em que atravessamos uma crise económica difícil, é fundamental procurar soluções que fomentem o aumento da produtividade e o crescimento do emprego. A harmonização das isenções de IVA é assim altamente aconselhável, de forma a prevenir as discriminações que poderiam resultar da aplicação deste imposto. A redução das taxas de IVA aplicadas aos serviços com grande intensidade do factor trabalho, e aos serviços fornecidos a nível local, incluindo o sector da restauração, deve ser encarada como uma medida muito positiva, em particular para as PME e os artesãos. Esta redução de custo também beneficiará os consumidores, naturalmente. Além disso, a iniciativa também contribuirá para reduzir a "economia informal" e o trabalho não declarado. Apoio, por todos estes motivos, as regras simplificadas e mais claras da Directiva 2006/112/CE, a Directiva IVA, uma vez que o objectivo consiste em criar uma situação de igualdade entre todos os Estados-Membros. Valeria a pena, no momento presente, realizar um debate objectivo sobre a lógica de aplicar a taxa sobre bens e serviços da forma como tem sido aplicada até à data. Em determinados países, como os Estados Unidos da América, por exemplo, existem outras modalidades de tributação indirecta que, de um modo geral, contribuem para uma economia mais dinâmica, flexível e eficiente. É um tema a que já me referi no passado recente.

**Véronique Mathieu (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Numa altura em que a Europa é chamada a enfrentar uma grave crise económica, a adopção deste relatório permitirá redinamizar o sector dos serviços, pois insta os Estados-Membros a aplicar uma taxa reduzida de IVA de 5% aos serviços com grande intensidade do factor trabalho e aos serviços fornecidos a nível local. Tais serviços integrariam a restauração, os serviços de assistência ao domicílio e os salões de cabeleireiro.

A harmonização do IVA afigura-se necessária pelo facto de onze Estados-Membros beneficiarem actualmente de derrogações e aplicarem taxas reduzidas de IVA aos serviços de restauração, por exemplo.

As taxas reduzidas do IVA terão efeitos positivos em termos de criação de emprego e de luta contra a economia subterrânea, estimulando simultaneamente a procura local.

Na minha opinião, é preciso ir ainda mais longe e considerar também a hipótese de aplicar uma taxa reduzida aos produtos culturais, tais como CD ou vídeos, e aos produtos ecológicos, como os automóveis ecológicos ou os edifícios construídos segundo normas ambientais rigorosas. A redução do IVA em certos sectores permitirá relançar a actividade das PME, promovendo simultaneamente o surgimento de uma economia mais respeitadora do ambiente.

**Rovana Plumb (PSE)**, *por escrito*. – (RO) Em Julho de 2008, a Comissão Europeia adoptou uma proposta para a aplicação de taxas reduzidas de IVA a partir de 2010.

Os sectores visados em particular por esta medida são os serviços com grande intensidade de mão-de-obra e os serviços prestados localmente a consumidores locais, tais como os serviços ligados ao sector da habitação e renovação dos sistemas de aquecimento de residências, bem como os serviços ligados a serviços individuais de saúde e à indústria de restauração.

A proposta também faz parte da iniciativa da Lei das Pequenas Empresas que tem por objectivo estimular a actividade nas mais de 23 milhões de pequenas e médias empresas existentes na União Europeia, com vista a desenvolver a economia e criar novos empregos.

Apoio este relatório, porque a redução das taxas de IVA em áreas particularmente específicas traz benefícios, já que constitui um meio de criar um sistema fiscal que promove o emprego, aumenta a produtividade e reduz a economia paralela, especialmente na actual crise financeira.

Apelo à Comissão para que supervisione de perto a aplicação destas taxas reduzidas de IVA nos Estados-Membros, com vista a garantir o bom funcionamento do mercado interno. Os meus parabéns à relatora.

**José Ribeiro e Castro (PPE-DE)**, *por escrito*. – O debate e a votação de hoje quanto às taxas de IVA reduzido dará um sinal claro ao Conselho, na linha do que, ao longo de anos, o Intergrupo da Família e Protecção da Criança vem insistindo. Entre as várias alterações que apoio, destaco aquelas que tocam directamente em produtos para crianças. É uma importante medida de apoio às famílias com filhos, permitindo reduzir encargos fiscais injustos que lhes são aplicados. Saúdo a proposta da Comissão para resolver de vez o absurdo do contencioso das fraldas e a questão das cadeirinhas para crianças mais pequenas. Mas é importante também, como o grupo PPE promoveu, que a taxa de IVA reduzido possa ser aplicada ao calçado e vestuário para criança em toda a UE e não só nos Estados-Membros que tinham esse regime em 1991. Exigimos ao Conselho que não fique atrás do Parlamento e vá tão longe quanto se impõe na compreensão das necessidades e aspirações legítimas das famílias. Espero que estejamos, finalmente, no encerramento, com sucesso, de uma longa luta e insistência da sociedade civil e de deputados deste Parlamento em defesa dos direitos fiscais da família que não deve ser penalizada pelos filhos que gera, sustenta e educa.

**Bogusław Rogalski (UEN)**, *por escrito*. – (PL) A igualdade de condições em todos os Estados-Membros, e o reforço da transparência e da coesão no interior das fronteiras da UE, são questões de importância essencial, já que a redução das taxas de IVA vai contribuir para o bom funcionamento do mercado interno.

Os Estados-Membros deveriam poder aplicar uma taxa reduzida de IVA aos serviços fornecidos a nível local, por exemplo. A aplicação da taxa reduzida deve, sem qualquer dúvida, ser uma escolha dos Estados-Membros, pois o sistema tributário deve fomentar o emprego, contribuir para o aumento da produtividade e travar a "economia informal". É também fundamental harmonizar as isenções de IVA, pois isto ajudará a garantir uma abordagem equilibrada e uniforme por parte dos Estados-Membros, evitando ao mesmo tempo efeitos indesejáveis da aplicação de taxas reduzidas de IVA.

A redução do IVA aplicado aos serviços com grande intensidade do factor trabalho e aos serviços fornecidos a nível local produzirá certamente efeitos positivos, pois reduzirá os níveis de trabalho não declarado, tornando-o uma opção menos atraente e gerando, deste modo, uma maior procura na economia formal. No entanto, a redução das taxas deve ser aplicada com cuidado, de modo a não prejudicar o bom funcionamento do mercado interno.

Os objectivos políticos de redução do IVA são combater o trabalho não declarado e diminuir os encargos administrativos excessivos.

**Eoin Ryan (UEN)**, *por escrito*. – (EN) Estamos a atravessar uma crise mundial, mas uma crise mundial que se faz sentir localmente. A confusão começou do outro lado do Atlântico, mas afectou as nossas cidades, as nossas vilas e as nossas aldeias. As medidas introduzidas para combater esta crise e para recuperar as nossas fragilizadas economias não devem focar unicamente o nível nacional e internacional, mas também o nível regional e local.

A extensão das taxas reduzidas do IVA aos serviços prestados a nível local e aos serviços com grande intensidade do factor trabalho representa um passo positivo nesta direcção. Trata-se de uma decisão pragmática com potencialidades para fomentar a economia local e incentivar as empresas e as indústrias locais, sem interferir com o bom funcionamento do mercado interno.

Espero que esta medida possa fazer parte de uma abordagem mais geral adoptada pela UE e pelas autoridades nacionais no intuito de incentivar os consumidores a comprarem localmente e de reforçar as economias locais e a confiança dos consumidores.

Esta abordagem terá seguramente um impacto positivo nas pequenas e médias empresas. Este aspecto é crucial, porquanto, embora as PME representem 99% das empresas europeias, o sector está a ser afectado pela crise actual. Estou persuadido de que o reforço e o apoio das PME são fundamentais para a recuperação das nossas economias e para a construção de um futuro económico e social sustentável.

**Marianne Thyssen (PPE-DE)**, *por escrito*. – (NL) Senhora Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, há anos que o Parlamento Europeu advoga o alargamento da lista de bens e serviços a que, opcionalmente, seja

possível aplicar uma taxa reduzida de IVA. O apelo nos Estados-Membros a favor de uma taxa reduzida sobre coisas como serviços de restauração, renovações e pequenas reparações, como consertos de sapatos, tem-se tornado cada vez mais insistente.

São três as razões para este facto: a harmonização europeia das normas em matéria de taxas de IVA promove a transparência e o funcionamento sem problemas do mercado interno, actuando como incentivo à luta contra o trabalho não declarado. Além disso, podemos, finalmente, esperar o termo de uma época de períodos consecutivos de experiências e a segurança jurídica de um problema que subsiste há muito. Em tempos de crise, estas medidas podem constituir um importante incentivo para alguns sectores da indústria.

Esse o motivo por que subscrevo o relatório van den Burg e aguardo ansiosamente um acordo político no dia 10 de Março, no Conselho ECOFIN.

#### **PRESIDÊNCIA: WALLIS**

*Vice-presidente*

#### **4. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta**

#### **5. Período de votação**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)*

##### **5.1. Plano de acção sobre a mobilidade urbana (votação)**

##### **5.2. Revisão das disposições do regulamento sobre o procedimento das petições (A6-0027/2009, Gérard Onesta) (votação)**

– *Antes da votação:*

**Brian Crowley**, em nome do Grupo UEN. - (EN) Senhora Presidente, peço desculpa por interromper a votação.

Ao abrigo do artigo 170.º do Regimento, solicito à Assembleia o adiamento da votação do relatório Onesta, no que respeita ao procedimento de petição, dado que esta questão está actualmente a ser tratada na Conferência dos Presidentes, no contexto da reforma do Regimento do Parlamento. A Conferência dos Presidentes discutirá os aspectos muito específicos da reforma abordados no relatório Onesta numa reunião que terá lugar em 5 de Março de 2009, pelo que solicito que, se possível, a votação deste relatório seja adiada até à sessão de Estrasburgo da segunda semana de Março. Solicito à Assembleia que, se possível, aprove este pedido.

**Gérard Onesta**, relator. – (FR) Senhora Presidente, sejamos claros. Este relatório altera o nosso regulamento, ou antes especifica-o, no que diz respeito à forma como as petições dirigidas à Comissão das Petições são ou não são recebidas, à forma como se fornecem informações aos peticionários, etc.

Esta matéria foi aprovada por unanimidade, menos um voto, creio eu, na Comissão dos Assuntos Constitucionais. Não considero portanto que este relatório seja polémico. Queremos, no entanto, chamar a atenção para um artigo segundo o qual, quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor, se entrar, os autores de uma petição em debate seriam simplesmente informados sobre eventuais petições conexas dirigidas, não ao Parlamento, mas à Comissão Europeia – as famosas petições com um milhão de assinaturas.

Creio que, devido à referência a um futuro e hipotético tratado, este artigo em particular suscita alguns problemas. Para mim, é aceitável um adiamento para 5 de Março, e até mesmo um *speed vote* para suprimir a alteração em causa. Em contrapartida, considero lamentável que não modifiquemos o nosso regulamento nesse aspecto, tendo em conta os problemas que já enfrentámos no passado. Coloco-me nas mãos dos meus colegas.

*(O Parlamento aprova o pedido)*



**5.3. Infra-Estruturas de Investigação Europeias (IIE) (A6-0007/2009, Teresa Riera Madurell) (votação)**

**5.4. Emendas à Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste (A6-0009/2009, Philippe Morillon) (votação)**

**5.5. Um lugar especial para as crianças na acção externa da UE (A6-0039/2009, Glenys Kinnock) (votação)**

**5.6. Informação e consulta dos trabalhadores na Comunidade Europeia (A6-0023/2009, Jean Louis Cottigny) (votação)**

**5.7. Economia social (A6-0015/2009, Patrizia Toia) (votação)**

– Antes da votação:

**Patrizia Toia, relatora.** – (IT) Senhora Presidente, proponho o aditamento de "os componentes" no n.º 12, antes de "economia social", e a eliminação de "como terceiro sector", como está escrito nesta lista.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

**5.8. Saúde mental (A6-0034/2009, Evangelia Tzampazi) (votação)**

**5.9. Planos de acção nacionais de eficiência energética (A6-0030/2009, András Gyürk) (votação)**

**5.10. Investigação aplicada na política comum das pescas (A6-0016/2009, Rosa Miguélez Ramos) (votação)**

**5.11. Carteira profissional europeia para os prestadores de serviços (A6-0029/2009, Charlotte Cederschiöld) (votação)**

– Antes da votação:

**Charlotte Cederschiöld, relatora.** - (SV) Estou cá há tempo suficiente para saber que os meus colegas iriam adorar se a minha intervenção durasse dois minutos. Portanto, não é esse o meu propósito, e limito-me a dizer que estamos perante um exemplo de como, mais uma vez, estamos a tentar fazer com que os cidadãos da Europa mais facilmente possam trabalhar e estabelecer-se além-fronteiras.

Trata-se de um bom exemplo, que pode ser aproveitado nas campanhas eleitorais, e portanto estou satisfeita. A comissão foi unânime em relação a esta questão e é tudo o que tenho a dizer.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

## **6. Boas-vindas**

**Presidente.** – Colegas, tenho o prazer de vos informar que membros de uma delegação de deputados e outros visitantes do Grande Ural (Parlamento) da Mongólia e da Missão da Mongólia junto da União Europeia tomaram lugar na tribuna oficial. É com grande prazer que hoje os recebemos.

(Aplausos)

Os membros da delegação estão em Bruxelas com os seus homólogos do Parlamento Europeu por ocasião da Sétima Assembleia Parlamentar União Europeia-Mongólia. Esta assembleia reforçou a importante e cada vez mais forte relação entre o Parlamento Europeu e o Parlamento mongol. Os visitantes tiveram igualmente

a oportunidade de conhecer, em primeira mão, o funcionamento do Parlamento. Faço votos de que tudo corra pelo melhor durante o resto da estada da delegação na União Europeia.

## **7. Período de votação (continuação)**

**7.1. Acção comunitária relativa à actividade baleeira (A6-0025/2009, Elspeth Attwooll) (votação)**

**7.2. Observatório Europeu do Audiovisual (A6-0010/2009, Ivo Belet) (votação)**

**7.3. Sanções contra empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular (A6-0026/2009, Claudio Fava) (votação)**

**7.4. Estatísticas da produção vegetal (A6-0472/2008, Elisabeth Jeggle) (votação)**

**7.5. Vinhos aromatizados, bebidas aromatizadas à base de vinho e cocktails aromatizados de produtos vitivinícolas (reformulação) (A6-0216/2008, József Szájer) (votação)**

**7.6. Taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado (A6-0047/2009, Ieke van den Burg) (votação)**

**7.7. Alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros (votação)**

**7.8. Relatório anual sobre a PESC (2007) (A6-0019/2009, Jacek Saryusz-Wolski) (votação)**

**PRESIDÊNCIA: PÖTTERING**

*Presidente*

## **8. Sessão solene - República Checa**

**Presidente.** – (CS) Senhor Presidente da República Checa, gostaria de lhe dar as sinceras boas-vindas ao Parlamento Europeu.

Senhor Presidente Klaus, é um prazer para mim e para todos nós aqui dar-lhe as boas-vindas hoje, durante a Presidência Checa da União Europeia, ao Parlamento Europeu, a representação democrática dos cidadãos de uma Europa reunificada.

Ao longo da História, Senhor Presidente, o seu país tem estado sempre no cerne da Europa e tem desempenhado um papel proeminente na configuração da História europeia. Já no século XV, Carlos IV, imperador do Sacro Império Romano, fez de Praga a capital cultural e espiritual da Europa. Temos presente que Jorge de Poděbrady, rei da Boémia, foi um dos primeiros grandes europeus, que, já em 1462, tentou criar uma comunidade de estados europeus. No prosseguimento da tradição do seu país, enquanto cerne do pensamento e da acção europeus, também reconhecemos o importante papel que a República Checa desempenha actualmente na nossa União Europeia comum, um papel que se acentuou com o exercício activo da Presidência da UE que a República Checa tem a seu cargo no actual período de seis meses.

Desde os primeiros dias que a República Checa se viu confrontada com desafios consideráveis, sobretudo a guerra em Gaza e a crise do gás, que levou a que doze Estados-Membros da União Europeia ficassem privados dos seus fornecimentos normais de energia. A Presidência Checa, e especialmente o Primeiro-Ministro Checo e Presidente do Conselho Europeu, Mirek Topolánek, e o Vice-Primeiro Ministro para os Assuntos Europeus, Alexandr Vondra, a quem dou as minhas calorosas boas-vindas a este Parlamento, bem como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Karel Schwarzenberg, desempenharam um papel muito positivo.

A República Checa carrega presentemente uma enorme responsabilidade pela União Europeia. Tendo isto em mente, gostaria de felicitar a República Checa, em particular pela ratificação, por larga maioria, do Tratado de Lisboa pela Câmara Baixa do Parlamento da República Checa, na quarta-feira.

(Aplausos)

Este acordo realça a disponibilidade da Presidência para continuar o processo de ratificação rapidamente e com um desfecho positivo e o seu desejo de contribuir para o êxito do novo tratado, que será muito importante em termos da nossa capacidade para enfrentar os enormes desafios do século XXI.

Senhor Presidente, o Parlamento Europeu tomou nota das prioridades legislativas da Presidência Checa e incluiu-as no seu programa de trabalho. A reunião parlamentar conjunta que teve lugar no Parlamento Europeu no início desta semana, tendo como tema '*A New Deal for European Economic Recovery*', foi também particularmente importante tendo em consideração a actual crise económica.

Senhor Presidente, penso que somos ambos de opinião que as actuais tendências, claramente perceptíveis, de protecção nacional são perturbadoras. Temos de trabalhar em conjunto para contrariar estas tendências, pois estamos todos obrigados a manter um mercado interno aberto e livre, com o qual, no fim de contas, todos beneficiamos. Também a este respeito depositamos grandes esperanças na Presidência Checa, e também em V. Exa., Senhor Presidente, pois é sabido que é um defensor de um mercado interno forte e livre.

Um velho ditado que tem sido transmitido de geração em geração desde o Reino da Boémia diz que é melhor passar dois anos a negociar do que duas semanas a fazer a guerra. Todos nós, incluindo V. Exa., Senhor Presidente, e o povo do seu país, compreendemos o valor do diálogo, do compromisso e da cooperação, coisas que têm sido praticadas com êxito na União Europeia há mais de meio século.

Permita-me que termine dizendo o seguinte: neste contexto, as eleições para o Parlamento Europeu em Junho são também extremamente importantes. Só posso concordar com o Senhor Presidente, quando, no seu discurso em Nova Iorque, apelou aos cidadãos da República Checa para que participem em grande número nas eleições para o Parlamento Europeu.

Senhor Presidente, desejo à República Checa que o resto da sua Presidência da União Europeia seja frutuoso e recheado de êxitos.

**Václav Klaus, Presidente da República Checa.** – (CS) Em primeiro lugar, gostaria de lhes agradecer a oportunidade que me dão de discursar perante o Parlamento Europeu, uma das instituições decisivas da União Europeia. Embora já tenha estado várias vezes aqui, nunca tive oportunidade de falar numa sessão plenária. Por isso, agradeço a oportunidade de o poder fazer hoje. Os representantes eleitos dos 27 países, com o seu amplo espectro de opiniões e ideias políticas, constituem uma audiência única, tal como a própria União Europeia constituiu uma experiência única e, na sua essência, revolucionária durante mais de meio século, procurando melhorar a tomada de decisões na Europa, através da transferência de uma parte significativa do processo de tomada de decisões de cada Estado para instituições pan-europeias.

Vim de Praga, para vos visitar. Praga: a capital da República Checa, o centro histórico da soberania checa e um lugar importante no desenvolvimento do pensamento europeu, da cultura europeia e da civilização europeia. Vim na qualidade de representante do Estado checo, que, nas suas várias formas, sempre fez parte da história europeia, um país que desempenhou frequentemente um papel directo e importante na construção da história europeia e que deseja continuar a fazê-lo.

A última vez que um Presidente checo se vos dirigiu deste lugar foi há nove anos. Tratou-se do meu antecessor na função, Václav Havel, e isto aconteceu quatro anos antes da nossa adesão à UE. Há algumas semanas, o Primeiro-Ministro checo, Mirek Topolánek, também falou aqui, desta vez, na qualidade de líder do país que assumiu a Presidência do Conselho da UE. Na sua intervenção, concentrou-se em tópicos específicos que resultam das prioridades da Presidência checa e dos problemas que os países da União Europeia enfrentam actualmente.

Tal permite-me dirigir-me a vós com temas de natureza mais geral e falar de assuntos que, à primeira vista, possivelmente não são tão dramáticos como as soluções da crise económica actual, o conflito do gás entre a Rússia e a Ucrânia ou a situação em Gaza. No entanto, na minha opinião, eles revestem-se de importância absolutamente fundamental para o desenvolvimento do projecto de integração europeia.

Em menos de três meses, a República Checa comemorará o quinto aniversário da sua adesão à UE e vai fazê-lo de forma digna. Assinalará o aniversário como um país que, ao contrário de alguns outros novos Estados-Membros, não se sente desiludido com expectativas da sua pertença à UE não cumpridas. Não há nada de surpreendente nisso. Existe, até, uma explicação racional para tal. As nossas expectativas eram realistas. Sabíamos muito bem que nos íamos associar a uma comunidade criada e constituída por pessoas e não a uma espécie de estrutura ideal desenvolvida sem interesses, ambições, opiniões e ideias autenticamente humanos. É possível encontrar interesses e ideias na União Europeia a cada passo e não pode ser de outra maneira.

Encarámos a nossa adesão à UE, por um lado, como uma confirmação externa do facto de termos voltado a ser, com relativa rapidez – cerca de quinze anos após a queda do comunismo –, um país europeu normal. Por outro lado, considerámos – e continuamos a considerar – a possibilidade de participar activamente no processo de integração europeia como uma oportunidade de beneficiar das vantagens de uma Europa já altamente integrada, contribuindo, simultaneamente, para o processo com as nossas ideias. Assumimos a nossa parte de responsabilidade pelo desenvolvimento da União Europeia e é precisamente tendo isto em mente que assumimos a nossa Presidência do Conselho da União Europeia. Acredito firmemente que as primeiras seis semanas da nossa Presidência demonstraram, de forma convincente, a nossa abordagem responsável.

Gostaria igualmente de repetir alto e bom som, aqui, neste fórum, e para aqueles de entre vós que ainda não o sabem ou não querem saber, a minha convicção de que não existia, nem existe para nós qualquer alternativa à pertença à UE e que não existe nenhum movimento político relevante no nosso país que possa ou queira pôr em causa esta posição. Por isso, ficámos surpreendidos, recentemente, com os ataques repetidos e crescentes contra os checos, baseados no pressuposto completamente infundado de que estaríamos à procura de um projecto de integração diferente daquele ao qual aderimos há seis anos. Isto não corresponde à verdade.

Os cidadãos da República Checa partem do princípio de que a integração europeia tem uma missão necessária e importante, que entendem, falando em termos gerais, da seguinte maneira: em primeiro lugar, ela consiste na remoção das barreiras desnecessárias e contraproducentes à liberdade humana e à prosperidade que impedem a circulação de pessoas, bens e serviços, ideias, filosofias políticas, mundivisões, esquemas culturais e modelos de comportamento que se formaram, ao longo do tempo, entre vários países europeus, por diversas razões e, em segundo lugar, no zelo conjunto pelos activos públicos que são importantes para todo o continente ou por projectos que não podem ser implementados eficazmente através de meros acordos bilaterais entre dois ou mais países europeus vizinhos.

O esforço pela implementação destes dois objectivos – eliminar as barreiras e fazer uma escolha racional das questões que deveriam ser resolvidas a nível europeu – não está, nem nunca estará terminado. Continuam a existir várias barreiras e obstáculos e existem, certamente, mais decisões tomadas ao nível de Bruxelas do que seria ideal. Existem certamente mais decisões destas do que as pessoas em vários Estados-Membros desejariam. Senhoras e Senhores Deputados, também têm, seguramente, consciência disso mesmo. Por isso, gostaria de perguntar retoricamente se têm sempre a certeza, quando votam, que estão a decidir sobre uma matéria que deveria ser decidida nesta Câmara e não num lugar mais próximo dos cidadãos, por outras palavras, em cada Estado europeu. Há outros potenciais impactos da integração europeia a ser debatidos na actual retórica politicamente correcta, mas tendem a ser de natureza secundária e irrelevante. Têm mais a ver com as ambições dos políticos profissionais e das pessoas ligadas aos mesmos do que com os interesses dos cidadãos comuns dos Estados-Membros.

Disse anteriormente que não existia, nem existe, para os checos qualquer alternativa à pertença à UE – e tenho todo o prazer em o enfatizar e sublinhar –, mas não é senão metade daquilo que eu gostaria de dizer. A outra metade refere-se à afirmação completamente lógica de que existe uma série de alternativas possíveis e legítimas no que diz respeito aos métodos e às formas de integração europeia, tal como existiram durante os últimos cinquenta anos. A história não acaba. Afirmar que o *status quo*, por outras palavras, a composição institucional actual da UE, é um dogma eterno que não pode ser criticado constitui um erro que, infelizmente, continua a proliferar, embora esteja em contradição directa tanto com o pensamento racional, como com toda a evolução histórica ao longo de dois mil anos de civilização europeia. O pressuposto de que uma “União cada vez mais estreita”, por outras palavras, uma integração política cada vez mais profunda dos Estados-Membros, representa a única evolução possível e correcta para a União Europeia constitui um erro semelhante, postulado *a priori*, e, por isso, igualmente fora do alcance da crítica.

Nenhum democrata europeu pode ou deve considerar como algo sacrossanto nem o *status quo*, nem o postulado segundo o qual uma integração mais profunda traz benefícios indiscutíveis. É inaceitável que eles

sejam impostos por pessoas que se consideram – para citar o famoso escritor checo Milan Kundera – “guardiães das chaves” da integração europeia.

Além disso, é óbvio que a disposição institucional da UE não constitui um fim em si mesma, mas sim um meio para atingir fins reais. Estes fins não são senão a liberdade pessoal e um conjunto de disposições económicas que trarão a prosperidade. Por outras palavras, a economia de mercado.

Os cidadãos de todos os Estados-Membros desejam, seguramente, estas coisas, mas, ao longo dos vinte anos após a queda do comunismo, confirmou-se repetidamente que elas são mais desejadas e valorizadas por aqueles que tiveram experiência da tirania durante uma grande parte do século XX e que sofreram os efeitos de uma economia disfuncional, planeada centralmente e estatal. Estas pessoas são legitimamente mais sensíveis e conscientes das manifestações ou tendências que apontam para fins que não a liberdade e a prosperidade. E estas pessoas incluem os cidadãos da República Checa.

O sistema actual de tomada de decisões na UE difere da forma tradicional, historicamente ensaiada e testada, da democracia parlamentar. Num sistema parlamentar normal, existe um grupo que apoia o governo e um outro que apoia a oposição. No entanto, se não me engano, tal não acontece no Parlamento Europeu. Aqui só existe apenas uma alternativa e aqueles que se atrevem a considerar outras alternativas são rotulados de inimigos da integração europeia. Na minha parte da Europa, vivemos até tempos relativamente recentes sob um sistema político no qual não eram permitidas alternativas e no qual não existia, por isso, uma oposição parlamentar. Aprendemos através de uma experiência amarga que não existe liberdade onde não existe oposição. É por isso que devem existir alternativas políticas.

Isto não é tudo. A relação entre os cidadãos dos vários Estados-Membros e os seus representantes na UE não é a relação normal entre eleitores e os seus representantes políticos. Existe maior distância entre os cidadãos da UE e os seus representantes do que acontece nos Estados-Membros e não só no sentido geográfico da palavra, o que é referido de várias formas: défice democrático, perda da responsabilidade democrática, tomada de decisões por funcionários não eleitos, mas seleccionados, burocratização da tomada de decisões, etc. As alterações propostas ao *status quo* incluídas na Constituição Europeia que foi rejeitada ou no Tratado de Lisboa, que não é muito diferente dela, apenas exacerbariam este defeito.

Visto que não existe *demos* europeu, uma nação europeia, este defeito não pode ser resolvido através do reforço do papel do Parlamento Europeu. Tal apenas agravaria o problema e levaria a que os cidadãos dos Estados-Membros se sentissem ainda mais alienados das instituições da UE. A solução não consiste em procurar instilar vida nova na forma actual da integração europeia ou em tentar suprimir o papel dos Estados-Membros em nome de uma nova sociedade civil europeia multicultural e multinacional. Estas são tentativas que falharam no passado, porque não resultaram de uma evolução histórica natural.

Receio que as tentativas de acelerar e aprofundar a integração e, portanto, de deslocar cada vez mais para um nível europeu as tomadas de decisão que afectam os padrões de vida dos cidadãos dos Estados-Membros, possam ter repercussões que ameacem tudo aquilo que de positivo foi alcançado na Europa nos últimos cinquenta anos. Por isso, não subestimemos as preocupações dos cidadãos de muitos Estados-Membros de que as decisões que afectam as suas vidas venham a ser tomadas noutro lugar e sem o seu envolvimento e que a possibilidade de eles influenciarem o processo de tomada de decisões seja muito limitada. O sucesso da UE até à data deve-se, entre outras coisas, ao facto de a opinião e a voz de cada Estado-Membro ter o mesmo peso na votação, não podendo, portanto, ser ignoradas. Não permitamos uma situação em que os cidadãos dos Estados-Membros vivam as suas vidas com um sentimento de resignação de que o projecto da UE não é deles, não está a evoluir tal como eles gostariam e que são meramente obrigados a resignar-se perante este facto. Estaríamos muito fácil e rapidamente a viver de novo em condições que, agora, consideramos, habitualmente, como algo do passado.

Isto também está estreitamente relacionado com a questão da prosperidade. É necessário dizer abertamente que o actual sistema económico da UE implica constrangimentos no mercado e um reforço constante de uma economia controlada centralmente. Embora a história nos tenha provado amplamente que este caminho não leva a lado nenhum, estamos a segui-lo novamente. O nível de restrições à espontaneidade dos processos de mercado e de regulamentação política da economia estão a crescer constantemente. Esta evolução foi ainda mais reforçada recentemente por interpretações incorrectas das causas da actual crise financeira e económica, como se esta se devesse ao mercado, quando a verdadeira causa, pelo contrário, foi a manipulação política do mercado. Volta a ser necessário lembrar a experiência histórica da minha parte da Europa e as lições que aprendemos.

Muitos dos senhores deputados conhecem, certamente, o nome do economista francês do século XIX, Frederic Bastiat, e a sua famosa "Petição dos fabricantes de velas", que continua a ser um texto de referência bem conhecido até hoje, ilustrando o contra-senso da interferência política na economia. No dia 14 de Novembro de 2008, a Comissão Europeia aprovou uma verdadeira petição dos fabricantes de velas, não apenas uma petição fictícia ao estilo de Bastiat, impondo um imposto de 66% sobre as velas importadas da China. Não posso acreditar que um ensaio literário de 160 anos se tenha tornado realidade, mas foi precisamente isso que aconteceu. A inevitável consequência da introdução de tais medidas em larga escala será o atraso económico da Europa e a desaceleração, se não mesmo a paragem do crescimento económico. A única solução consiste na liberalização e desregulamentação da economia europeia.

Digo tudo isto porque me preocupo com um futuro democrático e próspero para a Europa. Estou a tentar lembrar-vos os princípios fundamentais sobre os quais a civilização europeia foi construída durante séculos ou milénios. São princípios intemporais e universais e que, por isso, deveriam continuar a ser aplicados na actual UE. Estou firmemente convencido de que os cidadãos dos diversos Estados-Membros desejam liberdade, democracia e prosperidade económica.

O mais importante neste momento é, claramente, assegurar que não equiparemos o debate aberto destas matérias a um ataque à própria ideia da integração europeia. Sempre pensámos que poder debater estas questões sérias, ser ouvido, defender o direito de todos a apresentar alternativas a uma opinião correcta, mesmo que discordemos das mesmas, é precisamente o tipo de democracia que nos foi negado durante quatro décadas. Nós, que passámos involuntariamente grande parte das nossas vidas testemunhando como o livre intercâmbio de ideias constitui uma condição prévia fundamental para uma democracia saudável, acreditamos que esta condição prévia será honrada e respeitada também no futuro. Tal representa uma oportunidade e uma forma insubstituível de tornar a UE mais livre, mais democrática e mais próspera.

**Presidente.** – Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, foi seu desejo falar no Parlamento Europeu. Foi de bom grado que satisfizemos esse desejo. Senhor Presidente, num Parlamento do passado não lhe teria sido permitido pronunciar esse discurso.

*(Aplausos)*

Graças a Deus que vivemos numa democracia europeia em que todos podemos expressar as nossas opiniões.

*(Aplausos e tumulto)*

Senhoras e Senhores Deputados, somos uma família europeia e, como em qualquer família, há diferenças de opinião. Senhor Presidente, concordo com V. Exa. quando diz – só quero fazer alguns comentários, mas sinto-me obrigado a fazê-lo – : somos uma comunidade humana. Uma comunidade humana caracteriza-se por ter vantagens, forças, desvantagens e fraquezas. Juntos, temos de fortalecer as forças e erradicar as fraquezas. Também concordo com o Senhor Presidente quando diz que precisamos de perguntar se cada decisão que tomamos podia eventualmente ter sido tomada noutro lugar. Sim, mas as nossas capitais nacionais também têm de se perguntar a si próprias se muitas decisões não deviam ser tomadas nas nossas cidades e comunidades e não ao nível nacional.

*(Aplausos)*

Permitam-me que faça um comentário final relativamente ao modo como o nosso Parlamento se encara a si próprio: agradecemos que tenha reconhecido que este Parlamento Europeu é uma instituição importante. Se não fôssemos tão influentes, não seríamos actualmente o legislador em 75% dos casos e não seríamos um co-legislador em quase 100% dos casos no que respeita ao Tratado de Lisboa, e então seria, de facto, o caso de as decisões na Europa serem tomadas por meios burocráticos. Porém, agora é o Parlamento Europeu que decide.

*(Aplausos prolongados)*

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela sua visita. Ela foi uma expressão da nossa diversidade de opiniões e da nossa democracia europeia, e numa democracia, em última análise, é a maioria que conta. Exorto todos nós a continuarmos, juntos, a defender esta democracia, a Europa, a unidade e a paz.

*(A Assembleia, de pé, aplaude o orador)*

**PRESIDÊNCIA: D. WALLIS***Vice-Presidente***9. Período de votação (continuação)**

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhora Presidente, a última vez que houve uma tal manifestação de opinião durante uma visita de um Chefe de Estado ou de Governo, o Presidente deste Parlamento interveio de um modo muito firme. Nessa ocasião, isso teve a ver com uma matéria que era também para mim pessoalmente motivo de preocupação, o Tratado de Lisboa. Hoje, quando o Presidente, o Presidente soberanamente eleito de um país, está a falar e é interrompido e importunado de tal maneira pelos socialistas, o Presidente não faz nada. Sabe o que isto é? Isto não é democracia, é despotismo. Exijo que sejam tomadas medidas adequadas.

**Avril Doyle (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, no meu entender é muito degradante para a dignidade desta Assembleia e, na verdade, também para a da República Checa, que a visita formal do Presidente Klaus seja desprestigiada por se permitir que a ocasião seja utilizada para divulgar materiais destinados a influenciar o resultado do processo de ratificação do Tratado de Lisboa. Se isto for admissível – e eu solicito que a Senhora Presidente tome uma decisão a este respeito – a conclusão lógica será um perfeito caos nos nossos corredores, com os partidários de cada uma das facções a encherem este Hemiciclo em cada vez maior número e a defenderem os seus pontos de vista de forma competitiva e agressiva. Por favor, vele por que a Mesa não volte a permitir que isto aconteça.

*(Reacções diversas)*

**Martin Schulz (PSE).** – (DE) Senhora Presidente, muito obrigado. Sugiro que todos os senhores deputados oiçam o que tenho a dizer antes de começarem com a vossa gritaria.

Um dos nossos colegas, alguém que muitas vezes se lembra das coisas de modo diferente, acabou de falar. Gostaria de recordar os senhores deputados do seguinte: quando o Primeiro-Ministro José Sócrates quis falar aqui a respeito da assinatura da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, não o conseguiu fazer em virtude de os protestos ruidosos não o terem permitido. O Presidente Klaus pôde falar aqui sem impedimentos. Esta é a diferença entre nós e eles. Muito obrigado.

*(Aplausos)*

**Presidente.** – Vamos prosseguir agora com a votação.

**9.1. Estratégia Europeia de Segurança e PESD (A6-0032/2009, Karl von Wogau)  
(votação)****9.2. Papel da NATO na arquitectura de segurança da UE (A6-0033/2009, Ari Vatanen)  
(votação)**

*- Antes da votação:*

**Ari Vatanen, relator.** – (EN) Senhora Presidente, as minhas desculpas por ocupar o vosso tempo e atrasar o almoço, mas faço-o apenas uma vez em dez anos, por isso talvez não se importem. De facto, sou como aquele deputado do Parlamento finlandês que só usou da palavra uma vez, em todos os anos que ali passou, e foi apenas para dizer: “Podem fechar a janela, por favor?”

Gostaria de dizer algumas palavras sobre estes três relatórios, que fazem todos parte do mesmo pacote, o qual inclui os relatórios do deputado von Wogau e do deputado Saryusz-Wolski. Estamos presentemente à procura de soluções para a crise financeira. Esta crise foi auto-infligida e nós dizemos que ela não se deve repetir, o que dizer, no entanto, da *raison d'être* da União Europeia para evitar guerras e crises humanitárias? Estas também não se devem repetir, e não nos caem em cima como o telhado do edifício do Parlamento em Estrasburgo. Não é necessário que elas se repitam, mas só se unirmos esforços para o evitar.

Recordo-vos que a paz não é monopólio desta ala do Parlamento. A paz pertence a toda a gente. A construção da paz é o nosso dever comum. É um pouco como o amor. É incondicional. Temos de ser idealistas nesta vida. Temos de olhar para longe, como quando corremos numa floresta. Não olhamos para os pés, quando corremos numa floresta. Olhamos para longe e assim sabemos para onde vamos e pomos os pés

automaticamente no sítio certo. É isso que temos de fazer. Temos de ser brutalmente honestos e recordar a razão por que a União Europeia foi constituída: foi para construir a paz.

O que quero dizer é que, para respeitarmos a herança de Jean Monnet e dos nossos antepassados. Devemos pertencer a um único partido, e esse partido, no que respeita à construção da paz, chama-se “Partido ‘Yes I Can’”. Só então a história nos aplaudirá de pé. E a janela está aberta.

– *Antes da votação sobre o n.º 29:*

**Ari Vatanen, relator.** – (EN) Senhora Presidente, peço desculpa por ocupar o tempo do Parlamento. Desejo apenas eliminar a seguinte frase relativa à sede operacional da UE do n.º 29: “salienta que a proposta de uma sede operacional da UE constitui a solução para este problema;”.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

– *Antes da votação sobre o n.º 43:*

**Vytautas Landsbergis, em nome do Grupo PPE-DE.** – (EN) Senhora Presidente, tenho duas alterações orais a este número. A primeira consiste em colocar as palavras “de direitos humanos e de Estado de direito” em primeiro lugar nos motivos de preocupação e não em último. Por favor, apoiem esta posição mais europeia.

A segunda alteração oral diz respeito à segunda parte desse número, sobre a Rússia vir a tornar-se uma democracia num futuro indefinido. Dado haver conceitos muito soberanos sobre o significado de democracia, seria melhor acrescentar qualquer coisa. Por conseguinte, a minha alteração oral visa inserir a seguinte frase, a seguir às palavras “democracia genuína”: “que recuse a ameaça militar como meio de pressão política sobre os seus vizinhos.

Como não podemos apoiar tais políticas, por favor apoiem esta alteração.

(O Parlamento aprova as alterações orais.)

### **9.3. Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo (A6-0502/2008, Pasqualina Napolitano) (votação)**

### **9.4. Revisão do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (A6-0037/2009, Konrad Szymański) (votação)**

### **9.5. Financiamento de acções não relacionadas com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (A6-0036/2009, Thijs Berman) (votação)**

– *Antes da votação:*

**Thijs Berman, relator.** – (EN) Senhora Presidente, gostaria de requerer a devolução deste relatório à comissão ao abrigo do n.º 2 do artigo 168.º do Regimento. Tanto este Parlamento democraticamente eleito como a Comissão Europeia consideraram necessário contemplar algumas formas razoáveis de cooperação entre a UE e os países em desenvolvimento, algumas acções que não são de redução da pobreza em sentido estrito, como os programas de intercâmbio entre as universidades da União e as desses países.

O orçamento para o desenvolvimento não se destina a este tipo de cooperação, mas alguns deputados insistem na utilização de uma base jurídica que nos levaria a financiar estas acções com o orçamento relativo ao desenvolvimento, embora seja precisamente isso que procuramos evitar com o presente relatório.

Não conseguimos chegar a acordo. Se a alteração 1 for aprovada, este relatório tornar-se-á incoerente e contrário aos interesses das pessoas mais pobres do mundo. Considero, portanto, que devemos devolver este relatório à Comissão do Desenvolvimento, a fim de se chegar a acordo sobre uma base jurídica que conte com o apoio de uma clara maioria desta Assembleia.

**Michael Gahler (PPE-DE).** – (DE) Senhora Presidente, existem na realidade diferenças de interpretação. A interpretação jurídica por parte da Comissão do Desenvolvimento é contrária da interpretação da Comissão dos Assuntos Externos e da Comissão de Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno, e é contrária da interpretação jurídica pelos serviços jurídicos do nosso Parlamento, da jurisprudência do Tribunal de Justiça



Europeu e da opinião do Conselho e da Comissão, e, por conseguinte, nós, na maioria, insistimos em usar a base jurídica apresentada nesta proposta de alteração.

Peço, portanto, que o pedido de reenvio à comissão seja retirado. No que respeita ao conteúdo do relatório, não há diferenças de opinião. Concordamos com o conteúdo; é apenas no que se refere à interpretação jurídica que existem diferenças e o reenvio à comissão não mudará essas diferenças.

**Ana Maria Gomes (PSE).** - (EN) Senhora Presidente, gostaria de secundar o requerimento do relator. Após o debate que aqui tivemos ontem, e tendo em conta o contributo da Comissão, concordo inteiramente que necessitamos de um debate mais aprofundado e de encontrar uma base jurídica adequada para as acções que não são estritamente de Ajuda Pública ao Desenvolvimento – mas, ainda assim, muito importantes para a cooperação para o desenvolvimento com os países em desenvolvimento – e que, por isso, não estão abrangidas pelos outros instrumentos relativos à cooperação com os países industrializados, nem pelo actual instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento.

Também é muito importante congelar as verbas previstas para o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento em conformidade com os critérios aplicáveis à ajuda pública ao desenvolvimento, por isso apoio o nosso colega, senhor deputado Berman, no seu pedido para que seja concedido mais tempo para análise.

*(O Parlamento aprova o requerimento)*

## **9.6. Organização e funcionamento do Serviço das Publicações da União Europeia (A6-0426/2008, Hanne Dahl) (votação)**

### **10. Declarações de voto**

*(Declarações de voto orais)*

#### **- Proposta de resolução (B6-0100/2009): Papel da União Europeia no Médio Oriente**

**David Sumberg (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, vou usar da palavra para explicar o facto de ser um dos cinco deputados deste Parlamento que votaram contra esta resolução. Fi-lo, não por não querer que seja concedida ajuda económica às pessoas tragicamente afectadas nesta crise e que lhes seja prestada assistência por essa razão – isso está absolutamente correcto –, mas apenas porque esta resolução, como a maioria das resoluções sobre o Médio Oriente, é deficiente. É deficiente porque não atribui responsabilidades por esta situação e, sem isso, não se pode nem deve permitir que a resolução seja aprovada.

O facto é que estamos na situação em que estamos na Faixa de Gaza devido às acções do grupo Hamas, que tem lançado bombas e *rockets* continuamente sobre um Estado soberano, que tem o direito – como qualquer Estado soberano – de reagir e defender o seu próprio povo. Até a responsabilidade por esta crise ser claramente indicada nas resoluções deste Parlamento, as próprias resoluções não podem ser eficazes. Chegou o momento de este Parlamento dizer ao Hamas: “Reconheçam o Estado de Israel, negociem com ele, ponham termo às posições anti-semitas da vossa carta constitucional e poderemos iniciar então o processo de paz”.

#### **- Relatório Glenys Kinnock (A6-0039/2009)**

**Ewa Tomaszewska (UEN).** - (PL) Senhora Presidente, é essencial os adultos assumirem uma responsabilidade maior pelas condições de vida das crianças e pelas oportunidades que lhes são oferecidas. Penso, por exemplo, nos conflitos armados em que tantas crianças se vêem envolvidas, em que são com frequência recrutadas à força e enfrentam perigos mortais, a fome e a privação de cuidados médicos. No entanto, votei contra este relatório devido às suas posições em favor do aborto. Considero que é particularmente perverso pretender agir no interesse das crianças quando se pretende, na realidade, promover iniciativas que seriam contrárias ao direito à própria vida.

**Syed Kamall (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, foi a grande filósofa Whitney Houston que disse, uma vez: “Acredito que as crianças são o nosso futuro. Ensinem-nas bem e deixem-nas indicar o caminho. Mostrem-lhes toda a beleza que possuem dentro de si”.

O que este relatório tem de interessante é estarmos a examinar, pela primeira vez, em muitos aspectos, a chave para o desenvolvimento futuro. Preocupamo-nos, nomeadamente, com o desenvolvimento das crianças

e a educação das crianças, e não apenas a educação das crianças do sexo feminino – se ensinarmos a mulher, ensinamos a família –, mas também com o ensino básico.

Há uma falha simples na nossa maneira de pensar o ensino básico: parecemos pensar sempre que o Estado tem a solução. Insto todos os deputados desta Assembleia a examinarem as soluções que foram apresentadas pelo E. G. West Centre da Universidade de Newcastle, que analisa o ensino privado para as pessoas pobres. Em casos em que o Estado não conseguiu assegurar a educação das crianças pobres, os próprios pais juntaram-se, financiaram o ensino não estatal e também conseguiram, assim, subsidiar os pobres desempregados. Exorto toda a gente a olhar para além do Estado na busca de soluções para ajudar os mais pobres da nossa sociedade.

**Kathy Sinnott (IND/DEM).** – (EN) Senhora Presidente, votei contra o relatório Kinnock com muita pena minha, porque os problemas que o relatório identifica são muito importantes. Estão a ocorrer tragédias em todo o mundo, mas o relatório da senhora deputada baseia-se na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e nós continuamos a avançar, fazemos cada vez mais coisas, com base numa convenção que tem muitas falhas.

Esta convenção sempre foi um compromisso; sempre foi uma mistura heterogénea. Por um lado, tem muitas coisas boas, mas, por outro lado, contém partes absolutamente inadequadas. Foi redigida em 1989, numa época em que ainda desconhecíamos a existência de predadores. Por exemplo, prevê direitos de pleno acesso aos meios de comunicação social em todas as comunicações com as crianças e vice-versa.

Por conseguinte, baseámos todo este relatório numa convenção muito imperfeita, que também faz do Estado o único árbitro dos interesses da criança, em oposição à família, o que, de facto, atribui aos pais o papel de educadores e tutores, mas não o de pessoas que determinam os direitos. Por isso tive de votar contra. O relatório também inclui o aborto, que não tem lugar nos direitos da criança.

**Daniel Hannan (NI).** – (EN) Senhora Presidente, creio que os nossos eleitores estariam interessados em ver quão longe fomos nestas matérias. Antes do referendo irlandês e, em especial, depois deste, disseram-nos que a União Europeia não estava realmente a avançar no sentido de uma política externa comum e que não estava seguramente a imiscuir-se na questão da lei do aborto, e, todavia, aqui temos nós essas duas questões associadas num único relatório. Não obstante todas as promessas que fizemos de escutar a população e adaptar a nossa política às suas exigências, continuámos sem prestar atenção.

Tivemos um exemplo muito claro disso, esta manhã, quando escutámos o Presidente da República Checa. Ele fez uma intervenção que, em alguns aspectos, foi quase vulgar. Apresentou o argumento muito banal e indiscutível de que os governos são melhores quando há oposição e que deveríamos tolerar outros pontos de vista. Qual foi a reacção desta Assembleia quando ele afirmou que deveríamos tolerar outros pontos de vista? Deputados dos grupos PSE e PPE-DE viraram as costas e saíram. Não só não querem responder a pontos de vista alternativos, como nem sequer suportam ouvi-los. Que exemplo mais claro se poderia ter da atitude desta Assembleia para com os eleitorados? Se acham que estou errado, provem-no: realizem os referendos que prometeram, sujeitem o Tratado de Lisboa ao veredicto popular. *Pactio Olisipiensis censenda est.*

#### **- Relatório Jean Louis Cottigny (A6-0023/2009)**

**Ewa Tomaszewska (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, a transposição da Directiva 2002/14/CE sobre os conselhos de empresa europeus e a consulta dos trabalhadores é especialmente premente num momento de crise, em que é fundamental garantir a responsabilidade social da administração das empresas. Nos casos em que não seja possível salvar os postos de trabalho, os trabalhadores devem ter acesso a uma formação que lhes permita encontrar um novo emprego. A directiva-quadro deveria ser implementada nos Estados-Membros por ambas as partes. Votei, assim, a favor do relatório do senhor deputado Cottigny.

#### **- Relatório Patrizia Toia (A6-0015/2009)**

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, a economia social desempenha um papel crucial no desenvolvimento local e regional. De acordo com o estipulado na Estratégia de Lisboa, a economia social faz parte integrante de uma política de emprego comum. As estatísticas mostram que se trata de um sector de peso na economia, responsável pela criação de novos empregos no seio da UE, e que emprega 11 milhões de pessoas, o que representa quase 7% da força laboral. Vale a pena salientar o papel que esta economia desempenha nas zonas rurais, fomentando o desenvolvimento económico ao reabilitar áreas de declínio industrial e criando novos empregos duradouros.

Podemos, com efeito, afirmar que a economia social se tornou um factor indispensável para garantir um crescimento económico estável e sustentado, em virtude do papel essencial que desempenha na resolução de novos problemas sociais. Este papel tem vindo a reforçar-se em sectores tradicionais, como o comércio, a agricultura e a indústria. Torna-se deste modo essencial integrar a economia social em todas as estratégias destinadas a fomentar o desenvolvimento industrial e socioeconómico.

**Ewa Tomaszewska (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, não deve ser apenas a crise a sublinhar a necessidade de distinguirmos a presença no mercado de associações, fundações, cooperativas e de toda uma economia social, que está directamente ligada aos interesses dos cidadãos e se reveste de um carácter social, bem como de uma dimensão económica significativa, em termos de percentagem do PIB. Neste momento, porém, em particular, cada emprego que é criado, cada melhoria introduzida na qualidade dos serviços sociais, assume um valor concreto. Apoio o relatório e espero uma nova abordagem por parte da Comissão Europeia, que contemple medidas de apoio financeiro e logístico à economia social, como a simplificação dos procedimentos administrativos para a obtenção de financiamentos comunitários. Votei, assim, a favor do relatório.

**Syed Kamall (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, ao ler este relatório, deparei com a definição de economia social e fiquei interessado em ver qual era. Indicava duas coisas que me chamaram a atenção: uma foi a primazia do objectivo social sobre o capital, e a outra foi a defesa e aplicação dos princípios da solidariedade e da responsabilidade. Além disso, falava do controlo democrático por parte dos membros. Não se fazia qualquer menção às trocas voluntárias e livres entre comprador e vendedor, a fim de produzir o lucro que pode ser depois reinvestido para criar emprego. O que poderá ser mais social do que realizar lucro para o reinvestir na criação de emprego para a população?

Quando começamos a concentrar-nos nas chamadas necessidades sociais, e não na necessidade de gerar lucro e de velar pela capacidade de criar emprego e disseminar riqueza por toda a economia, acabamos por cair na armadilha a cujo respeito Hayek, o grande economista austríaco – e também Ayn Rand – nos avisou no início do século passado, na qual nos esquecemos do lucro e começamos a deslizar pelo declive escorregadio que conduz à servidão. Por essa razão, votei contra este relatório.

#### **- Relatório Evangelia Tzimpazi (A6-0034/2009)**

**Avril Doyle (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, estou muito satisfeita por continuarmos a tratar a saúde mental com alguma seriedade e a dar-lhe alguma prioridade nesta Assembleia. Ela deve continuar a ser uma das principais prioridades da agenda da política de saúde da UE, uma vez que uma em cada quatro pessoas sofre de doença depressiva pelo menos uma vez na vida e, em 2020, será a doença mais frequente no mundo desenvolvido.

Contudo, receio que nos Estados-Membros, incluindo no meu próprio país, nós conheçamos a teoria; falemos a linguagem, mas actuemos pouco. A nossa política de saúde mental encontra-se exposta num documento denominado *A Vision for Change* e muitas das medidas propostas pela relatora no seu relatório figuram na nossa política nacional ou estão, na verdade, previstas na nossa legislação.

Receio, porém, que a prestação visível dos serviços de saúde mental continue a ser totalmente desajustada para os fins pretendidos. Há uma enorme desconexão entre as teorias e a realidade e, sobretudo no meu país, estamos sempre um plano de acção atrasados em relação à acção propriamente dita. Os serviços de saúde mental e a prestação dos mesmos a quem deles necessita continuam, receio bem, a ser o parente pobre da maioria das políticas de saúde mental em todos os Estados-Membros. Esta situação tem de mudar.

**Neena Gill (PSE).** – (EN) Senhora Presidente, uma em cada quatro pessoas apresenta problemas de saúde mental pelo menos uma vez na vida. Oito das dez principais causas de invalidez têm a ver com a saúde mental, e os problemas de saúde mental têm consequências graves para as pessoas que são indirectamente afectadas. Por conseguinte, é urgentemente necessário que actualizemos a legislação em matéria de saúde mental, no sentido de sensibilizarmos adequadamente o público para a importância de uma boa saúde mental.

A mensagem que tenho tentado fazer passar no meu círculo eleitoral, West Midlands, é a de que os meios de comunicação social, a Internet, as escolas e os locais de trabalho têm um papel essencial a desempenhar na sensibilização da opinião pública.

Contudo, necessitamos igualmente de uma maior investigação no domínio da saúde mental e sobre a interacção entre os problemas de saúde mental e os de saúde física, bem como de uma explicação sobre a

possibilidade de financiar as iniciativas neste domínio ao abrigo do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Isto deve ser feito com urgência.

As entidades patronais também devem promover um ambiente de trabalho saudável, reduzindo o stress relacionado com o trabalho e combatendo as causas que propiciam os distúrbios mentais no local de trabalho. Tive, por isso, muito gosto em apoiar este relatório.

**Ewa Tomaszewska (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, 90% dos suicídios resultam de problemas de saúde mental. O número de pessoas afectadas pela depressão e outras doenças da civilização, relacionadas com o stress e o ritmo de vida, tem registado um aumento assinalável. O envelhecimento da população da Europa é outra das causas do aumento do número de pessoas afectadas por este tipo de doenças. Os esforços de prevenção e de diagnóstico dos problemas de saúde mental, a luta contra a exclusão e a estigmatização, o apoio prestado aos doentes e às suas famílias, constituem passos importantes para proteger a saúde da nossa sociedade. O relatório da senhora deputada Tzampazi mereceu, deste modo, o meu grato apoio.

**Kathy Sinnott (IND/DEM).** – (EN) Senhor Presidente, votei a favor do relatório, mas senti que se perdeu aqui uma oportunidade – na comissão parlamentar – para incluir os choques eléctricos, com uma recomendação de que seja, de uma vez por todas, proibida esta forma de tratamento extremamente violenta, que ainda é utilizada em muitos países da Europa.

Outra área que me suscita sérias dúvidas é a da crescente tendência para avaliar as crianças pequenas de forma generalizada, à procura de problemas de saúde mental, e para as medicar em conformidade. Apesar de, felizmente, este relatório não ir tão longe, contém uma referência de passagem à avaliação de crianças. Muitas crianças, que se fossem avaliadas, não pareceriam ser normais, estão a desenvolver-se bem. A pergunta fundamental que devemos colocar a nós próprios, face aos crescentes problemas de saúde mental, é a seguinte: por que razão está a situação a piorar, sobretudo no que respeita ao suicídio? Será que não estamos a permitir que haja uma sociedade humana em que as pessoas possam desenvolver-se e viver de forma normal, saudável? Se a saúde mental está a piorar, temos de reflectir muito bem sobre a sociedade que estamos a criar.

#### **- Proposta de resolução B6-0097/2009: Alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros**

**Leopold Józef Rutowicz (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, oponho-me a esta resolução e votei contra a sua adopção pelos seguintes motivos:

1) estamos no meio de uma crise e as Instituições da UE enfrentam neste momento problemas muito graves que exigem a sua atenção;

2) o custo de investigar os alegados voos, que foi suportado pela UE e ascendeu a milhões de euros, prende-se com a denúncia de casos respeitantes a um grupo que assassina e assassinou de uma forma bárbara pessoas inocentes, incluindo cidadãos da UE. O nosso dever é proteger os nossos cidadãos e prestar assistência às vítimas do terrorismo.

A reacção extremamente emotiva suscitada pelos voos em causa, a criação de mais um suposto e dispendioso escândalo político, não nos trouxe qualquer valor acrescentado e fez pagar a factura aos contribuintes europeus. Diz-se que cada experiência tem um preço e nós pagámos esse preço. Com efeito, no momento de tratar problemas semelhantes no futuro, deveremos guardar isto em mente.

#### **- Relatório Miguélez Ramos (A6-0016/2009)**

**Avril Doyle (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me com o relatório da senhora deputada Miguélez Ramos sobre a investigação aplicada no domínio da política comum das pescas que, com efeito, apoiei.

Este relatório solicita uma utilização melhorada e aumentada da investigação aplicada. A conservação e manutenção dos recursos da pesca é uma questão vital, em que é muito difícil encontrar um equilíbrio. O recurso à ciência mais actualizada, enquanto ferramenta, só nos pode ajudar na tarefa que nos espera.

Contudo, por muito que aprecie o relatório, gostaria de alertar para o facto de, nestes tempos de crise económica, termos de estar atentos à duplicação de esforços, que devemos evitar. Será necessário garantir que não estamos a fazer ao nível comunitário aquilo que é melhor deixar a cargo dos Estados-Membros.

**Syed Kamall (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, pergunto-me se quando analisamos a investigação aplicada não deveríamos estar a abordar os defeitos da política comum das pescas. Não esqueçamos que temos, há mais de 40 anos, uma política comum das pescas que foi concebida para gerir a pesca comercial europeia numa base sustentável, mas que fracassou no seu contributo tanto para a sustentabilidade ambiental como para o desenvolvimento do sector das pescas.

Devemos, também, comparar a nossa política comum das pescas com a abordagem assente nos direitos de propriedade de países como a Nova Zelândia, onde o governo percebeu que ao atribuir às pessoas um interesse actual em manter um recurso, elas lutariam pela sua preservação. Podemos, ainda, considerar o caso da Islândia, onde predomina uma abordagem eficaz orientada para o mercado, com quotas individuais negociáveis.

Evidentemente, podemos aplicar novas tecnologias e novas investigações com toda a boa vontade do mundo, mas se continuarmos a ter um sistema em que, apesar de toda a inovação, os governos indicam detalhadamente aos pescadores o que cada um pode pescar, então toda a investigação aplicada será uma completa perda de tempo. Está na altura de nos desfazermos da política comum das pescas.

#### **- Relatório van den Burg (A6-0047/2009)**

**Neena Gill (PSE).** – (EN) Senhora Presidente, no actual clima económico difícil, este relatório apresenta o tipo de reflexão conjunta de que precisamos desesperadamente. As reduções de IVA ajudarão mais quem mais precisa – as pessoas que ganham menos. Penso que este relatório está, também, intrinsecamente associado à criação de postos de trabalho, motivo pelo qual o apoiei. Trata-se de garantir que os postos de trabalho não são absorvidos pela economia paralela. Espero que o relatório seja aplicado com celeridade, sobretudo na minha região, West Midlands.

É necessário frisar que temos de permitir que os Estados-Membros reduzam o IVA de certos produtos, a fim de combatermos as alterações climáticas. Dar um incentivo às pessoas para comprarem produtos ecológicos é justamente o tipo de instrumento baseado no mercado que ajudará a colher os maiores benefícios. As reduções de IVA são utilizadas em todo o mundo para incentivar as pessoas a comprarem frigoríficos, arcas congeladoras e outros electrodomésticos que gastam grandes quantidades de energia que sejam energeticamente eficientes e respeitadores do ambiente, além de os preços mais baixos ajudarem os mais desfavorecidos.

O governo do Reino Unido assumiu a liderança nesta matéria e irá reduzir o IVA em 2,5% até 2010, e espero que outros Estados-Membros lhe sigam as pisadas.

**Astrid Lulling (PPE-DE).** – (FR) Senhora Presidente, os únicos combates que temos a certeza de perder são aqueles que não empreendemos.

Com a reintrodução das nossas alterações a favor de uma aplicação mais justa de taxas reduzidas do IVA, sobretudo no que diz respeito ao vestuário de criança comercializado nos novos Estados-Membros, que ficaríamos em pé de igualdade com os restantes Estados-Membros, pretendemos transmitir uma mensagem inequívoca à Comissão e ao Conselho.

Conseguimos concretizar os nossos objectivos em todos os aspectos, com uma excepção. A nossa proposta de alteração que visava poupar os serviços de restauração ao peso burocrático da aplicação de taxas de IVA diferentes numa só factura foi rejeitada por pouco.

O nosso grupo gostaria de dar aos Estados-Membros que optem pela aplicação de taxas reduzidas a hipótese de aplicar uma única taxa reduzida aos serviços da restauração, algo que a proposta da Comissão não permite, pois impõe a aplicação de taxas diferentes conforme o serviço do restaurante de bairro inclua ou não um copo de cerveja ou de vinho. Quem entende uma coisa destas?

Creio que certos colegas não perceberam a importância da nossa proposta de alteração, mas a pressão do Parlamento neste sentido permanece. Valeu a pena o esforço. Senhora Presidente, congratulo-me pelo facto de ter perseverado, juntamente com o meu grupo, no combate à perniciosa mania de tributação confiscatória dos partidos de esquerda. É preciso combater esta "tributomania".

**- Proposta de resolução B6-0097/2009: Alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros**

**David Sumberg (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, provavelmente esta é a questão mais difícil para uma sociedade livre. Como é que uma sociedade livre combate aqueles que a querem destruir? É esta a decisão que temos de tomar. Tem de haver um equilíbrio. Evidentemente, temos de proteger os direitos humanos e o processo jurídico deve prevalecer, mas, no mundo em que vivemos, por vezes é necessário tomar medidas extraordinárias. A Europa e os países da Europa não podem deixar esta tarefa unicamente aos Estados Unidos.

No meu país, estamos actualmente a assistir ao julgamento de oito pessoas acusadas de tentar fazer explodir oito aviões de transporte de passageiros. Não concretizaram os seus intentos. Não sei se são culpados, mas a conspiração fracassou. Temos de garantir que uma sociedade livre dispõe das ferramentas certas e das medidas certas para combater e derrotar aqueles que a querem destruir. Se não o fizermos, estaremos a trair as pessoas que aqui representamos.

**- Relatórios Karl von Wogau (A6-0032/2009) e Ari Vatanen (A6-0033/2009)**

**Colm Burke (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, recomendei aos meus delegados da Irlanda que se abstivessem na votação dos relatórios von Wogau e Vatanen porque a Irlanda mantém a sua neutralidade.

A nossa posição em relação a esta questão e o nosso envolvimento na União Europeia foram inscritos no protocolo. A Irlanda cumpre um sistema assente em três condições no que respeita ao envio de tropas para qualquer outro país: tem de ser ao abrigo de um mandato da ONU e tem de ser aprovado pelo governo e pelo Oireachtas, o Parlamento irlandês. Este sistema manter-se-á ao abrigo do Tratado de Lisboa.

Isto não significa que a Irlanda não está preparada para desempenhar o seu papel, sobretudo em operações de manutenção da paz. Por exemplo, estivemos muito envolvidos no Chade, com enorme sucesso. Isto aconteceu ao abrigo de um mandato da ONU: a ONU não podia fornecer as tropas, pelo que a União Europeia avançou. Este mandato expira em 15 de Março de 2009. Do ponto de vista da manutenção da paz, foram 12 meses muito bem sucedidos, e esperemos que assim continue por muito tempo. A Irlanda continuará a dar a sua contribuição em operações de manutenção da paz, quer através da ONU, quer através da União Europeia.

**- Relatório Ari Vatanen (A6-0033/2009)**

**Tunne Kelam (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, só votei a favor do n.º 43 do relatório Vatanen devido à alteração oral do nosso colega Landsbergis, que o Parlamento finalmente aprovou. Continuo a preferir a versão original do n.º 43, à qual manifesto o meu apoio, que termina da seguinte maneira, "acordos de segurança bilaterais recentemente propostos pela Rússia poderão pôr em causa a integridade da arquitectura de segurança da UE, podendo de igual modo comprometer e a relação entre a UE e os EUA". Tendo participado na reunião desta semana do Comité de Cooperação União/Rússia, cheguei à conclusão de que não podemos ignorar aquilo a que o nosso colega Ari Vatanen chamou "realidade brutal" – nomeadamente que o objectivo estratégico da Federação Russa continua a ser, infelizmente, dividir os parceiros da UE em bons e maus e debilitar a NATO.

**David Sumberg (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, saúdo a oportunidade de falar brevemente sobre este assunto, tendo em conta a comunicação absolutamente brilhante do Presidente da República Checa. Ele recordou-nos a história do seu país, assim como de muitos outros, sobretudo na Europa de Leste, que foram ocupados pelos nazis e depois pelos comunistas. Isto demonstra verdadeiramente a importância vital da NATO e da sua manutenção.

A União Europeia tem um papel a desempenhar na sociedade, mas a principal defesa do Ocidente continua a ser a NATO, porque é a nossa aliança com os Estados Unidos da América.

Uma das características perturbadoras deste Parlamento, que constato em imensas matérias, é uma tendência, por vezes maioritária, de antiamericanismo. Foi graças aos Estados Unidos que estamos aqui a falar como pessoas livres, e a NATO garante esta aliança vital para o futuro.

**Syed Kamall (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, durante a maior parte do século passado – e deste século, até agora – a NATO ajudou a manter a paz. Todavia, há neste Parlamento quem queira minar a instituição que nos permitiu cooperar com os nossos colegas americanos e canadianos e com vários países da UE.

Como estamos a tentar miná-la? Não só atacando-a, mas também duplicando as suas estruturas. Na situação actual, o pessoal dos EUA e do Canadá reúne-se com os peritos da UE, sob a égide da NATO, e depois realiza-se exactamente a mesma reunião, mas sem os nossos colegas americanos e canadianos, enquanto parte da estrutura de defesa da UE. Que desperdício inútil de recursos e de tempo.

Temos de nos lembrar do papel vital que a NATO desempenhou, mas não podemos, também, esquecer que parte da NATO é partilha de encargos. Se avançarmos para um mecanismo de defesa puramente europeu, serão sobretudo a Grã-Bretanha e a França a partilhar esse encargo, enquanto os outros se escondem na sua sombra. Não esqueçamos o papel vital que a NATO desempenhou – que assim continue por muito tempo.

**Colm Burke (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, gostaria de completar o que já disse. Estamos à espera que o Tratado de Lisboa seja aprovado na Irlanda. Manteremos a nossa neutralidade ao abrigo deste novo tratado – o Tratado não mudará a nossa posição. Continuaremos a desempenhar o nosso papel nas operações de manutenção da paz, quando houver um mandato das Nações Unidas, e, se a União Europeia for chamada a intervir, estamos bem preparados para assumir o nosso papel na manutenção da paz, como fizemos no passado.

**John Attard-Montalto (PSE).** – (EN) Senhora Presidente, gostaria de explicar que, no que diz respeito à alteração 17, que devia ter vindo depois da alteração 45, eu e o meu colega do lado, o senhor deputado Grech, queríamos votar a favor da desmilitarização do espaço, mas, infelizmente, fomos inocentemente distraídos nesse momento por uma terceira pessoa e não votámos neste sentido.

#### **- Relatório Pasqualina Napoletano (A6-0502/2008)**

**Sebastiano (Nello) Musumeci (UEN).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, catorze anos após a Conferência de Barcelona e o início da Parceria Euro-Mediterrânica, o balanço dos seus resultados revela-se totalmente insatisfatório.

Pretenderemos avaliar os resultados obtidos até agora, relacionando-os com os encargos financeiros suportados? Creio que é legítimo direito deste Parlamento e dever da Comissão fazê-lo. Queremos fechar os olhos ao facto de os direitos civis estarem completamente desprotegidos na região euro-afro-asiática em causa? De a igualdade de oportunidades ser ainda inexistente? De o respeito pela liberdade religiosa não passar ainda de uma aspiração? De o crescimento económico e social continuar a marcar passo, enquanto aumenta dramaticamente o tráfico de seres humanos, alimentando o fluxo de imigração ilegal, dirigido sobretudo para as costas da minha região, a Itália meridional, e da Sicília? Nestas condições, a abertura da zona de comércio livre, em vez de representar uma oportunidade, vem agravar o fosso existente entre regiões ricas e regiões pobres.

Para concluir, Senhora Presidente, e muito embora com reservas relativamente aos n.ºs 29 a 36, o meu grupo vota a favor do relatório sobre o processo de Barcelona, como um gesto de esperança num contexto de tanto ceticismo.

#### **- Relatório Konrad Szymanski (A6-0037/2009)**

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, a Parceria Oriental é um projecto da maior importância, e gostaria que se tornasse uma das prioridades da política externa da União Europeia. Permita-me referir quatro aspectos em torno dos quais deveríamos, em minha opinião, centrar a nossa actividade.

Primeiro, importa promover a democracia e os direitos humanos naqueles países, o que contribuirá para a estabilidade política e o respeito pelos direitos fundamentais. Segundo, devemos empenhar-nos numa maior integração económica e no alargamento da zona de comércio livre, o que proporcionará a todos os envolvidos um maior acesso a novos mercados, aumentando a procura, tão essencial em momentos de crise.

Terceiro, devemos trabalhar no sentido de garantir a segurança e estabilidade da Europa. Neste domínio quero referir-me apenas à segurança energética da Europa. Para evitar outro bloqueio nos abastecimentos de gás à UE, e desencorajar a tentação do recurso a exportadores monopolistas, a nossa prioridade deve ser diversificar mais, em termos de fontes de energia e de redes de trânsito. Quarto, é necessário desenvolver mais a mobilidade e o intercâmbio cultural e educativo. Estes dois domínios de actividade estão ligados e complementam-se, pois influenciam de forma positiva a imagem da UE no Leste, e reforçam a tolerância e a cooperação recíprocas no campo da investigação e desenvolvimento.

Precisamos de um debate separado no Parlamento Europeu sobre o tema da parceria oriental.

**- Relatório Hanne Dahl (A6-0426/2008)**

**Richard Corbett**, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhora Presidente, foi com muito prazer que votei a favor deste relatório, e desejo felicidades à senhora deputada Dahl na sua licença de maternidade. Infelizmente, ela não pôde estar aqui hoje.

É de salientar que, na qualidade de membro do Grupo IND/DEM, a senhora deputada Dahl estava ansiosa por ser relatora para participar construtivamente no trabalho do nosso Parlamento, ao contrário dos seus colegas do chamado Partido para a Independência do Reino Unido que, se não me engano, nunca foram relatores de nenhum relatório neste Parlamento nos quatro anos e meio que passaram desde que um grupo heterogéneo de 12 foi eleito nas últimas eleições europeias. Tudo o que fazem é criticar, normalmente por ignorância, porque não estão dispostos a participar no trabalho sério que os vários partidos políticos deste Parlamento estão a realizar para garantir que a legislação e as políticas que a União produz são devidamente analisadas e representam um equilíbrio justo entre os interesses dos nossos Estados-Membros e entre as nossas perspectivas políticas. Tudo o que eles querem fazer é ser negativos e opor-se a tudo. Que grande contraste entre eles e a sua colega.

(Declarações de voto escritas)

**- Relatório Gérard Onesta (A6-0027/2009)**

**John Attard-Montalto (PSE)**, por escrito. – (EN) Uma das armas mais importantes do arsenal de direitos dos cidadãos europeus é o direito de petição. Adoptámos medidas suplementares de natureza processual.

- Quando uma petição for assinada por várias pessoas, os signatários designarão um representante e os respectivos suplentes, que serão considerados como os peticionários para efeitos de aplicação das regras.

- A retirada do apoio à petição por parte do peticionário está a ser remediada.

- As petições e a correspondência com os peticionários podem ser redigidas noutras línguas usadas no Estado-Membro (como o basco e o galego).

- A comissão competente determina a admissibilidade ou não da petição. A petição será declarada admissível a pedido de pelo menos um quarto dos membros da comissão.

- Podem ser recomendados meios alternativos para uma reparação.

- Após terem sido registadas, as petições tornam-se, regra geral, documentos públicos.

**Slavi Binev (NI)**, por escrito. – (BG) Minhas Senhoras e meus Senhores, apoio o relatório do senhor deputado Onesta, mas apelo a V. Exas. para que ao procederem à apreciação das petições tenham em consideração dois aspectos. O primeiro diz respeito à apresentação dos factos e o segundo diz respeito ao facto de apenas o peticionário poder dirigir-se à comissão competente quanto à matéria de fundo, o que já não sucede em relação à parte requerida. Na petição n.º 0795/2007, os factos são apresentados de uma forma parcial e tendenciosa e a parte afectada, a Igreja Ortodoxa da Bulgária, não foi convidada a apresentar a sua posição. Durante a missão de averiguação realizada na Bulgária entre 27 e 30 de Outubro de 2008, a comissão competente não solicitou a opinião da Igreja Ortodoxa da Bulgária. Foram desta forma promovidas tentativas para vilipendiar a Sagrada Igreja Ortodoxa da Bulgária e minar o seu direito à autodeterminação devido à formulação de juízos errados sobre a petição submetida pelo "Sínodo Alternativo", criando condições que induziram em erro os membros da comissão competente.

Os peticionários estão a procurar uma forma de decidir o destino da Igreja Ortodoxa da Bulgária, não através do cânone da igreja que se formou ao longo dos séculos, mas da intervenção de uma instituição secular, o Tribunal de Justiça Europeu, em Estrasburgo.

No seguimento da cisão ocorrida no seio da Igreja e que foi resolvida em 1998 através do processo canónico, o TJE, em Estrasburgo, proferiu uma sentença sobre este mesmo problema eclesiástico, no âmbito de um caso em que a Igreja Ortodoxa da Bulgária não era, sequer, parte requerida. A verdade é que nenhum tribunal secular possui autoridade ou capacidade para decidir sobre litígios eclesiásticos.

**Nicolae Vlad Popa (PPE-DE)**, por escrito – (RO) Votei a favor, pois apoio a revisão do Regulamento no que respeita ao procedimento das petições por achar que melhorará o processo em termos de avaliação e classificação das petições. As novas regras facilitarão o tratamento das petições, salvaguardando, por isso, os interesses dos cidadãos.



Uma das alterações importantes introduzidas no processo de apresentação de petições é a ênfase à privacidade e confidencialidade da petição. A privacidade refere-se ao nome e dados pessoais do signatário da petição, enquanto a confidencialidade diz respeito ao tema da petição. As novas regras permitem que a decisão de renunciar à privacidade ou à confidencialidade ou a ambas caiba ao signatário.

Além disso, penso que a declaração de admissibilidade das petições por maioria qualificada é extremamente importante, pois o direito de petição é um direito fundamental dos cidadãos baseado no direito primário e esse direito não deve ser restringido por uma decisão política. De acordo com o regulamento revisto, no caso de a comissão competente não chegar a consenso quanto à admissibilidade da petição, esta é declarada admissível a pedido de pelo menos um quarto dos membros da comissão.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Onesta sobre a revisão das disposições do Regimento sobre o procedimento das petições.

Concordo com o senhor deputado que as normas existentes não necessitam de alterações substanciais, mas de uma maior transparência e clareza. Creio ainda que importa sublinhar a importância do sector das tecnologias, no qual temos vindo a assistir a notáveis progressos nos últimos anos, porém é necessário não negligenciar as questões relacionadas com o respeito pelos indivíduos e com o direito fundamental à privacidade.

#### **- Relatório Riera Madurell (A6-0007/2009)**

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) A proposta de regulamento relativo às Infra-Estruturas de Investigação Europeias tem como finalidade promover a aplicação da chamada quinta liberdade, que implica a livre circulação dos investigadores, do conhecimento e da ciência na União, e incide sobre os critérios de concorrência, desempenho e adaptação da investigação científicas às opções e objectivos do capital, tal como expressos na antipopular e antilaboral Estratégia de Lisboa da UE.

O "livre acesso" às infra-estruturas de investigação de cada Estado-Membro oferece uma oportunidade para a exploração directa pelo capital de cada actividade de investigação financiada pelos Estados-Membros, para restringir o controlo e programação da investigação aos mecanismos da UE e dos monopólios, para promover a ideia de excelência baseada no mercado e não em critérios científicos, e para concentrar a investigação num número cada vez mais reduzido de centros/empresas de investigação.

A aplicação uniforme de critérios de propriedade intelectual, a ligação directa entre investigação e produção através dos peritos das empresas, o funcionamento dos centros de acordo com os critérios financeiros do sector privado e a necessidade de os mesmos serem financiados por empresas e patrocinadores submetem a investigação à lógica da maximização do lucro.

A investigação deve ser levada a cabo unicamente com financiamento do Estado, deve ser repartida de forma equitativa entre os sectores científicos, e deve ser orientada para a satisfação das necessidades das massas populares e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – O relatório retoma objectivos do Livro Verde de 2007 sobre o Espaço Europeu da Investigação: "desenvolver infra-estruturas de investigação de craveira mundial". Mandatado pelo Conselho, o Fórum Europeu de Estratégias para Infra-Estruturas de Investigação (ESFRI) começou a preparar uma estratégia coordenada para as actividades no domínio das infra-estruturas de investigação, em Abril de 2002. Embora se anuncie que o objectivo do quadro jurídico proposto é facilitar o estabelecimento destas infra-estruturas, a prática tem demonstrado que, em geral, quem mais beneficia são os países mais desenvolvidos.

Assim, da nossa parte, não está em causa a importância de simplificar a criação de infra-estruturas de investigação de classe mundial na Europa e com o valor acrescentado que podem representar em termos do aumento da qualidade da investigação e do ensino, dos laços estabelecidos entre investigadores públicos e privados e, em geral, do seu positivo impacto socioeconómico.

Mas não aceitamos que a criação de grandes infra-estruturas permita apenas criar mais oportunidades para se atingir a excelência na investigação em vários domínios, o que levará a que certos países sejam os principais beneficiados com o processo. Queremos que todos possam beneficiar, mesmo aqueles que não conseguem criar centros de excelência, para permitir uma democratização da investigação nas mais diversas áreas. Daí o nosso voto de abstenção.

**Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. - (SV) Existem muitas e boas razões para simplificar as oportunidades de cooperação transfronteiriça no âmbito da investigação na UE. A proposta de uma nova entidade jurídica comum poderia ser um passo nessa direcção, e o texto da proposta mostra que a Comissão está bem a par da importância e das condições especiais de trabalho no campo da investigação.

No entanto, a Lista de Junho é imutável no que diz respeito à política dos impostos. O controlo dos impostos é um assunto absoluta e essencialmente nacional. Assim sendo, votei contra a proposta da Comissão e o relatório.

**Adrian Manole (PPE-DE)**, *por escrito*. - (RO) As infra-estruturas da investigação desempenham um papel cada vez mais importante no avanço do conhecimento e da tecnologia por oferecerem serviços únicos de investigação aos utilizadores em diferentes países.

Um dos aspectos que pode ser considerado extremamente importante é que estes serviços, ao libertarem o potencial de investigação em todas as regiões da União Europeia, irão atrair jovens para a ciência desempenhando, por isso, um papel fundamental na criação de um ambiente efectivo para a investigação e inovação.

No entanto, nos países menos desenvolvidos, e estou a pensar na Roménia também quando afirmo isto, os recursos limitados e a complexidade dos aspectos técnicos e organizacionais colocam grandes dificuldades à criação de uma Infra-Estrutura Europeia de Investigação. Deste modo, e dado que estas estruturas só conseguirão desenvolver-se nos países desenvolvidos, temos de assegurar que não vamos assistir a uma nova fuga de cérebros para estes centros dentro da própria União Europeia.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor da proposta de regulamento do Conselho relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável às Infra-Estruturas de Investigação Europeias (IIE), uma vez que considero necessária a adopção pelos Estados-Membros da União Europeia de uma abordagem coordenada para a execução de uma política unitária no sector da investigação, tendo em conta o facto de o enquadramento legislativo nacional e internacional em vigor ser desadequado aos objectivos ambiciosos que a União se propõe em matéria de investigação.

Considero também fundamental tomar medidas para melhorar a interface entre a indústria e a investigação académica, ainda muito pouco desenvolvida em alguns Estados-Membros da União Europeia, entre os quais a Itália. Para concluir, no meu entender, no âmbito da investigação deveriam ser estabelecidos novos laços e reforçados os laços entre investigadores públicos e privados, uma vez que apenas mediante a colaboração de todas as partes envolvidas a investigação poderá dar azo a um progresso tecnológico efectivo e equilibrado.

#### - Relatório Philippe Morillon (A6-0009/2009)

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. - (EN) Votei a favor do relatório Morillon que emenda a Convenção do Atlântico Nordeste. Não obstante, considero que a UE não deve ser uma parte contratante desta Convenção; pelo contrário, penso que as nações pesqueiras do Atlântico Nordeste, individualmente consideradas, devem juntar-se à Rússia, à Islândia e à Noruega enquanto partes contratantes independentes.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Morillon sobre as alterações à Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste.

A Comissão de Pescas do Atlântico Nordeste, instituída pela referida Convenção, desempenha um papel muito válido na conservação e na utilização óptima dos recursos haliêuticos, propondo-se ainda promover a cooperação entre os Estados signatários da Convenção.

Estou de acordo com as alterações efectuadas à Convenção, uma vez que permitem definir um processo de resolução de litígios e melhorar a gestão dos recursos haliêuticos. Constitui assim um instrumento útil para o desenvolvimento do sector da pesca.

#### - Relatório Glenys Kinnock (A6-0039/2009)

**John Attard-Montalto (PSE)**, *por escrito*. - (EN) Tendo em conta a proposta de resolução do PE sobre um lugar especial para as crianças na acção externa da UE, sou a favor do relatório, uma vez que se refere aos direitos dos mais vulneráveis da sociedade, nomeadamente as crianças, mas não concordo com cláusulas específicas que podem tolerar o aborto.

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, voto a favor. As perspectivas das crianças merecem e requerem atenção. Elas próprias nos dizem que desejam ser consultadas e que as suas opiniões e perspectivas, e as suas esperanças e sonhos, sejam integrados nos esforços com vista à construção de um mundo à medida das crianças.

No trabalho em prol da consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), temos de dar mais atenção em todas as nossas estratégias, iniciativas e prioridades de financiamento às prioridades definidas pelas próprias crianças para as crianças. Durante o meu mandato, tive oportunidade de visitar países em desenvolvimento, bem como de colaborar com organizações sem fins lucrativos como a Unicef e tenho consciência de que são muitas as prioridades a enfrentar.

Para conseguirmos melhorar a situação das crianças de forma sustentável, temos de nos concentrar nas causas de fundo das violações dos direitos das crianças, mas temos sobretudo de colaborar com todas as associações de voluntariado que estão há anos bem estabelecidas em contextos muito diferentes dos da nossa Europa, no que se refere aos aspectos culturais, económicos, estruturais e políticos.

**Louis Grech (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Tendo em conta a proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre um lugar especial para as crianças na acção externa da UE, a nossa delegação é a favor do relatório, uma vez que se refere aos direitos dos mais vulneráveis da sociedade, nomeadamente as crianças. Apesar de não haver uma referência directa à promoção do aborto, quero deixar claro que não apoio certas cláusulas que podem tolerar o aborto.

**Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) Para mim a UE representa uma união de valores e apoio as partes do relatório que nos chamam a atenção para a vulnerabilidade das crianças no mundo. Não há dúvidas de que a sociedade tem de assumir a responsabilidade de proteger os direitos das crianças, de reduzir a mortalidade infantil nos países pobres e de combater todos os tipos de exploração infantil.

No entanto, há trechos do relatório que não consigo apoiar, e isso inclui a proposta de nomeação de um representante especial da UE responsável por "dar visibilidade e assegurar a posição de liderança da União Europeia em matéria de direitos das crianças". As medidas necessárias para assegurar os direitos das crianças são e devem continuar a ser um assunto do foro nacional. Se a cooperação internacional for considerada necessária, deverá enquadrar-se no âmbito das Nações Unidas, e não da União Europeia.

Apesar destas ressalvas, optei por votar a favor do relatório.

**Mairead McGuinness (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Absteve-me na votação final deste relatório porque estou apreensiva com a redacção do n.º 44. Em geral, a essência deste relatório é muito boa, uma vez que salienta a necessidade de ter as crianças em especial consideração nas acções externas da UE. Por conseguinte, apoio a grande maioria dos números deste relatório, mas absteve-me devido a dúvidas relativas ao n.º 44.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dou o meu voto favorável ao relatório apresentado pela senhora deputada Kinnock relativo às crianças e à acção externa da União Europeia.

A tutela das crianças é certamente um objectivo que se propõe a União Europeia, quer dentro quer fora das fronteiras da Comunidade. Ao longo dos anos, as instituições comunitárias foram atribuindo cada vez mais importância à protecção dos direitos das crianças, que deve sempre ser considerada no âmbito da adopção de políticas. Sou favorável à opinião de que é oportuno envolver mais as crianças na tomada de decisões que lhes dizem respeito, partindo das decisões tomadas a nível local, onde as crianças têm mais possibilidades de intervir em questões que lhes são próximas.

Considero igualmente que, para permitir às crianças o pleno exercício dos seus direitos, é necessário tomar medidas de carácter global no que se refere às seguintes prioridades: redução da pobreza, combate às discriminações, aumento do nível e da qualidade da educação. Para atingir estes ambiciosos objectivos é fundamental conferir mais recursos intelectuais e financeiros a este sector.

**Anna Záborská (PPE-DE)**, *por escrito*. – (SK) Votei contra esta proposta de resolução.

A razão para o ter feito reside no facto de, por um lado, a Comissão afirmar que, ao abrigo dos acordos internacionais e da jurisprudência do Tribunal Europeu de Justiça, a UE não dispõe de competência geral no domínio dos direitos fundamentais, incluindo os direitos da criança (COM(2006) 367, n.º 3 do artigo 1.º, página 3) e, por outro lado, a União Europeia pretender utilizar esta resolução para assumir competências que não possui.

A resolução não reconhece a soberania dos países em vias de desenvolvimento no campo da ética. Contrária o n.º 9 da Plataforma de Acção da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, que afirma o seguinte: "A implementação desta Plataforma, nomeadamente através de legislação nacional e da formulação de estratégias, políticas, programas e do desenvolvimento de prioridades, é da soberana responsabilidade de cada Estado, em conformidade com todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; tanto o significado como o pleno respeito pelos diferentes valores religiosos e éticos, os antecedentes culturais e as convicções filosóficas dos indivíduos e das suas comunidades devem contribuir para que as mulheres usufruam inteiramente dos seus direitos humanos, a fim de se alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a paz."

Por fim, o relatório também se concentra no apoio à saúde sexual e reprodutiva, um termo que nunca foi definido pela UE. A OMS e algumas organizações não governamentais utilizam este termo para apoiar o aborto. A resolução apoia abertamente a saúde sexual e reprodutiva no n.º 44, sem a definir ou respeitar a competência da União Europeia neste domínio. Isto é inaceitável.

#### **- Relatório Jean Louis Cottigny (A6-0023/2009)**

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) A universalidade da actual crise financeira significa que esta irá afectar os Estados-Membros, independentemente da sua estrutura económica. Nesta perspectiva, o relator crê que temos de reavaliar o direito dos trabalhadores a serem informados e consultados. Este direito, contrariamente ao que habitualmente se pensa, não é um procedimento que impeça uma empresa de reagir a mudanças. As partes participantes, os empregadores, os trabalhadores contratados e as instituições governamentais têm de compreender que este processo é mais apto para os ajudar a prever as consequências económicas e sociais das mudanças no ambiente de uma empresa.

Por este motivo, todos os empregadores e os trabalhadores contratados europeus devem conhecer e reconhecer este procedimento que é o Modelo Social Europeu. Qualquer empresa que opere dentro do território da União Europeia, enfrentando uma tal mudança no seu ambiente económico, deverá poder utilizar o mesmo alerta precoce e as mesmas medidas de preparação que os seus concorrentes na União Europeia, o que, aliás, incentivaria a concorrência leal entre empresas, em conformidade com as regras do mercado interno.

**Proinsias De Rossa (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório que foi iniciado pelo Grupo Socialista. O relatório versa sobre os direitos dos trabalhadores à informação e à consulta. O relatório insta os Estados-Membros a melhorarem a aplicação da directiva-quadro de 2002, em particular:

- instituindo sanções efectivas, proporcionadas e dissuasivas
- garantindo que a informação é enviada atempadamente para que os representantes dos trabalhadores possam reagir antes de qualquer decisão da gestão central
- alargando os limiares de efectivos independentemente da idade ou do tipo de contrato de trabalho para abranger todos os trabalhadores

O relatório insta, também, a Comissão a instaurar processos por infracção contra os Estados-Membros que não transpuserem esta legislação, a garantir que todas as directivas em matéria de informação e de consulta são coerentes e a propor a revisão destas em caso de necessidade.

Temos de dar uma voz mais forte aos trabalhadores no processo decisório das suas empresas. Isto é ainda mais importante em tempos de crise, para reduzir ou evitar a perda de postos de trabalho.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Durante o debate deste relatório procurámos a sua melhoria na defesa dos direitos dos trabalhadores de todos os sectores. Assim, consideramos positivo que tenha sido acolhida a nossa seguinte proposta que, agora, consta da deliberação do Parlamento Europeu:

"Garantir aos representantes dos trabalhadores da administração pública e de empresas do sector público e financeiro os mesmos direitos à informação e consulta que são atribuídos aos demais trabalhadores".

Esperamos que os Estados-Membros a tenham em conta, assegurando a todos os trabalhadores os mesmos direitos à informação e consulta.

De um modo geral, a visão do relatório é positiva, insistindo na necessidade de reforçar os direitos de informação e consulta nos vários Estados-Membros. Esperamos também que a Comissão Europeia apresente um relatório de avaliação dos resultados obtidos através da aplicação da Directiva 2002/14/CE relativamente ao reforço do diálogo.

Relativamente às fusões e aquisições, poderia ter ido mais longe, na sequência, aliás, do que já aconteceu noutros momentos, designadamente quando aprovaram a nossa proposta que visa garantir aos representantes dos trabalhadores em todo o processo de reestruturação de empresas, designadamente industriais, a disponibilização de informação e a possibilidade de intervenção decisiva, incluindo o direito de veto, em caso de não cumprimento pelas empresas das suas obrigações contratuais.

**Malcolm Harbour (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Os conservadores apoiam plenamente os princípios da consulta e da participação dos empregados na gestão de empresas bem sucedidas.

Contudo, não acreditamos que esta seja uma área apropriada à intervenção ao nível da UE.

Embora apoiemos, em geral, a transposição coerente e efectiva do direito comunitário, considerámos apropriado abstermo-nos nesta votação.

**David Martin (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório, que insta os países que não o tenham feito a aplicarem uma directiva de 2002 que procura reforçar o processo de informação e de consulta dos trabalhadores na UE. Este relatório exorta a Comissão a tomar medidas imediatas que assegurem uma transposição efectiva da directiva e a instaurar processos por infracção contra os Estados-Membros que não transpuseram a directiva ou que não o fizeram correctamente. O relatório solicita que seja permitido aos representantes dos trabalhadores examinarem os dados fornecidos, que as informações sejam fornecidas em tempo útil antes da consulta e que os sindicatos sejam envolvidos no processo a fim de consolidar o diálogo social.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dou o meu voto favorável ao relatório apresentado pelo senhor deputado Cottigny sobre a informação e a consulta dos trabalhadores na Comunidade Europeia.

A Directiva 2002/14/CE constituiu um importante passo em frente no que respeita ao envolvimento democrático dos trabalhadores nas decisões que afectam as empresas onde trabalham, nomeadamente num momento como o actual, em que as dificuldades económicas obrigam muitas empresas a tomar decisões cruciais, como reestruturações e deslocalizações.

Verificou-se, contudo, que a Directiva não foi correctamente transposta em vários países, que se limitaram a adoptar disposições minimalistas. Com efeito, seria importante fazer um trabalho de harmonização das legislações entre os Estados-Membros da União com o objectivo de poder garantir às empresas europeias os mesmos instrumentos de antecipação e de preparação para fazer face às transformações do seu ambiente económico.

Prosseguindo o mesmo objectivo, seria ainda conveniente alargar o âmbito de aplicação da directiva a todas as PME europeias, incluindo as de menores dimensões em termos de número de trabalhadores, de modo que nenhuma possa ficar em situação de desvantagem.

**Anna Záborská (PPE-DE)**, *por escrito*. – (SK) Apoio esta iniciativa em prol dos trabalhadores, visto que a informação e a consulta dos mesmos constituem elementos essenciais da economia social de mercado e não devem ser consideradas um obstáculo ao desenvolvimento das empresas. Na situação actual, perturbada pela crise financeira, necessitamos de reforçar os direitos democráticos dos trabalhadores envolvidos na tomada de decisões, tanto mais que se esperam reestruturações, fusões e deslocalizações da produção.

Penso que a consulta dos trabalhadores é particularmente importante e justificada em duas áreas: a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e a protecção do domingo como um dia de descanso, aspectos que constituem os pilares essenciais do modelo social europeu e uma parte integrante do património cultural europeu.

Pessoalmente, apoiei a exigência de que o domingo fosse um dia sem trabalho obrigatório, apresentada na declaração escrita 0009/2009, que se encontra actualmente em processo de assinatura no Parlamento Europeu.

Quanto à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, trata-se de uma questão que tratei recentemente no meu relatório sobre a solidariedade entre gerações. Passo a citar: "é necessário definir as políticas e os instrumentos que permitam articular um trabalho de qualidade com as responsabilidades domésticas de mulheres e homens; a conciliação dos projectos familiares, da vida privada e das ambições profissionais só será possível se as pessoas em causa tiverem uma verdadeira liberdade de escolha, em termos económicos e

sociais, e beneficiarem do apoio prestado pelas decisões políticas e económicas aos níveis europeu e nacional, sem que tal se traduza numa desvantagem.”

**- Relatório Patrizia Toia (A6-0015/2009)**

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, concordo e apoio plenamente o ponto de vista da senhora deputada Toia ao enfatizar o papel da economia social na criação de empregos de elevada qualidade e no reforço da coesão social, económica e regional, promovendo a cidadania activa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica.

Estou ciente de que a riqueza e o equilíbrio de uma sociedade provêm da sua diversidade, e de que a economia social contribui activamente para essa diversidade, reforçando consequentemente o modelo social europeu e introduzindo um modelo de empresa específico que lhe permite contribuir para um crescimento estável e duradouro da economia social, pelo que concordo com a senhora deputada quando reconhece que a economia social apenas poderá desenvolver todo o seu potencial se puder beneficiar de condições políticas, legislativas e operacionais adequadas.

Recordando que a Comissão já várias vezes reconheceu o conceito de economia social, apoio o convite que a senhora deputada lhe dirige no sentido de promover a economia social nas suas novas políticas e de defender o conceito de “abordagem empresarial diferente” da economia social, cujo motor principal não é a rentabilidade financeira, mas sim a rentabilidade social.

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) A economia social ajuda a concretizar os quatro principais objectivos da política de emprego da UE: melhorar as oportunidades para os residentes encontrarem trabalho, incentivar as empresas, nomeadamente através da criação de empregos locais; melhorar a capacidade de adaptação das empresas e dos trabalhadores, nomeadamente através da modernização da organização do trabalho; e reforçar as políticas de igualdade de oportunidades, em primeiro lugar organizando medidas em matéria de políticas públicas no sentido de ajudar a conciliar o trabalho e a vida familiar. As empresas da economia social podem proporcionar grandes benefícios adicionais à sociedade, isto é, envolver as pessoas no desenvolvimento económico da sociedade europeia, aumentar a democracia empresarial com a participação de membros e colaboradores, bem como aplicar os princípios da responsabilidade social e a prestação local de serviços.

É importante encadear a economia social com os objectivos de coesão social e de cidadania activa, tendo em conta as características da economia social local e o seu papel no sentido de incentivar uma participação activa. As actividades mencionadas ajudam geralmente a fortalecer as relações sociais, e estas são particularmente importantes num mundo em que há cada vez mais isolamento social e separação.

**Proinsias De Rossa (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório, que convida a Comissão a promover a economia social nas suas novas políticas e a defender o conceito de “abordagem empresarial diferente” da economia social, cujo motor principal não é a rentabilidade financeira, mas sim a rentabilidade social, de modo que as especificidades da economia social sejam tomadas realmente em conta na elaboração de enquadramentos jurídicos. Apela ainda à Comissão e aos Estados-Membros para que desenvolvam um quadro jurídico que reconheça a economia social como um terceiro sector, bem como para que estabeleçam regras claras para determinar quais as entidades que legalmente podem funcionar como empresas da economia social.

As empresas da economia social caracterizam-se por uma forma de funcionar em termos empresariais diferente das empresas de capitais. Trata-se de empresas privadas, independentes das autoridades públicas, que dão resposta às necessidades e solicitações dos seus membros e do interesse geral. A economia social é constituída por cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações, bem como por outras empresas e organizações que partilham as características fundamentais da economia social.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Demos vários contributos, através da participação no debate na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, e apresentámos diversas propostas visando melhorar a posição inicial da relatora. Nem sempre conseguimos que as nossas opiniões fossem acolhidas, e a deliberação final fica aquém do que seria desejável.

Mas reconhecemos o papel importante de diversas formas de economia social, a riqueza da diversidade das suas instituições bem como as características específicas que apresentam, com necessidades diferentes, e

defendemos o seu apoio, mas consideramos que isso não pode pôr em causa a qualidade dos serviços públicos, designadamente em áreas onde a economia social também desempenha um papel significativo.

Reconhecemos que a economia social pode contribuir para o reforço do desenvolvimento económico e social e uma maior participação democrática, sobretudo se tiver condições de apoio e não servir para pôr em causa serviços públicos universais e acessíveis a toda a população. É preciso ter em conta que a economia social não pode substituir o património e a gestão pública dos serviços públicos, mas pode ser um importante complemento.

**Malcolm Harbour (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Os meus colegas conservadores britânicos e eu próprio somos muito solidários com o contributo dado à economia europeia pelas organizações e empresas que trabalham no sector “sem fins lucrativos”. Os conservadores acreditam firmemente, por exemplo, nos benefícios de comunidades a trabalharem em conjunto, no trabalho de instituições de caridade e no sector do voluntariado em geral, e requereu recentemente uma ampla investigação neste domínio.

Existem, contudo, algumas recomendações relativas a novas medidas europeias neste relatório que não podemos aceitar.

Decidimos, portanto, abster-nos.

**Anna Ibrisagic (PPE-DE)**, *por escrito*. – (SV) Votámos hoje contra o relatório de iniciativa (A6-0015/2009) sobre a economia social apresentado pela senhora deputada Toia. Concordamos que a economia social tem um papel importante na sociedade de hoje, mas não podemos aceitar que as empresas da economia estejam sujeitas a regras diferentes das das outras empresas. É impossível traçar uma linha que distinga com clareza os diferentes tipos de empresas, e não achamos que as cooperativas e as mutualidades devam ser mais favorecidas do que as pequenas empresas, por exemplo, em termos de possibilidades de financiamento e outros tipos de ajuda.

**Livia Járóka (PPE-DE)**, *por escrito*. – (HU) Gostaria de felicitar a senhora deputada Toia pelo seu relatório sobre a economia social, que aponta para o papel fundamental das empresas da economia social na integração do mercado de trabalho, já que essas empresas podem dar um grande contributo para o desenvolvimento e para a coesão social, devido à sua proximidade com as comunidades locais. Além disso, os participantes da economia social podem integrar os processos de produção com o bem-estar social no âmbito das suas actividades, e também promovem a autogestão. Desta forma, o funcionamento eficiente da economia social, ou do terceiro sector, é especialmente importante no que respeita às pessoas desfavorecidas. Isso inclui a questão do emprego para a população romanichel, que enfrenta uma taxa de desemprego inaceitável em toda Europa.

Para um funcionamento eficiente da economia social, impõe-se criar um quadro jurídico apropriado, ou seja, garantir o reconhecimento jurídico dos seus integrantes, sejam eles fundações, cooperativas ou outro tipo de associações. É importante facilitar o acesso ao crédito, concessões fiscais e outros incentivos a estas organizações. Seria vantajoso pensar na introdução de um financiamento comunitário único para as empresas mais eficazes em termos de coesão social.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório sobre a economia social apresentado pela senhora deputada Toia.

Tal como a relatora, considero que a economia social tem vindo a assumir uma importância crescente na actual situação económica, em que frequentemente se torna necessário responder a necessidades às quais as modalidades tradicionais da economia não são capazes de dar resposta. A economia social desempenha um papel importante na realização dos objectivos da União Europeia, tais como a melhoria da empregabilidade, a coesão social e o reforço das políticas de igualdade de oportunidades.

Concordo também que a economia social deve sempre ter em conta a evolução do mercado, sujeito a constantes transformações, de molde a permitir a elaboração de estratégias eficazes para a consecução dos seus objectivos. Tal pode ser concretizável mediante a constituição de redes entre as partes envolvidas e o reforço da cooperação e da troca de experiências nos vários níveis: local, nacional e transnacional.

**Andrzej Jan Szejna (PSE)**, *por escrito*. – (PL) A economia social obedece aos princípios fundamentais do Modelo Social Europeu, pelas suas características e valores de base. Coloca as pessoas e os objectivos sociais acima do capital, ao associar os interesses dos seus membros ao bem comum e implementar um sistema de controlo democrático, que é aplicado pelos seus membros. No seu conjunto, a economia social representa 10% das empresas e 6% do mercado de trabalho da Europa.

A economia social, também chamada economia de solidariedade e sector terciário, é um instrumento-chave para o alcance dos objectivos de Lisboa. É um sector com grande potencial de criação de empregos e pode constituir, de facto, um meio de concretizar o objectivo do crescimento económico.

O sector terciário desempenha um papel de relevo na economia europeia, aos associar a rendibilidade e a solidariedade.

Perante esta crise, a que vimos assistindo com alarme, e que temos procurado, em vão, vencer, é urgente garantir a estabilidade financeira. Os europeus temem perder os seus empregos e esperam ser alvo de um tratamento digno. É dever da União Europeia e dos Estados-Membros responder às necessidades reais, criar reais oportunidades e construir uma nova esperança, a bem de todos os europeus.

O desenvolvimento da economia solidária é uma das formas de melhorar a situação.

Apoio a proposta da relatora. A Comissão Europeia deveria não só promover a economia social como adoptar medidas concretas para a criação de um quadro legal para o funcionamento de entidades como as cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações, e elaborar um programa de apoio financeiro, aconselhamento e formação para as empresas existentes, e as novas que venham a ser criadas.

**Michel Teychenné (PSE), por escrito.** – (FR) Mais do que nunca, a economia social deve dispor de um quadro jurídico específico, e o relatório da senhora deputada Toia vai no bom sentido.

A Comissão Europeia retirou duas propostas que visavam criar estatutos específicos para as sociedades mútuas e as associações europeias. Numa altura em que as falhas do sistema capitalista são evidentes, não é normal a retirada de propostas que promovem formas de organização económica alternativas e eficazes.

Baseada nos princípios da mutualidade e da solidariedade, a economia social promove uma nova concepção do espírito empresarial, mais humano e em ruptura com a abordagem capitalista caracterizada pela simples procura de lucros. Este tipo de economia registou um desenvolvimento notório nestes últimos anos, representando hoje 10% das empresas e 6% do emprego na União Europeia.

Apesar da atitude lamentável da Comissão, podemos congratular-nos com o apoio demonstrado pelo Parlamento. A exortação para que se tome em consideração as características da economia social na elaboração das políticas da União Europeia é positiva, tal como a solicitação de reactivação da rubrica orçamental específica para a economia social.

**Anna Záborská (PPE-DE), por escrito.** – (SK) Na resolução sobre as mulheres e a pobreza na União Europeia (A6-0273/2005), mencionei e volto a enfatizar a necessidade urgente de promover uma nova Europa marcada pela coexistência criativa das culturas e das mentalidades e o pleno respeito da diversidade. Uma Europa na qual o conceito de liberdade responsável não abranja apenas a livre circulação de capitais e onde os cidadãos partilhem as suas capacidades, independentemente do seu estatuto social, uma Europa na qual a criatividade é desenvolvida e a dignidade de cada cidadão é protegida para o bem comum. Também referi as novas formas de pobreza e da exclusão social que deveriam promover a criatividade entre aqueles que estão expostas às mesmas.

O relatório da senhora deputada Toia apoia esta abordagem. Congratulo-me com isso e votei a favor do relatório.

Os valores da economia social de mercado são compatíveis, em termos gerais, com os objectivos universais da UE no que diz respeito à inclusão social, pelo que deveriam incluir trabalho adequado, formação especializada e reintegração no mercado laboral. As economias sociais mostraram que podem melhorar significativamente a situação das pessoas desfavorecidas, por exemplo, as empresas de microcrédito criadas pelo Prémio Nobel Muhammad Junus, que melhoraram a situação e aumentaram a influência de mulheres, permitindo-lhes melhorar a sua situação financeira e familiar. A inovação social apoia as pessoas com deficiência na procura de soluções dos seus problemas sociais, a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a qualidade de vida familiar e a capacidade de cuidar das crianças, dos idosos e dos deficientes.

#### **- Relatório Evangelia Tzampazi (A6-0034/2009)**

**Liam Aylward (UEN), por escrito.** – (EN) As doenças mentais afectam o número impressionante de uma em cada quatro pessoas. A estigmatização e a discriminação dos que sofrem de doenças mentais ainda persistem. Até 2020, prevê-se que a depressão venha a ser a maior causa de doenças no mundo desenvolvido.



Actualmente, na UE, cerca de 58 000 pessoas suicidam-se todos os anos, mais do que o número de vítimas mortais de acidentes rodoviários ou homicídios.

A necessidade de acções públicas de informação nas escolas e, a partir daí, para todos os sectores da nossa vida é crucial. Nós, enquanto legisladores, assistentes sociais e pessoas com responsabilidades nas nossas comunidades, temos de dar prioridade ao diagnóstico precoce e à intervenção precoce a fim de combater o estigma.

O ensinamento crucial para os nossos serviços que retiramos da investigação é o facto de a saúde mental ser em grande medida determinada durante os primeiros cinco anos de vida. Assim, promover a saúde mental das crianças é um investimento para o futuro.

Os projectos da UE já revelaram ser bem-sucedidos, abordando a depressão pós-parto nas mães, melhorando as aptidões parentais, organizando visitas de enfermeiras para ajudar futuros e novos pais e fornecendo recursos às escolas. A investigação mostra que fornecer recursos às escolas para os nossos jovens estudantes pode melhorar o desenvolvimento da criança e reduzir a intimidação, a ansiedade e os sintomas depressivos.

**Charlotte Cederschiöld, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE), por escrito.** – (SV) Nós, conservadores suecos, votámos hoje a favor do relatório de iniciativa (A6-0034/2009) sobre a saúde mental apresentado pela senhora deputada Tzampazi. Acatamos a decisão dos Estados-Membros de fazerem parte do Acordo Europeu para a Saúde Mental e o Bem-estar referido no relatório. Achamos natural que os Estados-Membros cooperem e partilhem experiências neste domínio da maneira como acharem bem.

No entanto, gostaríamos de nos pronunciar contra o trecho que apela por orientações relativas à cobertura da saúde mental por parte dos meios de comunicação social. Não estamos de acordo com a proposta de orientações a nível europeu. Preferimos manter a liberdade e a independência dos meios de comunicação de massa.

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito.** – (EL) A reestruturação do sistema de saúde mental que se está a promover serve os interesses do capital, das reestruturações capitalistas e da comercialização da saúde, em vez de servir os interesses dos doentes. A maioria dos serviços de saúde mental, pelo menos os que geram lucros para o capital, está a ser privatizada no âmbito da Estratégia de Lisboa.

A muito vasta maioria dos doentes mentais internados em hospitais psiquiátricos e outras instituições de solidariedade social depara-se com condições de vida miseráveis e absolutamente humilhantes, e observam-se enormes deficiências a nível de cuidados primários e secundários.

A intervenção no sector dos cuidados de saúde por ONG, patrocinadores e outros "filantropos" para além do capital privado servem de alibi e, ao mesmo tempo, de ponte de passagem para a privatização total dos serviços.

As vítimas, para além dos doentes mentais, na área das infra-estruturas privadas ou ditas "sociais" são os trabalhadores, que vêem os seus direitos laborais a ser violados e que trabalham em regime de trabalho temporário sob a ameaça constante do despedimento.

Apoiamos a abolição da forma de cuidados psiquiátricos de tipo asilar aplicada pelos governos burgueses, a criação de uma rede integrada de serviços de saúde mental no quadro de um sistema de saúde e assistência social único, público e gratuito, bem como a abolição de toda e qualquer actividade comercial que não atenda às necessidades reais não só dos doentes mas também das suas famílias e de toda a gente.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – Este relatório procura chamar a atenção para a saúde mental, a qual, como refere a relatora, afecta o nosso dia-a-dia e contribui para o bem-estar e a justiça social. A má saúde mental, pelo contrário, degrada a qualidade de vida das pessoas e das suas famílias e tem implicações nos sectores da saúde, económico, educativo, de segurança social, penal e judicial.

Actualmente, é cada vez maior a consciencialização de que não há saúde sem saúde mental. É importante reflectir sobre alguns dados que o relatório aponta, designadamente:

- uma em cada quatro pessoas têm algum tipo de perturbação mental pelo menos uma vez na vida
- a depressão é uma das perturbações mais frequentes: afecta uma em cada seis mulheres na Europa e estima-se que, até 2020, será a doença mais frequente no mundo desenvolvido e a segunda causa de invalidez
- registam-se na UE, anualmente, cerca de 59 000 suicídios, 90% dos quais se devem a perturbações mentais

- grupos vulneráveis como os desempregados, os imigrantes, os portadores de deficiência, as pessoas sujeitas a maus-tratos, os utilizadores de substâncias psicotrópicas têm mais probabilidades de ter problemas de saúde mental.

A abordagem conjunta dos desafios postos pela saúde mental é muito importante e deve ser encarada com a mesma seriedade que a saúde física.

**Françoise Grossetête (PPE-DE), por escrito.** - (FR) Votei a favor deste relatório sobre a saúde mental, que defende que este problema deve continuar a ser uma das prioridades políticas da União Europeia em matéria de saúde.

Este relatório faz apelo a medidas de prevenção da depressão e do suicídio, de promoção da saúde mental entre os jovens e os idosos, nos sistemas educativos e nos locais de trabalho. Recorda ainda a necessidade de lutar contra a estigmatização e a exclusão social. O texto convida a Comissão a propor indicadores comuns para melhorar a comparabilidade dos dados e facilitar o intercâmbio de melhores práticas e a cooperação entre os Estados-Membros para a promoção da saúde mental.

Por último, congratulo-me por o relatório estabelecer uma distinção clara entre as doenças neurodegenerativas, como a doença de Alzheimer, e as doenças mentais. A doença de Alzheimer é, de facto, uma doença muito particular que não deve ser tratada da mesma forma que as doenças mentais.

**Ian Hughton (Verts/ALE), por escrito.** - (EN) O relatório Tzampazi aborda uma importante questão de saúde. Com uma em cada quatro pessoas a sofrerem um problema da saúde mental a determinada altura das suas vidas, quase todos nós vamos sofrer de um problema de saúde mental ou estar perto de alguém nessa situação. A doença mental ainda traz consigo um estigma, e é imperativo que os Estados-Membros cooperem a fim de eliminar o estigma e aplicar medidas que assegurem um tratamento justo e uniforme.

**Adrian Manole (PPE-DE), por escrito.** - (EN) As estatísticas da OMS indicam que existem actualmente 450 milhões de pessoas que sofrem de algum tipo de problema mental, comportamental ou psicológico, o que representa 12% da população mundial.

Afirma-se, também, que até 2010 a depressão irá tornar-se a doença mais comum na sociedade moderna.

Por exemplo, na Roménia, em um só hospital, o Hospital de Clínica Psiquiátrica Dr. Alexandru Obregia, deram entrada mais de 22 000 doentes em 2008 e a maioria dos casos reporta-se a depressões ou à esquizofrenia.

Este tipo de pessoas, que são vulneráveis e marginalizadas, tais como os desempregados e imigrantes, bem como os deficientes ou pessoas que tenham sofrido abusos, têm uma grande tendência a sofrer de depressão na actual crise económica.

Todos os países enfrentam o problema da falta de médicos especializados no tratamento de doentes com desordens mentais. A média percentual nos países pobres é de 0,05 psiquiatras para 100 000 habitantes. O problema agrava-se em inúmeros países devido à emigração de pessoal médico especializado. Penso que precisamos, em primeiro lugar e acima de tudo, de resolver o problema da saúde mental das pessoas de um modo muito menos superficial e que todos os Estados-Membros terão de criar programas conjuntos para impedir, por todos os meios possíveis, o agravamento deste problema.

**David Martin (PSE), por escrito.** - (EN) Apoio este relatório, que apela aos Estados-Membros para que promovam acções públicas de sensibilização, combatam o estigma e a exclusão social e melhorem a legislação em matéria de saúde mental. Uma em cada quatro pessoas sofre de problemas de saúde mental pelos menos uma vez na sua vida, mas ainda existe um estigma associado à doença mental. Este relatório codifica os princípios fundamentais, os valores e os objectivos da política em matéria de saúde mental, necessários em toda a Europa para promover uma melhor compreensão.

**Mairead McGuinness (PPE-DE), por escrito.** - (EN) Votei a favor deste relatório e estou particularmente preocupada com o facto de a actual crise económica estar a pressionar os indivíduos e as famílias, o que pode resultar num aumento dos problemas de saúde mental.

Uma em cada quatro pessoas vai sofrer de algum tipo de perturbação mental pelo menos uma vez na sua vida.

A depressão é um dos distúrbios mais comuns, afectando uma em cada seis mulheres na Europa. Estima-se que, até 2020, a depressão se torne na doença mais comum no mundo desenvolvido. Na UE, são cometidos cerca de 59 000 suicídios todos os anos, 90% dos quais imputáveis a uma perturbação mental.

Temos de nos centrar tanto nas questões de saúde mental como nas de saúde física.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, expresso a minha apreciação positiva do relatório sobre saúde mental apresentado pela senhora deputada Tzampazi.

Concordo com a relatora na importância de considerar a saúde mental, a par da saúde física, um factor determinante para uma boa qualidade de vida. É necessário promover a saúde mental quer dos jovens, quer dos adultos e dos idosos, dedicando especial atenção a este último grupo, porquanto mais sujeito a perturbações degenerativas, e às mulheres, por se encontrarem mais expostas a depressões.

Com vista à consecução dos objectivos propostos é necessário, em particular, adoptar medidas destinadas a combater a exclusão social e a marginalização, que podem contribuir para criar situações de perturbações mentais, associadas a medidas capazes de promover a saúde mental no ambiente de trabalho, onde é mais intensa a exposição a vários tipos de pressões e a situações de stress que contribuem igualmente para a manifestação de problemas de saúde mental.

**Anna Záborská (PPE-DE)**, *por escrito*. – (SK) Congratulo-me com o resultado desta resolução. No Intergrupo "Prestadores de cuidados", debatemos frequentemente as possibilidades da UE de participar nesta política, respeitando os princípios da subsidiariedade e da primazia das decisões tomadas pelos Estados-Membros. Apoio o apelo à cooperação entre as instituições europeias a nível nacional, regional e local, assim como entre parceiros sociais nos cinco sectores prioritários da promoção da saúde mental. As pessoas deveriam ser protegidas da estigmatização e da exclusão social, independentemente da idade, do género, da origem étnica e da pertença a um grupo socioeconómico. A sua dignidade humana tem uma importância prioritária e, por esta razão, deveria ser disponibilizada maior assistência e terapia adequada a pessoas com problemas de saúde mental, bem como aos seus familiares e prestadores de cuidados.

A saúde mental depende de vários factores e, por esta razão, no meu relatório sobre solidariedade entre gerações enfizeti a tarefa educacional dos pais em relação às futuras gerações. Também inclui a ajuda a idosos ou familiares deficientes e o papel insubstituível de mulheres e homens enquanto prestadores de cuidados, necessário para aumentar o bem comum. Este papel deveria ser reconhecido como tal pelas políticas sectoriais. Mulheres e homens que tomam a decisão de cuidar dos seus familiares doentes de livre vontade deveriam receber compensação financeira. A interrupção da carreira para cuidar de familiares com problemas de saúde mental não deveria ter um impacto negativo na mesma ou no sustento da família.

Apelo aos Estados-Membros para que apoiem sistemas de interrupção de trabalho que também ofereçam uma solução nestes casos.

#### **- Relatório András Gyürk (A6-0030/2009)**

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) A utilização eficiente da energia deveria ser um dos mais importantes pilares a ser criado na política energética da UE. Através da utilização mais eficaz da energia na Europa, poderíamos garantir uma maior segurança de abastecimento. Como estão a ser tomadas medidas não essenciais, ao longo dos próximos 20 – 30 anos, a dependência da Europa em relação à energia importada (actualmente 50% da nossa energia é importada) pode chegar aos 70%, podendo alguns Estados-Membros tornar-se ainda mais dependentes. Uma utilização mais inteligente da energia poderia reduzir a poluição ambiental. Uma utilização mais eficiente da energia é uma das formas mais eficazes de reduzir a quantidade das emissões de gases com efeito de estufa e de garantir a aplicação dos grandes planos da UE em matéria de política climática. Além disso, as medidas nesta área têm grande influência sobre a competitividade da indústria europeia e a possibilidade de atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa. Uma utilização mais eficiente de energia pode reduzir a carga sobre os consumidores mais vulneráveis e erradicar a pobreza energética.

**Carlos Coelho (PPE-DE)**, *por escrito*. – A eficiência energética é essencial para que a UE consiga reduzir a sua factura energética, sendo um instrumento valioso para a mitigação da dependência do petróleo.

Todas as nações têm muito a ganhar com a partilha de experiências de cada Estado-Membro neste campo, comparando metodologias e estratégias, mesmo que devidamente enquadradas no contexto de cada região.

Para Portugal, lamento que as medidas que têm vindo a ser implementadas não tenham sido apresentadas enquadradas num plano de acção coerente e completo no período regulamentar junto da Comissão, fazendo do meu país um dos poucos que não o fez, impedindo a partilha de soluções.

Esta primeira avaliação dos planos de acção nacionais é um ponto de referência para o diálogo na UE e um instrumento útil para que os Estados-Membros concretizem o espírito da eficiência energética em medidas pragmáticas que produzam os resultados esperados até 2020.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – Diversos Estados-Membros estão a elaborar planos de acção, mas há deficiências sobre a concretização dos objectivos em matéria de eficiência energética. Por isso, parece justa a proposta de dar ênfase à efectiva aplicação de medidas incidindo sobre a eficiência energética, nomeadamente no desenvolvimento das melhores práticas e sinergias e em melhor informação e aconselhamento dos utilizadores finais. Mas não se deve esquecer o apoio que deve ser dado a quem tem maiores dificuldades económicas.

Também parece ser oportuno examinar pormenorizadamente, no âmbito da revisão dos planos de acção prevista para 2009, em que medida cobrem todas as possibilidades de realizar economias na área da eficiência energética, sem pôr em causa a soberania de cada Estado-Membro. Esta análise deve servir para acompanhar as dificuldades e, se for necessário, tomar as medidas adequadas de apoio, visando o objectivo proposto para a eficiência energética.

De igual modo, parece ser importante apoiar as disposições que reforçam o papel exemplar do sector público e o reconhecimento do imenso potencial de aumento da eficiência energética dos edifícios para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para a luta contra as alterações climáticas, tanto em termos de adaptação, como de combate às causas das alterações climáticas.

**David Martin (PSE), por escrito.** – (EN) A União Europeia desperdiça mais de 20% da sua energia devido à ineficiência, e essa percentagem representaria uma poupança de 400 Mtep (megatoneladas equivalente petróleo) de energia e originaria uma enorme diminuição das emissões. Apoio este relatório porque sublinha a necessidade de sermos mais eficientes no que respeita à energia. O relatório apresenta uma meta de menos 9% em perdas de energia até 2016.

**Luca Romagnoli (NI), por escrito.** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório sobre o seguimento dos planos de acção nacionais de eficiência energética, apresentado pelo senhor deputado Gyürk.

O problema do aprovisionamento de energia com que se defronta a Europa é já do conhecimento geral e encontra-se estritamente ligado ao da eficiência energética. O desperdício de energia que se verifica nos países da União constitui um luxo inaceitável que urge combater, de molde a evitar consequências ainda mais graves no futuro.

Concordo com a afirmação de que os planos de acção nacionais foram concretizados apenas em parte, só parcialmente atingindo, portanto, os resultados previstos. Considero, por isso, necessário redobrar os esforços quer do sector público quer do privado, incluindo o envolvimento individual dos cidadãos.

Atendendo ainda à importância das PME na Europa, será igualmente indispensável o seu envolvimento nos planos de acção. Dada a sua maior exposição aos aumentos dos preços da energia, estas empresas poderão beneficiar significativamente da melhor aplicação de medidas de eficiência energética, oferecendo um contributo substancial para a consecução dos objectivos globais.

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE) por escrito.** – (PL) A racionalização do consumo da energia é um objectivo de extrema importância. O público deve tomar consciência de que se trata da forma mais económica de combater as alterações climáticas. No entanto, o ambiente não será o único beneficiado. Quanto melhor for a utilização dada à energia disponível, menor será a quantidade de energia necessária e, por conseguinte, menos dependentes ficaremos da energia que importamos. Na situação actual, em que a energia é utilizada como um instrumento político, não é possível subestimar a relevância deste facto.

Hoje em dia, empregamos a energia de uma forma cada vez mais racional. Os resultados desta política são mensuráveis. Desde 1990, a produção de energia na UE aumentou 40%, e o rendimento *per capita* aumentou um terço, ao passo que a procura de energia registou um aumento de apenas 11%. A gestão mais racional da energia contribuiu, assim, para o crescimento económico em todos os Estados-Membros.

A eficiência energética e as medidas de poupança de energia têm um papel essencial tanto no que respeita à diminuição da procura como à redução do combustível queimado.

A redução das emissões de gases com efeito de estufa, a maior utilização de energia verde e uma gestão mais económica da energia são medidas que criam oportunidades de diminuirmos a nossa dependência do gás e do petróleo importados. A economia europeia precisa tornar-se menos vulnerável à flutuação dos preços da energia e à inflação, bem como aos riscos associados à localização geopolítica destes recursos.

**- Relatório Miguélez Ramos (A6-0016/2009)**

**Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE)**, *por escrito*. - (SV) Nós, sociais-democratas suecos, optámos pela abstenção. Logicamente, não temos nada contra a investigação e um melhor conhecimento das pescas e dos sectores afins. No entanto, acreditamos sobretudo na necessidade de a UE pôr em prática o que prega em relação à política das pescas. A UE precisa agir com celeridade de modo a pôr termo aos problemas da sobrepesca e dos recursos pesqueiros ameaçados. Este tem de ser o ponto de partida e o enfoque da política das pescas.

**John Attard-Montalto (PSE)**, *por escrito*. - (EN) Não podemos subestimar a importância de dedicar especial atenção aos problemas específicos das pescas e da aquicultura. Isto é evidente tendo em conta a importância económica, social e política deste sector na UE. No meu país, Malta, tanto as pescas como a aquicultura merecem especial atenção.

Concordo plenamente com a Comissão das Pescas quando recomenda que, no domínio da investigação científica marinha, seja dada prioridade não só à investigação que visa o conhecimento do estado dos recursos haliêuticos, mas também aos aspectos comerciais, económicos e sociais que determinam a gestão das pescas, já que todos estes aspectos se revestem de crucial importância. Temos de assegurar que, nos domínios das pescas e da aquicultura, seja dada prioridade à investigação aplicada.

É lamentável que, a curto prazo, exista um claro conflito de interesses entre pescadores e cientistas. A longo prazo, os objectivos serão mais compatíveis.

É necessário realizar investigação, tendo em conta a diminuição progressiva das populações. Este factor resultará no desaparecimento de espécies inteiras. É, por isso, imperativo ter plena cooperação neste domínio entre cientistas, pescadores e operadores do sector da aquicultura.

**Charlotte Cederschiöld, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE)**, *por escrito*. - (SV) Nós, conservadores suecos, votámos hoje a favor do relatório de iniciativa (A6-0016/2009) apresentado pela senhora deputada Miguélez Ramos, sobre a investigação aplicada no domínio da política comum das pescas. Estamos de acordo com a premissa básica do relatório, a de que a política das pescas tem de ter uma base científica e que um consenso entre os pescadores e os investigadores constitui a base de uma política orientada para a sustentabilidade.

No entanto, achamos que não se deve mexer nas prioridades e restrições do 7º Programa-Quadro.

**Lena Ek (ALDE)**, *por escrito*. - (SV) Optei por votar a favor do relatório da senhora deputada Miguélez Ramos, sobre a investigação aplicada no domínio da política comum das pescas.

É importante apoiar mais investimento na investigação sobre as consequências da política das pescas nos recursos pesqueiros, nos ecossistemas e na biodiversidade. Tenho, portanto, muitas críticas em relação a certos aspectos da política das pescas da UE. No entanto, a senhora deputada Miguélez Ramos salienta a importância de as decisões políticas serem fundamentadas em bases científicas e na sustentabilidade a longo prazo, e não primordialmente nos interesses a curto prazo da indústria pesqueira, e isso é algo que considero positivo.

Tenho algumas críticas a fazer, no entanto, em relação a possíveis interpretações do relatório que poderiam resultar em mais financiamento e um estatuto mais elevado para a indústria pesqueira europeia. Toda a investigação no sector pesqueiro deve permear-se de uma perspectiva ambiental inequívoca.

**Duarte Freitas (PPE-DE)**, *por escrito*. - Em Dezembro de 2006, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptaram uma resolução importante relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013). Congratulo-me de, já na altura, ter referido a enorme importância de garantir mais e melhor desenvolvimento tecnológico no domínio das pescas e da aquicultura.

Considero, portanto, que este relatório de iniciativa do PE é oportuno e se reveste de grande importância para a prossecução dos objectivos da nova reforma da PCP.

A PCP é uma das políticas comunitárias mais dependentes da investigação científica, dado que a credibilidade das medidas adoptadas no âmbito desta política passa pela existência de pareceres científicos de elevado nível.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico das embarcações, artes de pesca e dos motores, poderão garantir no futuro o desenvolvimento sustentado do sector, protegendo mais o meio ambiente e garantindo mais competitividade às frotas.

Este relatório merece o meu voto favorável.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito.** – A investigação científica pesqueira é essencial para uma adequada política de gestão das pescas, que deverá ter em conta as componentes social, ambiental e económica desta actividade fundamental para assegurar a alimentação.

Esta deverá não só proceder à avaliação do estado dos recursos haliêuticos e desenvolver modelos que permitam prever a sua evolução, mas igualmente contribuir para a melhoria das artes de pesca, das embarcações, das condições de trabalho e de segurança dos pescadores e da avaliação do impacto dos diferentes sistemas/instrumentos de gestão da pesca no emprego e no rendimento das comunidades piscatórias.

Contudo, para que a investigação científica pesqueira dê resposta aos objectivos apontados e às necessidades que se colocam, é indispensável que sejam disponibilizados os necessários meios, incluindo financeiros, pela UE e por cada Estado-Membro, pelo que apoiamos as recomendações nesse sentido que constam no relatório.

No entanto, consideramos que o desenvolvimento da investigação científica, obrigatoriamente, exige a valorização dos seus recursos humanos, o que implica garantir os direitos desses profissionais, no que diz respeito aos contratos de trabalho - combatendo a precariedade dos vínculos laborais com que se confronta grande parte destes investigadores -, remuneração justa e o acesso aos regimes de segurança social, entre demais direitos laborais que assistem aos trabalhadores.

**Ian Hughton (Verts/ALE), por escrito.** – (EN) Votei a favor do relatório da senhora deputada Miguélez sobre investigação no domínio das pescas. Oponho-me à política comum das pescas e entendo que a gestão das pescas deve ser da competência das nações marítimas da Europa, trabalhando em cooperação mútua. Essa cooperação exigirá acções comuns no domínio da ciência e da investigação, e este é um sector em que a UE pode proporcionar valor acrescentado.

**Luca Romagnoli (NI), por escrito.** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado sobre a investigação aplicada no domínio da política comum das pescas.

É cada vez mais importante uma exploração atenta e responsável dos recursos naturais, visto o empobrecimento quantitativo e qualitativo destes recursos que se tem constatado nos últimos anos.

É também fundamental pensar na protecção do ambiente marinho e estudar uma abordagem assente no estudo cuidadoso dos ecossistemas, considerando todas as actividades que envolvem os mares europeus numa perspectiva integrada. Esta actuação poderá certamente contribuir para um desenvolvimento equilibrado quer da economia, quer da sociedade, quer ainda, a médio ou longo prazo, da competitividade global do sistema.

Considero prioritário, portanto, aumentar o financiamento atribuído à investigação aplicada no domínio das pescas, recorrendo aos fundos do 7.º Programa-Quadro de investigação, de acordo com o que já tinha sido estabelecido para os Programas-Quadro anteriores. Será assim possível criar uma rede de centros de investigação que utilizem conjuntamente infra-estruturas especializadas e que partilhem informações e dados úteis às suas actividades.

**Olle Schmidt (ALDE), por escrito.** – (SV) Optámos por votar a favor do relatório da senhora deputada Miguélez Ramos sobre a investigação aplicada no domínio da política comum das pescas.

É importante apoiar mais investimento na investigação sobre as consequências da política das pescas nos recursos pesqueiros, nos ecossistemas e na biodiversidade. Temos muitas críticas em relação a certos aspectos da política das pescas da UE, por motivos ambientais. No entanto, a senhora deputada Miguélez Ramos salienta a importância de as decisões políticas serem fundamentadas em bases científicas e na sustentabilidade

a longo prazo, e não primordialmente nos interesses a curto prazo da indústria pesqueira, e isso é algo que consideramos positivo.

Temos, no entanto, algumas críticas a fazer em relação a possíveis interpretações do relatório que poderiam resultar em mais financiamento e um estatuto mais elevado para a indústria pesqueira europeia. Toda a investigação no sector pesqueiro deve permear-se de uma perspectiva ambiental inequívoca.

#### **- Relatório Charlotte Cederschiöld (A6-0029/2009)**

**Bairbre de Brún (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório Cederschiöld porque acredito que a possibilidade de os cidadãos europeus residirem e trabalharem noutro Estado-Membro é um direito importante. Apoio a intenção do relatório de facilitar a mobilidade dos profissionais e garantir a segurança dos consumidores.

Contudo, há aspectos do relatório Cederschiöld que não apoio plenamente, como as formulações relativas à abolição de obstáculos à livre circulação de pessoas e de serviços, que podem ser interpretadas como uma tomada de posição contra os acordos colectivos no mercado de trabalho. No que respeita à inclusão dos profissionais da saúde no acordo, prevejo um risco de desregulamentação do sector da saúde.

**Małgorzata Handzlik (PPE-DE)**, *por escrito*. – (PL) Uma das liberdades fundamentais do mercado interno da UE é a livre circulação, que nos permite não apenas viajar livremente no interior das fronteiras da União, como procurar trabalho noutro Estado-Membro. O número daqueles que aproveitam esta oportunidade está em constante aumento, e o melhor exemplo desta tendência em anos recentes tem sido a mobilidade dos trabalhadores dos novos Estados-Membros, incluindo a Polónia. No momento actual, cerca de 2% dos habitantes da UE vivem e residem num Estado-Membro que não é o seu.

Apesar de terem sido eliminadas novas barreiras a um mercado interno comum, um dos principais obstáculos para muitos daqueles que procuram trabalho noutro Estado-Membro é o receio de não verem reconhecidas as qualificações que obtiveram noutro país. Esta preocupação está na origem do relatório que estamos hoje a debater, o qual recomenda a criação de uma carteira profissional europeia para os prestadores de serviços. A introdução de uma carteira deste tipo irá facilitar a mobilidade em diversas profissões, oferecendo ao mesmo tempo aos empregadores uma garantia quanto às qualificações dos titulares do documento, e contribuirá para o reforço da transparência no domínio das qualificações, assim como nas áreas do reconhecimento e da comparabilidade de qualificações.

Fico, assim, muito satisfeita, com o facto de o Parlamento Europeu ter adoptado o relatório, que influirá certamente nos futuros debates sobre a criação de uma carteira profissional europeia.

**Jens Holm e Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) A possibilidade de os cidadãos europeus trabalharem e residirem noutro Estado-Membro é um direito importante e nós apoiamos a intenção de facilitar a mobilidade dos profissionais e de garantir a segurança dos consumidores. Contudo, há aspectos no relatório Cederschiöld que não apoiamos plenamente, como as formulações relativas à abolição de obstáculos à livre circulação de pessoas e de serviços, que podem ser interpretadas como uma tomada de posição contra os acordos colectivos no mercado de trabalho. No que respeita à inclusão dos profissionais da saúde no acordo, prevemos um risco de desregulamentação do sector da saúde. Por conseguinte, abstinemo-nos na votação final do relatório.

**Kartika Tamara Liotard (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) A possibilidade de os cidadãos europeus trabalharem e residirem noutro Estado-Membro é um direito importante e eu apoio a intenção de facilitar a mobilidade dos profissionais e de garantir a segurança dos consumidores. Contudo, há aspectos no relatório Cederschiöld que não apoio plenamente, como as formulações relativas à abolição de obstáculos à livre circulação de pessoas e de serviços, que podem ser interpretadas como uma tomada de posição contra os acordos colectivos no mercado de trabalho. No que respeita à inclusão dos profissionais da saúde no acordo, prevejo um risco de desregulamentação do sector da saúde. Por conseguinte, abstive-me na votação final do relatório.

**Nicolae Vlad Popa (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Apoiei com o meu voto esta iniciativa relativa à criação de uma carteira profissional europeia para prestadores de serviços, dado que esta constitui um novo meio de assegurar a livre circulação de pessoas e serviços. Temos de fomentar a migração da mão-de-obra e facilitar a mobilidade profissional tanto quanto possível, ao simplificar e acelerar a troca de informações entre o Estado-Membro de origem e o Estado-Membro de acolhimento.

Segundo as estatísticas das queixas recebidas pela SOLVIT em 2007, 20% delas dizem respeito ao reconhecimento das qualificações profissionais exigidas para exercer uma profissão regulamentada. Ao criar-se uma carteira profissional europeia para os prestadores de serviços, eliminar-se-ão os obstáculos com que continuam a deparar-se os cidadãos europeus que pretendem ter um trabalho remunerado num país que não o seu de origem.

Além disso, a informação contida nesta carteira profissional prestará um apoio quer aos empregadores, quer aos consumidores, sendo também proveitosa para as profissões não regulamentadas e não harmonizadas.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Voto a favor do relatório apresentado pela senhora deputada Cederschiöld sobre a criação de uma Carteira Profissional europeia de prestador de serviços.

Estou convicto de que, embora a Directiva 2005/36/CE tenha por objectivo facilitar a mobilidade dos profissionais, o mercado existente para este tipo de mão-de-obra continua a ser essencialmente um mercado nacional, e de que na União Europeia, de uma forma geral, a mobilidade dos trabalhadores se mantém num nível muito baixo, o que representa um obstáculo ao correcto funcionamento do mercado interno, bem como à consecução da Agenda de Lisboa para o crescimento e o emprego.

Por estas razões, considero fundamental a criação de carteiras profissionais europeias, que já existem em alguns sectores e que devem ser alargadas a todas as profissões, de molde a facilitar o reconhecimento dos profissionais nos Estados-Membros e a consequente possibilidade de os consumidores terem acesso mais facilmente a serviços prestados por fornecedores estrangeiros, contribuindo para uma maior integração do mercado interno europeu.

#### **- Relatório Elspeth Attwooll (A6-0025/2009)**

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Creio que a trágica história da actividade baleeira comercial, combinada com as numerosas ameaças com que se deparam actualmente as populações baleeiras (incluindo, por exemplo, a captura accidental em operações de pesca, as colisões com embarcações, as alterações climáticas globais e a poluição sonora dos oceanos), impõe que a UE deva promover nos principais fóruns internacionais, de forma coordenada e coerente, a protecção das baleias ao mais alto grau e a nível mundial. Exorto a que nos oponhamos a qualquer proposta que possa ser utilizada para legalizar qualquer actividade baleeira para fins científicos e qualquer actividade baleeira comercial junto à costa ou noutros locais, ou igualmente para permitir o comércio internacional de produtos de baleia.

**Duarte Freitas (PPE-DE)**, *por escrito*. – A situação de inúmeras espécies de cetáceos, apesar dos esforços e das iniciativas levadas a cabo pela CBI (Comissão Baleeira Internacional), continua a ser preocupante estando grande parte delas em risco de extinção. A questão relacionada com a captura de baleias para fins científicos continua a ser um "disfarce" para a captura destes mamíferos, razão pela qual a UE deverá interferir no sentido de rever esta posição internacional.

Apoiar a manutenção da moratória que se opõe a todas as propostas relativas a novos tipos de caça à baleia, aceitar que todas as actividades da caça à baleia empreendidas por membros da CBI ficassem sob o controlo desta comissão, e apoiar as propostas tendentes a pôr termo à prática da "caça científica à baleia" fora do controlo da CBI, são algumas premissas previstas neste relatório e que considero fundamentais.

Garantir a definição de uma posição política por parte da UE nesta matéria e assumir uma posição de liderança na persecução de objectivos relacionados com o respeito pela biodiversidade e desenvolvimento sustentado do nosso planeta, são objectivos fundamentais que a UE deverá abraçar.

Este relatório merece, portanto, o meu voto favorável.

**Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito* - (SV) Tal como a relatora, sou favorável a uma moratória global à actividade baleeira comercial e à proibição do comércio internacional de produtos extraídos da baleia. Há também bons motivos para pôr fim àquilo que é designado de "actividade baleeira científica".

Ao lidar com estas questões a nível internacional, devemos buscar cooperação no âmbito da Comissão Baleeira Internacional, e não da UE.

Apesar desta objecção por uma questão de princípio, optei por votar a favor do relatório.



**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pela senhora deputada Attwool sobre a acção comunitária relativa à actividade baleeira.

Concordo com a necessidade de proibir a caça deste mamífero, cuja sobrevivência se encontra ameaçada, e cuja conservação exige que sejam tomadas medidas eficazes. A moratória em vigor relativa à actividade baleeira produziu, até ao momento, bons resultados no que se refere ao aumento das populações deste tipo de cetáceos, embora muitos países com um peso significativo não a tenham ratificado, tendo prosseguido, conseqüentemente, a actividade em causa. Concordo, por isso, com o convite dirigido à Comissão no sentido de avançar com novas propostas destinadas a promover a obtenção de melhores resultados.

Considero também importante a distinção que sempre se fez entre a actividade baleeira com fins comerciais e a caça para fins de subsistência, ainda praticada por algumas populações autóctones. Este tipo de caça beneficia, com justa causa, de uma isenção da moratória, tal como a investigação científica dedicada às baleias, na condição de ser efectuada tendo em consideração a necessidade imperiosa de proteger a espécie.

#### **- Relatório Ivo Belet (A6-0027/2009)**

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, voto a favor. A participação da Comunidade no Observatório justifica-se essencialmente pelo contributo das suas actividades para o reforço da competitividade no sector audiovisual europeu. Refira-se, a título de exemplo, o facto de a distribuição de materiais audiovisuais se defrontar muito frequentemente com o obstáculo de um conhecimento insuficiente das diferenças existentes entre as várias legislações nacionais. O Observatório ajuda a superar este tipo de obstáculos, fornecendo competências e informações sistematizadas a todos os operadores interessados.

Lamentavelmente, contudo, a regulamentação aprovada pela Comunidade Europeia não é suficientemente divulgada em Itália. Por este motivo, é necessária uma maior transparência da legislação, em particular no que se refere aos direitos de autor e à defesa do consumidor, bem como à legislação fiscal e laboral. Para concluir, é fundamental aumentar a capacidade do Observatório para dar seguimento às evoluções mais recentes, nomeadamente os novos padrões de consumo dos produtos audiovisuais (em especial a Internet e os jogos de vídeo).

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Uma das principais razões para a participação da Comunidade Europeia nas actividades do Observatório Europeu do Audiovisual é o requisito de que, através da realização de seu trabalho, o Observatório contribua para reforçar a competitividade da indústria audiovisual da Comunidade. A distribuição de bens audiovisuais, por exemplo, é dificultada, com demasiada frequência, por falta de conhecimento das diferenças entre as legislações nacionais. O Observatório contribui para vencer essas dificuldades, fornecendo conhecimentos especializados e informações sistemáticas a todos os intervenientes relevantes e, por conseguinte, a participação comunitária deve ser avaliada positivamente. Especialmente ao adquirir informação e ao publicitar as suas publicações, o Observatório tornou-se a principal fonte de informação económica e jurídica que abrange diversos segmentos da indústria audiovisual, sendo esta utilizada por operadores, quer do sector público quer do sector e privado. Além disso, a Comissão indica que um dos trunfos mais valiosos do Observatório é a sua capacidade para construir e manter redes de parceiros científicos. Estas redes contribuem para melhorar a qualidade das análises económicas e jurídicas produzidas pelo Observatório.

**Nicodim Bulzesc (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório porque o Observatório Europeu do Audiovisual é a única organização pan-europeia de serviço público dedicada a recolher e a distribuir informação sobre o sector europeu do audiovisual. Desempenha um papel vital fornecendo informação detalhada sobre o sector a organismos públicos e privados deste domínio.

**Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) Votei contra este relatório sobre a participação da Comunidade no Observatório Europeu do Audiovisual, pois considero que cabe aos Estados-Membros envolverem-se e financiarem este Observatório.

**Iosif Matula (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor do projecto de relatório sobre a participação da Comunidade no Observatório Europeu do Audiovisual, um projecto apoiado pelo Grupo do PPE-DE, por uma série de razões.

Em primeiro lugar, acredito que é vital ter o máximo de transparência no mercado audiovisual e assegurar o acesso do maior número possível de instituições a informação relevante nesta matéria. Este é o único

caminho que nos permite ter uma verdadeira concorrência e atingir os objectivos de crescimento económico estabelecidos na Estratégia de Lisboa.

Em segundo lugar, parece-me importante que o Observatório reúna tanto os Estados-Membros da União Europeia como países europeus que não pertencem à Comunidade, o que por si só representa um factor importante de coesão a nível de todos os países europeus. Não só nos permitirá interligar todo o continente, como também facilitará a livre circulação de bens e serviços do sector audiovisual, expandindo assim consideravelmente este mercado.

Contudo, temos de levar em linha de conta o aparecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias de forma a aumentar a eficácia do Observatório.

Pessoalmente, apoio a aplicação de disposições que alarguem o âmbito de actividade do Observatório, de forma a proporcionar uma melhor cobertura nesta área e a fornecer uma informação ainda mais valiosa que seja útil não só numa perspectiva económica, mas também para a compreensão do contexto social e cultural europeu.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Belet sobre a participação da Comunidade no Observatório Europeu do Audiovisual.

Considero muito importante a actividade desenvolvida pelo Observatório, que constitui o único organismo activo na recolha e distribuição de informações sobre a indústria audiovisual europeia, desempenhando, portanto, o útil papel de promover novos desenvolvimentos no domínio do audiovisual, que tem vindo a adquirir uma importância crescente nos últimos anos, recorrendo cada vez mais a tecnologias digitais. Graças aos estudos e análises de mercado, fornece ainda um instrumento de apoio muito válido quer para os decisores políticos quer para a própria indústria audiovisual.

Concordo também que o Observatório deve alargar o seu âmbito de actividades, de molde a incluir igualmente o estudo da legislação fiscal e laboral no domínio do audiovisual, reforçando deste modo a cooperação com os Estados-Membros.

#### **- Relatório Claudio Fava (A6-0026/2009)**

**Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE)**, *por escrito* - (SV) Nós, sociais-democratas suecos no Parlamento Europeu, somos a favor de uma política de imigração generosa, centrada nas necessidades das pessoas. Isso quer dizer que acabámos por dar o nosso apoio ao relatório do senhor deputado Fava, porque está nele expresso que é inaceitável os empregadores explorarem a posição vulnerável dos imigrantes sem documentos, e também porque o relatório confere a esses imigrantes determinados direitos que actualmente não existem em vários Estados-Membros da UE. Um dos pré-requisitos para o nosso voto favorável foi a aprovação, pelo Conselho, da declaração do Parlamento de que o artigo 9.º não deveria ter precedência alguma no futuro, uma vez que poderia dificultar a adopção de regras comunitárias em relação às responsabilidades dos contratantes perante os seus subcontratantes.

Para nós está claro que os contratantes têm de ser responsáveis por assegurar que os seus subcontratantes cumpram os acordos colectivos estabelecidos. Os empregadores não devem poder esquivar-se das leis laborais utilizando uma rede complexa de subcontratantes. Nesta directiva, no entanto, a responsabilidade limita-se ao primeiro nível de subcontratação, o que, para nós, não é aceitável. Contudo, não há nada que impeça os Estados-Membros de adoptarem, individualmente, uma legislação mais abrangente.

Também nos opomos, em princípio, à isenção de indivíduos que contratam imigrantes sem documentos para trabalharem nas suas casas particulares. Achamos que as pessoas sem documentos são sempre vulneráveis, mesmo que estejam a trabalhar para particulares.

**Alin Lucian Antochi (PSE)**, *por escrito*. – (RO) A directiva que acabou de ser votada representa mais um passo em frente na elaboração e aplicação das normas e medidas comuns necessárias para regulamentar a situação dos imigrantes, especialmente os trabalhadores de países terceiros que permanecem ilegalmente na União Europeia.

A perspectiva de uma melhor qualidade de vida, criada pela possibilidade de encontrar emprego, constitui um dos factores principais que incentiva a imigração ilegal. Ao mesmo tempo, as consequências dos benefícios obtidos pelos empregadores incluem o desperdício das finanças públicas e a concorrência distorcida no sector económico, privando os trabalhadores ilegais de qualquer seguro social ou direito a pensão.

Esta é a razão pela qual a actual directiva se refere à política de imigração e as sanções visam os empregadores e não os trabalhadores provenientes de países terceiros. Uma particular atenção deve, também, ser dada aos nacionais dos novos Estados-Membros que, apesar do seu estatuto de cidadãos europeus, continuam sujeitos às regras laborais transnacionais, o que lhes limita o livre acesso ao mercado de trabalho dos Estados-Membros mais antigos.

Medidas como obrigar os empregadores a verificar as autorizações de residência dos trabalhadores de países terceiros e as sanções financeiras e criminais em que eles próprios podem incorrer realçam os esforços da Comunidade e dos Estados-Membros em coordenar as suas políticas em matéria de imigração e trabalho clandestino. De facto, numa altura em que a União Europeia enfrenta uma diminuição acentuada da população, temos de levar em conta o facto de que a solução não é expulsar, mas regularizar a situação destes trabalhadores. Foi com esta esperança que votei a favor deste relatório.

**Lena Ek (ALDE)**, *por escrito* - (SV) Votei a favor do relatório sobre sanções contra os empregadores de imigrantes de países terceiros em situação irregular.

A proposta tem como objectivo evitar a exploração de imigrantes ilegais por parte dos empregadores e ampliar os direitos dos trabalhadores. Quem deve ser punido pelo trabalho ilegal é o empregador que transgride a lei e não o trabalhador.

Há uma carência deste tipo de legislação em certos países da UE. Noutros países, a legislação existe, mas não está a ser implementada ou observada. O estabelecimento de leis comunitárias para evitar a exploração dos imigrantes ilegais é, portanto, para muitos países da UE, uma maneira de melhorar a actual situação.

A proposta que hoje vamos votar possui muitas falhas. Se pudesse decidir, teria mudado muitas partes do texto. Gostaria de ver uma maior protecção das mulheres que trabalham como domésticas, por exemplo. No entanto, a alternativa é não haver directiva nenhuma e, portanto, menor protecção para os quatro a oito milhões de imigrantes ilegais a trabalhar actualmente na UE, que, dada a sua extrema vulnerabilidade, são constantemente explorados pelos empregadores.

Embora seja importante evitar a imigração ilegal e a exploração dos imigrantes de países terceiros em situação irregular, também temos de assegurar mais oportunidades para essas pessoas se estabelecerem e encontrarem trabalho na UE de forma legalizada. Isso está regulamentado noutras directivas que nós, no Parlamento Europeu, temos vindo a negociar ao longo do último ano.

**Glyn Ford (PSE)**, *por escrito*. - (EN) Apoio o relatório Fava sobre sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Alguns empregadores sem escrúpulos estão dispostos a explorar estes trabalhadores ilegais com taxas de remuneração abaixo do mínimo legal, condições horríveis e períodos de trabalho muito longos. Onde forem efectivamente apanhados, têm de ser punidos com sanções severas.

O problema é que existe uma terrível conspiração destinada a manter a exploração escondida. Os empregadores obtiveram os lucros a que claramente não querem renunciar enquanto os trabalhadores, se denunciarem a exploração, correm o risco de serem deportados. Se formos sérios, temos de aplicar uma política que amnistie quem denuncia os exploradores. Isto permitiria alterar o equilíbrio de forças entre empregados e empregadores de uma forma que praticamente eliminaria o problema.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. - (FR) É impossível não aprovar uma proibição geral de emprego de trabalhadores em situação irregular para combater a imigração clandestina, tal como é indiscutível a aprovação das sanções contra os empregadores que recorrem, muitas vezes abusivamente, a esta mão-de-obra, e que nada mais são do que negreiros dos tempos modernos.

Temos, contudo, algumas ressalvas a apresentar. Mais uma vez, a União Europeia aproveita um processo com uma base jurídica comunitária (o primeiro pilar) para alargar as suas competências em termos de harmonização do direito penal dos Estados-Membros, à excepção, todavia, da Irlanda e do Reino Unido, que fizeram valer o seu direito de *opt out* [auto-exclusão] reconhecido pelos tratados.

Recordo-me de um episódio, em França, após uma greve num restaurante na moda da cidade de Neuilly, caro a Sarkozy. Os patrões declararam-se vítimas da rigidez excessiva do mercado de trabalho ou protectores de uma mão-de-obra que pagam com o salário mínimo e que se abriam melhores oportunidades de regularização pelo trabalho. A directiva vem reforçá-las através da possibilidade de regularização do estatuto do trabalhador mediante a simples denúncia do empregador pelo clandestino!

Temo que, nas actuais circunstâncias, em países tão laxistas nesta matéria como França, estas medidas não contribuam para reduzir a imigração ilegal.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito.** – Independentemente da necessidade do reforço de procedimentos que visem combater o recurso ao trabalho ilegal, é inaceitável que, com a actual directiva, se puna tanto o prevaricador, como as suas vítimas.

O objectivo desta directiva é complementar a vergonhosa directiva de "retorno" - que o Governo PS aprovou -, aplicando sanções a empregadores de trabalhadores em situação irregular e estabelecendo como regra geral e de forma automática o procedimento de expulsão destes trabalhadores, com raras excepções.

A expulsão não deve ser a alternativa à sobreexploração dos trabalhadores imigrantes em situação irregular.

Esta directiva não adopta como princípio e salvaguarda central a protecção dos trabalhadores imigrantes que, sendo alvo de situações inaceitáveis, as denunciem. Assim como não assegura plenamente os direitos destes trabalhadores ao estabelecer que "quando os pagamentos em atraso não sejam efectuados pelo empregador, os Estados-Membros não deveriam ser obrigados a cumprir esta obrigação".

Ao não salvaguardar os direitos dos trabalhadores migrantes em situação irregular, não prevendo, em geral, a sua regularização e expondo-os, pelo contrário, à ameaça da expulsão, esta directiva aumentará a vulnerabilidade da situação destes trabalhadores e fomentará situações de trabalho ilegal ainda mais encobertas.

Uma directiva que, uma vez mais, põe a nu a desumana política de imigração da UE, pelo que só merece a nossa rejeição!

**Carl Lang (NI), por escrito.** - (FR) Este relatório, embora interessante sob certos aspectos - constitui um esboço de luta contra a imigração clandestina -, inclui enormes escolhos: ausência de medidas concretas para a protecção das fronteiras internas e externas da União, ausência de medidas relativas à política de expulsão dos clandestinos para os seus países de origem, classificação do clandestino entrado ilegalmente no território da União como um simples ilegal detentor de direitos.

Na realidade, as instituições europeias estão embaraçadas com este dossiê. Por um lado, exigem, em nome da segurança e da justiça, um mínimo de regras europeias destinadas a reprimir a imigração clandestina e, por outro lado, desejam, em nome das suas regras transformadas em dogmas - do ultraliberalismo e da liberdade de circulação -, que o território da União seja um território de acolhimento e atracção para milhões de candidatos à imigração.

Rejeitamos essa filosofia, perigosa para os povos e as nações da Europa. Reafirmamos que eles têm o direito de se defender e de se manter iguais a si próprios.

**Adrian Manole (PPE-DE), por escrito.** - (RO) É facto notório que as políticas relativas à concessão de vistos e as rígidas regras de imigração só foram bem sucedidas em pequena escala na redução da imigração ilegal. Se alguma coisa fizeram foi contribuir para o desenvolvimento de redes de tráfico de imigrantes ilegais.

A proposta de punir os empregadores que empregam cidadãos ilegais é oportuna. Contudo, temos de estar atentos para que não falhe na sua eficácia, porque os motivos que levam as pessoas a imigrar continuam os mesmos, quer se apliquem ou não sanções aos empregadores. Na verdade, os controlos que estão a ser propostos irão forçar os imigrantes sem documentos a escolherem trabalhos ainda piores e a receberem salários ainda mais baixos, especialmente durante a actual crise económica.

É óbvio que estas medidas apenas oferecem uma solução parcial e incompleta para a imigração ilegal e o trabalho clandestino. Os Estados-Membros da União Europeia têm de, a partir de agora, seguir uma política comum e coerente para o problema da imigração ilegal.

**David Martin (PSE), por escrito.** - (EN) Apoio este relatório, que vai impor sanções severas aos empregadores de imigrantes ilegais na Europa. Um dos factores que encoraja os imigrantes ilegais a entrarem na UE é a perspectiva de encontrarem emprego. Apoio esta legislação porque vai criar um sistema mais justo para os trabalhadores europeus em situação regular.

**Andreas Mölzer (NI), por escrito.** - (DE) A perspectiva de encontrar trabalho é atraente para os nacionais de países terceiros por razões muito compreensíveis. Porém, numa época de crise, precisamos de prestar uma atenção particular a quem vai obter os empregos cada vez mais escassos, de modo a prevenir igualmente o surgimento de discrepâncias sociais. Assim, em minha opinião, é importante impor sanções aos empregadores que não cumprem as regras. Nestes tempos conturbados, o trabalho ilegal não pode ser

tolerado, e devemos começar com aqueles casos que estão ao alcance localmente e onde as sanções terão também um efeito. Assim, este relatório é uma tentativa de atacar este problema mais energicamente, dado que o influxo de trabalhadores migrantes não vai diminuir, em particular durante a crise.

**Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Simplificando o problema, existem duas razões para que haja imigrantes ilegais: a situação precária no país de origem e a procura do mercado de trabalho noutros países.

Tendo em conta que, em relação ao primeiro problema, temos fundos para o desenvolvimento e programas de cooperação apoiados pela União Europeia, que obviamente ainda não são suficientes, no caso do segundo, é que o problema, até à data, tem sido abordado de maneira diferente por cada Estado-Membro. São precisas, por isso, regras uniformizadas a nível da Comunidade que penalizem os empregadores, dado que, na maioria dos casos, este é um problema transnacional que envolve redes de tráfico humano que exploram a vulnerabilidade dos imigrantes ilegais.

Apraz-me que o problema dos empregadores que enriquecem à custa dos imigrantes ilegais tenha sido levantado para discussão pelo Parlamento Europeu. Estou convencido de que a aplicação desta directiva irá melhorar as condições reais de emprego na Comunidade.

Tendo em conta que até agora, as políticas dos países se focavam mais na maneira de impedir os imigrantes ilegais de terem acesso ao mercado de trabalho, a partir de agora vamos poder atacar o problema na sua raiz.

Ao mesmo tempo, porém, não devemos interpretar este relatório no sentido de que as fronteiras da União Europeia vão ser fechadas. Longe disso, precisamos de manter as fronteiras do mercado de trabalho abertas com a ressalva de que o fluxo de trabalhadores seja legal e adequado às necessidades do Estado em questão.

**Luca Romagnoli (NI), por escrito.** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no meu entender, o combate à imigração ilegal deve ser uma das prioridades da União Europeia.

Entendo que o restabelecimento das condições de legalidade no mercado de trabalho é necessário, tanto por princípio, como por respeito aos cidadãos europeus, como ainda por respeito aos próprios cidadãos dos países terceiros, a quem por vezes não são garantidas as mais elementares condições de segurança no local de trabalho.

Por este motivo, voto a favor do relatório do senhor deputado Fava sobre as sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Considero estas medidas coerentes com o desejo de construir um mercado de trabalho único europeu mais transparente, mais justo e mais homogéneo.

Estou de acordo com o senhor deputado quando afirma que os empregadores que exploram cidadãos imigrantes devem ser sujeitos a sanções financeiras, administrativas e, em certos casos, penais, proporcionais à gravidade da exploração e que deve caber aos Estados-Membros vigiar os locais de trabalho nos sectores de maior risco, bem como criar mecanismos eficazes para facilitar as queixas de situações de exploração do trabalho clandestino. É oportuno não esquecer que apenas promovendo o respeito absoluto da legalidade no mercado de trabalho podem ser atingidos os objectivos de crescimento do emprego e, de uma forma genérica, de crescimento económico.

**Olle Schmidt (ALDE), por escrito** - (SV) Optámos por votar a favor do relatório sobre sanções contra os empregadores de imigrantes de países terceiros em situação irregular.

A proposta tem como objectivo evitar a exploração de imigrantes ilegais por parte dos empregadores e ampliar os direitos dos trabalhadores. Quem deve ser punido pelo trabalho ilegal é o empregador que transgride a lei e não o trabalhador.

Há uma carência deste tipo de legislação em certos países da UE. Noutros países, a legislação existe, mas não está a ser implementada ou observada. O estabelecimento de leis comunitárias para evitar a exploração dos imigrantes ilegais é, portanto, para muitos países da UE, uma maneira de melhorar a actual situação.

A proposta que hoje vamos votar possui muitas falhas. Se pudessemos decidir, teríamos mudado muitas partes do texto. Gostaria de ver uma maior protecção das mulheres que trabalham como domésticas, por exemplo. No entanto, a alternativa é não haver directiva nenhuma e, portanto, menor protecção para os quatro a oito milhões de imigrantes ilegais a trabalhar actualmente na UE, que, dada a sua extrema vulnerabilidade, são constantemente explorados pelos empregadores.

Embora seja importante evitar a imigração ilegal e a exploração dos imigrantes de países terceiros em situação irregular, também temos de assegurar mais oportunidades para essas pessoas se estabelecerem e encontrarem trabalho na UE de forma legalizada. Isso está regulamentado noutras directivas que nós, no Parlamento Europeu, temos vindo a negociar ao longo do último ano.

**Anders Wijkman (PPE-DE), por escrito - (SV)** Optámos por votar a favor do relatório sobre sanções contra os empregadores de imigrantes de países terceiros em situação irregular.

A proposta tem como objectivo evitar a exploração de imigrantes ilegais por parte dos empregadores e ampliar os direitos dos trabalhadores. Quem deve ser punido pelo trabalho ilegal é o empregador que transgride a lei e não o trabalhador.

Há uma carência deste tipo de legislação em certos países da UE. Noutros países, a legislação existe, mas não está a ser implementada ou observada. O estabelecimento de leis comunitárias para evitar a exploração dos imigrantes ilegais é, portanto, para muitos países da UE, uma maneira de melhorar a actual situação.

A proposta que hoje vamos votar possui muitas falhas. Se pudessemos decidir, teríamos mudado muitas partes do texto. Gostaria de ver uma maior protecção das mulheres que trabalham como domésticas, por exemplo. No entanto, a alternativa é não haver directiva nenhuma e, portanto, menor protecção para os quatro a oito milhões de imigrantes ilegais a trabalhar actualmente na UE, que, dada a sua extrema vulnerabilidade, são constantemente explorados pelos empregadores.

Embora seja importante evitar a imigração ilegal e a exploração dos imigrantes de países terceiros em situação irregular, também temos de assegurar mais oportunidades para essas pessoas se estabelecerem e encontrarem trabalho na UE de forma legalizada. Isso está regulamentado noutras directivas que nós, no Parlamento Europeu, temos vindo a negociar ao longo do último ano.

#### **- Relatório Elisabeth Jeggle (A6-0472/2008)**

**Constantin Dumitriu (PPE-DE), por escrito. - (RO)** O relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas sobre a cultura de produtos alimentares vem com uma série de complementos necessários para melhorar a aplicação das novas disposições.

As estatísticas desempenham um papel vital na elaboração das políticas da Comunidade, porque fornecem uma imagem precisa da oferta e procura do mercado e esta informação ajuda a encontrar um equilíbrio económico. Ao mesmo tempo, a regulamentação uniformizada a nível europeu não deve tornar-se um fardo burocrático, mas sim assegurar que haja uma troca constante de informação entre os Estados-Membros de modo simples e efectivo.

Por esta razão, saúdo a proposta da Comissão e os complementos propostos pelo relator, visto introduzirem uma nova etapa na criação de um quadro jurídico simples e flexível que vai ao encontro dos princípios da União Europeia. O impacto desta regulamentação na agricultura europeia irá determinar uma maior capacidade na resposta aos problemas que podem surgir no mercado, tais como o excesso de produção que pode levar à queda de preços.

**Nils Lundgren (IND/DEM), por escrito - (SV)** Votei a favor deste relatório, em parte porque a proposta da Comissão tem como objectivo a simplificação da legislação actual, e em parte porque as estatísticas agrícolas são de qualquer forma necessárias na situação presente, com a política agrícola comum.

Gostaria de salientar que o meu "sim" em relação a este relatório não representa uma manifestação de apoio à política agrícola comum em si.

**Luca Romagnoli (NI), por escrito. - (IT)** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me com o trabalho desenvolvido pela senhora deputada Jeggle e voto a favor do relatório sobre a necessidade de elaborar estatísticas das culturas.

Partilho a opinião da relatora, que foi também expressa pela Comissão, no que se refere à importância fundamental de que se revestem as estatísticas das culturas para efeitos de avaliação da política agrícola comum e da gestão dos mercados dos produtos vegetais na União Europeia.

Apoio ainda o destaque conferido pela relatora ao facto de os custos e encargos adicionais deverem ser mantidos dentro de limites razoáveis, de modo que os benefícios da simplificação dos procedimentos

administrativos, bem como de facilitação e melhoramento da qualidade da legislação não sejam compensados negativamente pelos custos demasiado elevados das medidas propostas.

Creio que o relatório está em perfeita consonância com o Programa de Acção para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia, apresentado na Comunicação de 24 de Janeiro de 2007, pelo que reitero o meu apoio.

**- Relatório József Szájer (A6-0216/2008)**

**Constantin Dumitriu (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Como já afirmei quando exprimi o meu apoio ao relatório relativo à promoção dos produtos agrícolas no mercado da Comunidade e em países terceiros, o vinho é um dos produtos da Comunidade que goza de uma posição dominante no mercado global e deve ocupar um papel primordial na estratégia comercial da Europa.

De forma a proporcionar um melhor apoio aos diferentes tipos de vinho, não apenas aos ditos clássicos, mas também aos que são referidos no presente relatório, precisamos, contudo, de regulamentação simples e flexível que esteja em conformidade com os princípios europeus da promoção da qualidade. Ao mesmo tempo, precisamos de uma melhor cooperação entre Estados-Membros, instituições europeias, produtores e organizações de produtores e de distribuidores.

Saúdo a proposta da Comissão Europeia e o relatório apresentado pelo nosso colega József Szájer, porque assim iremos ter regras uniformizadas e simplificadas para a definição, descrição e apresentação dos vinhos aromatizados, das bebidas aromatizadas à base de vinho e dos cocktails aromatizados à base de produtos vitivinícolas. Trata-se de produtos de renome mundial e, graças às novas disposições, iremos assegurar para eles uma melhor posição no mercado, apoiando ao mesmo tempo os produtores e distribuidores comunitários.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Szájer sobre vinhos aromatizados, bebidas aromatizadas à base de vinho e cocktails aromatizados de produtos vitivinícolas.

Considero que o sector vitivinícola assume particular relevância na economia da União Europeia, tendo em conta que alguns países, como a Itália, a França e a Espanha se encontram entre os principais produtores mundiais de vinho e exportam os seus prestigiados produtos para todo o mundo. Congratulo-me portanto com a proposta de estabelecer regras específicas para a definição das referidas categorias de produtos à base de vinho, de modo a permitir sempre o reconhecimento e a identificação dos elevados padrões de qualidade dos produtos europeus.

**- Relatório van den Burg (A6-0047/2009)**

**Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE)**, *por escrito* - (SV) Nós, sociais-democratas do Parlamento Europeu, optámos por votar a favor da proposta de directiva que altera a Directiva 2006/112/CE no que respeita às taxas reduzidas do imposto sobre o valor acrescentado. No entanto, gostaríamos de salientar que não achamos que a aplicação de taxas reduzidas do IVA seja uma solução para o problema da economia paralela.

**John Attard-Montalto (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Hoje, votámos o relatório sobre as taxas reduzidas de IVA. Estas alterações sublinham que as taxas reduzidas de IVA terão um impacto positivo na reformulação de muitos sectores dos serviços na medida em que reduzirão o nível do trabalho não declarado.

No que diz respeito ao sector da habitação, é possível aplicar taxas reduzidas de IVA às obras de renovação e reparação que visem aumentar a poupança e a eficiência energéticas.

A proposta começou a ganhar forma no Verão de 2008 e propõe o aditamento de outros serviços fornecidos a nível local, incluindo serviços de restauração.

Para além de serviços nos sectores da habitação e do *catering*, os serviços com grande intensidade de trabalho serão incluídos de forma permanente na lista de serviços elegíveis para taxas reduzidas. Esta categoria é ampliada, passando a incluir serviços prestados a nível local, de natureza semelhante, como, por exemplo: pequenas reparações de bens móveis, incluindo bicicletas, calçado, vestuário, computadores, relógios; serviços de limpeza e manutenção para todos estes bens; serviços de assistência ao domicílio; todos os serviços de assistência pessoal, incluindo serviços de cabeleireiro, serviços de estética, serviços de jardinagem; serviços de renovação e manutenção de locais de culto, do património cultural e de monumentos históricos.

Além disso, a categoria dos produtos farmacêuticos é ampliada, passando a abranger todos os produtos de higiene absorventes, particularmente fraldas de bebés e equipamento médico para pessoas com deficiência.

Os livros impressos, incluindo audiolivros, podem também, ao abrigo desta legislação, beneficiar de taxas reduzidas.

**Carlos Coelho (PPE-DE), por escrito.** – O fomento às Pequenas e Médias Empresas - que representam 99% das empresas da União, responsáveis por mais de 100 milhões de empregos, tendo criado, só nos últimos oito anos, 8 milhões de postos de trabalho - é nuclear no Small Business Act.

O actual diploma exemplifica as medidas tomadas. Permite que determinadas empresas beneficiem de uma taxa reduzida de IVA, simultaneamente tentando solucionar o mercado paralelo de emprego e apelar à criação de empresas legítimas.

Querendo facilitar o funcionamento das PME não podemos ferir princípios essenciais da União. Neste caso, protege-se o Mercado Único aplicando as regras deste documento a empresas que operem apenas localmente, evitando distorções de mercado.

Por todos estes motivos votei a favor deste relatório que considero um exemplo acabado das políticas a adoptar pelo Parlamento Europeu no campo económico.

**Bruno Gollnisch (NI), por escrito.** - (FR) É a primeira vez que estou contente por votar uma directiva europeia sobre fiscalidade. Por algum tempo, enquanto se espera por uma revisão mais global que poderá pôr tudo em causa, as aberrações mais gritantes desta directiva vão, portanto, desaparecer. Os serviços fornecidos localmente, como a restauração, que não têm qualquer implicação nos problemas do mercado interno e da distorção da concorrência, bem como os serviços de forte intensidade de mão-de-obra, poderão beneficiar de uma taxa reduzida.

A bola está agora no campo dos governos. No Conselho, antes de mais, que ainda não tomou uma decisão. A nível nacional, em seguida, onde iremos observar com atenção a forma e a rapidez com que os nossos governos cumprirão as suas promessas eleitorais.

Contudo, temo que esta boa notícia tenha origem na crise, na queda do poder de compra dos Europeus e, sobretudo, na proximidade das eleições europeias. A verdadeira solução teria consistido em acabar, de uma vez por todas, com uma harmonização fiscal que continua a não ter qualquer justificação.

**David Martin (PSE), por escrito.** – (EN) Votei a favor deste relatório, que permitirá à Grã-Bretanha reduzir as taxas de IVA de uma nova categoria de bens e serviços, incluindo serviços de restauração e outros serviços locais. Apoio o relatório porque proporciona às empresas mais pequenas a oportunidade de atrair melhor clientela. O relatório representa uma acção positiva no combate à recessão tornando as empresas pequenas de nível local mais atractivas para os consumidores.

**John Purvis (PPE-DE), por escrito.** – (EN) Os conservadores sempre defenderam que a tributação é uma questão fundamental de soberania e, portanto, é de saudar qualquer iniciativa de transferir competências, nesta área, da União Europeia para os Estados-Membros. Esta medida, que permite aos Estados-Membros aplicar uma taxa reduzida de IVA a uma série de serviços com grande intensidade do factor trabalho e aos serviços fornecidos a nível local de forma permanente, é um exemplo positivo da aplicação do princípio da subsidiariedade, e encorajamos a Comissão a avançar neste sentido. Teríamos apreciado de modo particular que a taxa reduzida tivesse sido alargada às cervejas e sidras produzidas localmente, dado que tal medida ajudaria os *pubs* a sobreviverem numa altura em que sofrem com os elevados níveis de taxas e impostos.

Salientamos que cabe aos Estados-Membros decidir quando é conveniente aplicar estas medidas. A recente redução da taxa geral do IVA no Reino Unido tem sido um exercício dispendioso que produziu poucos efeitos, ao passo que outras medidas, tais como reduções de IVA com muito maior dimensão, mas de orientação específica, conforme permitido por esta proposta, ou o aumento das deduções para efeitos do imposto sobre o rendimento, poderiam ter sido mais benéficas, tanto para os indivíduos como para a economia no seu todo.

**Poul Nyrup Rasmussen (PSE), por escrito.** – (DA) Os sociais-democratas dinamarqueses no Parlamento Europeu, Poul Nyrup Rasmussen, Britta Thomsen, Christel Schaldemose, Dan Jørgensen e Ole Christensen, abstiveram-se de votar o relatório da senhora deputada van den Burg relativo às taxas reduzidas do IVA. É entendimento da nossa delegação que uma redução do IVA na Dinamarca teria efeitos extremamente modestos sobre o emprego, para além de implicar uma problemática perda de receitas para o Estado. Tendo



em conta a actual crise económica, poderá, entretanto, suceder que outros Estados-Membros da UE tenham maior necessidade de utilizar o instrumento do IVA como parte dos seus pacotes nacionais de combate à crise e assim reforçar o emprego em sectores gravemente afectados. Actualmente já estamos a operar com taxas de IVA muito diferenciadas e também não queremos impedir que outros Estados-Membros da UE sigam por este caminho. Poderá também ter um efeito positivo sobre a procura na economia dinamarquesa.

**Peter Skinner (PSE)**, *por escrito*. – (EN) A Delegação do Partido Trabalhista no PE votou a favor do presente relatório. Consideramos que a redução do IVA pode dar um contributo para a manutenção de determinados postos de trabalho e permitir a criação de outros. Cada país apresentou experiências que permitiram acreditar no facto de as condições locais precisarem de reacção local, o que é verdade relativamente a um imposto como o IVA.

No Reino Unido, uma redução geral do IVA levou a uma queda de 1% da inflação e a uma injeção de 12 mil milhões de libras esterlinas na economia.

#### **- Proposta de resolução B6-0097/2009: Alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros**

**Martin Callanan (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Desde o 11 de Setembro de 2001, a América tem conduzido uma guerra à escala global contra o terrorismo. Infelizmente, a cultura absolutista dos direitos humanos na UE e a cobardia política de muitos dos seus mais importantes políticos obrigaram os Estados Unidos a assumir uma responsabilidade desmedidamente desproporcionada pelo combate a uma ameaça que não conhece fronteiras. Os extremistas islâmicos partidários da *Jihad* constituem uma ameaça ao nosso modo de vida. Os políticos têm a responsabilidade de proteger os cidadãos contra este perigo sem precedentes e que põe em causa a nossa existência. Congratulo-me pelo facto de alguns países da UE terem entendido por bem cooperar com a CIA, com os nossos aliados americanos. Não consigo compreender por que razão alguns países colocam os direitos humanos dos terroristas acima da protecção dos seus próprios cidadãos e se recusam a cooperar com a CIA. Mais uma vez, o antiamericanismo, tão difundido na UE, colocou a segurança dos seus cidadãos em perigo. Toda esta questão mostra a importância de cada Estado-Membro, preservar o direito de actuar de forma independente em assuntos de política externa e de serviços de informações.

Votei contra o presente relatório.

**Carlos Coelho (PPE-DE)**, *por escrito*. – Em 2007, o Parlamento Europeu, na sequência da investigação feita pela Comissão a que presidi, aprovou uma Resolução que continha dezenas de Recomendações que visavam prevenir a repetição dessas acções ilegais.

Prossegue agora um processo de avaliação da aplicação daquelas Recomendações seguindo uma metodologia proposta por mim. Recentemente o Presidente do PE enviou um pedido formal de cooperação aos presidentes dos parlamentos nacionais e uma audição realizar-se-á em breve.

Aprovar uma nova resolução antes de concluir o processo é uma precipitação que gera erros: o erro de falar cedo demais quando não há nada de novo para dizer; o erro de ceder à vontade de instrumentalizá-la para atingir pessoas ou fazer política doméstica; o erro de começar por criticar Barak Obama quando devíamos investir no relançamento da cooperação transatlântica beneficiando da mudança da administração norte-americana.

Por isso não poderei votar a favor desta resolução. Igualmente não poderei votar contra um texto que recorda valores essenciais do respeito pelos Direitos Humanos, pelo Estado de Direito e pela procura da verdade. Assim, abster-me-ei.

**Jas Gawronski (PPE-DE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, a minha decisão de votar contra a resolução é determinada pelo facto de se repetirem os conceitos contra os quais o meu grupo já se pronunciou no voto final da Comissão Temporária sobre a alegada utilização pela CIA de países europeus para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros (TDIP). Formulo esta avaliação na qualidade de coordenador do grupo PPE da anterior Comissão Temporária TDIP e do grupo de trabalho que lhe deu continuidade na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos.

A referida comissão decidiu enviar um questionário a cada um dos Estados-Membros para esclarecer os factos ocorridos na sequência do inquérito do Parlamento Europeu. No entanto, como é do conhecimento do Senhor Presidente, até hoje não foi recebida nenhuma resposta àquelas questões, nem mesmo após a sua solicitação por escrito.

Considero, portanto, pouco judicioso votar um novo texto que pretende apresentar novas conclusões, quando a verdade é que não dispomos de qualquer novidade a publicar. Parece-me que se trata de mais um apelo eleitoralista por parte dos grupos da esquerda, e não tanto de uma tentativa de estabelecer a justiça.

**Ana Maria Gomes (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Votei efectivamente pela manutenção da referência a Portugal, incluindo a referência às responsabilidades do Governo de Durão Barroso, não obstante o facto de achar que o texto do referido parágrafo poderia ser mais preciso e mencionar “nova informação factual” e não apenas “informações da imprensa”.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Não minimizando importantes aspectos com os quais claramente discordamos, assim como flagrantes omissões e contradições, a presente resolução:

- “denuncia a não adopção, (...) de qualquer acção (...) no sentido de clarificar o programa de entregas extraordinárias”;

- “insta os Estados-Membros, a Comissão e o Conselho a (...) prestarem assistência no apuramento da verdade, mediante a abertura de inquéritos ou a colaboração com os organismos competentes, (...) garantindo a realização de um efectivo controlo parlamentar das actividades dos serviços secretos”;

- “exorta a UE, os Estados-Membros e as autoridades norte americanas a investigarem e esclarecerem cabalmente os abusos e violações do direito internacional e do direito nacional em matéria de direitos humanos, liberdades fundamentais, proibição da tortura e de maus tratos, desaparecimentos forçados e direito a um julgamento imparcial no âmbito da “guerra contra o terrorismo”, com vista a apurar responsabilidades (...), e a fim de assegurar que tais violações não se repitam no futuro (...)”;

No entanto a resolução não desmistifica nem denúncia o fundamental, ou seja, a denominada “luta contra o terrorismo”, nem condena o que designa por “manutenção limitada de regimes de entrega e centros de detenção secretos” por parte dos EUA.

Impõe-se uma condenação clara e o apuramento da verdade, aliás, como o PCP propôs na Assembleia da República e PS, PSD e CDS-PP rejeitaram!

**Jens Holm e Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Embora existam elementos polémicos na resolução sobre a CIA, tais como saudar os acordos UE-EUA sobre cooperação judiciária e extradição, votei, ainda assim, a favor da resolução numa perspectiva de apoiar os direitos humanos e de tentar lançar luz sobre o programa de extradições não judiciais.

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) A resolução adoptada por esta Câmara reafirma que, de acordo com o artigo 14.º da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, qualquer vítima de um acto de tortura tem direito a reparação e a uma compensação justa e adequada. É revelador que deputados desta Câmara pertencentes ao Partido Conservador britânico tenham votado contra a resolução. É igualmente revelador que os deputados trabalhistas britânicos se tenham absterido. O moralmente falido Governo trabalhista levou o Reino Unido a entrar numa guerra ilegal e permitiu que os seus aeroportos fossem utilizados nos voos de entregas extraordinárias. Hoje, os votos dos deputados unionistas aumentam ainda mais esta vergonha.

**Kartika Tamara Liotard (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Embora existam elementos na resolução sobre a CIA, como o facto de se saudar os acordos UE-EUA sobre cooperação judiciária e extradição dos quais tenho uma visão muito crítica, ainda assim votei a favor da resolução, numa perspectiva de apoiar os direitos humanos e numa tentativa de lançar alguma luz sobre o programa de extradições não judiciais.

**Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito* - (SV) Já tive a ocasião de expressar o meu repúdio em relação às informações que têm vindo a lume sobre o tratamento de pessoas suspeitas, embora não condenadas, de certos crimes e que foram extraditadas e, em alguns casos, sequestradas pelas autoridades de vários países. Isso é totalmente inaceitável e é contra os princípios da democracia moderna. Esta questão ainda não foi esclarecida e portanto é bom que incidentes deste tipo estejam a ser discutidos.

A resolução do Parlamento contém muitos elementos positivos, mas há trechos irrelevantes que tornam as suas ambições em termos de política externa demasiado elevadas. Isso desvia o enfoque da questão principal, que se prende com a suspeita de violação dos direitos humanos. É lamentável. Por esta razão, votei contra a presente proposta de resolução.

**Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Votei contra a proposta de resolução sobre as alegadas actividades da CIA que envolvem o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros em alguns países europeus, porque o objectivo desta resolução é infundado.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que, do ponto de vista processual, os grupos políticos que assinaram esta resolução deveriam ter esperado pelas respostas dos parlamentos nacionais à carta do Presidente Pötering datada de 9 de Fevereiro de 2009, que solicitava pormenores das medidas tomadas pelos Estados-Membros após a resolução de Fevereiro de 2007 sobre esta matéria.

Em segundo lugar, é totalmente inútil ficarmos encalhados de novo em suspeitas e acusações contra certos Estados-Membros, provocadas pelo despacho emitido pelo Presidente Obama em Janeiro de 2009 solicitando o encerramento do centro de detenção de Guantánamo Bay dentro de um ano.

Quanto à Roménia, o Comissário Barrot mencionou no seu discurso, durante o último período de sessões, que acompanhou de perto as medidas que as autoridades romenas tomaram durante esta investigação. Creio que a Roménia tem demonstrado toda a boa vontade na sua cooperação e tem fornecido à Comissão e ao Parlamento Europeu toda a informação necessária, bem como os resultados das investigações realizadas sobre este assunto.

**Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Gostaria, também, desta vez, como por ocasião da sessão de Estrasburgo de 2 a 5 de Fevereiro, de reafirmar a minha oposição à resolução sobre as alegadas actividades da CIA que envolvem o transporte e detenção ilegal de alegados terroristas no território de certos países europeus.

As acusações formuladas contra a Roménia, de que esta tinha estado envolvida no programa de transferência de suspeitos terroristas, são infundadas. É, por isso, inaceitável que nome da Roménia tenha sido referido gratuitamente durante a discussão das alegadas prisões da CIA.

Até agora, só foram formuladas acusações contra nós sem nenhuma prova credível que as sustente. Na verdade, o relatório Martin é o melhor exemplo desta abordagem, porque as acusações que faz contra a Roménia não só são controversas como infundadas.

Penso que a argumentação subjacente a algumas destas sérias acusações faz parte do mesmo compromisso assumido pelos governos europeus de respeitar e promover as liberdades fundamentais, os direitos e valores da União Europeia, em nome dos quais foi iniciado o projecto de resolução.

**Luca Romagnoli (NI), por escrito.** – (IT) Senhora Presidente, com o meu voto favorável, pretendo apoiar a resolução sobre a alegada utilização pela CIA de países europeus para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros. Considero de extrema importância a aplicação rigorosa das recomendações elaboradas por este Parlamento no relatório da Comissão Temporária sobre a alegada utilização pela CIA de países europeus para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros, uma vez que a presença de centros de detenção secretos, os casos de desaparecimentos forçados e de tortura não só constituem uma evidente violação do direito internacional em matéria de direitos humanos, da Convenção da ONU contra a Tortura, da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Carta dos Direitos Fundamentais, mas são também intoleráveis num sistema internacional em que vigore a democracia e o Estado de direito.

Por estas razões, apoio a exortação dirigida através da referida resolução a todos os Estados-Membros para que esclareçam os abusos cometidos neste âmbito em nome da guerra contra o terrorismo, porquanto uma luta verdadeira e eficaz contra o terrorismo não pode ficar ela própria manchada por violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, violações essas contra as quais é conduzida.

**Brian Simpson (PSE), por escrito.** – (EN) Os eurodeputados trabalhistas acreditam que a presente resolução contém um certo número de pontos meritórios. De modo coerente, apoiámos a elaboração desta resolução, e aprovámos a resolução comum tal como foi apresentada em nome de quatro grupos parlamentares europeus.

No entanto, não podemos apoiar a resolução em apreço, se esta inclui acusações não provadas, ainda por julgar pelas autoridades competentes. Lamentavelmente, na forma como foi alterada, a resolução já não se baseia em factos comprovados e os trabalhistas britânicos no Parlamento Europeu não têm, infelizmente, outra opção que não seja abster-se.

**Marek Siwiec (PSE), por escrito.** – (PL) Não participei na votação, devido ao facto de desconhecer os detalhes das alterações à proposta de resolução em apreço.

**Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Embora existam elementos polémicos na resolução sobre a CIA, tais como saudar os acordos UE-EUA sobre cooperação judiciária e extradição, votei, ainda assim, a favor da resolução numa perspectiva de apoiar os direitos humanos e de tentar lançar luz sobre o programa de extradições não judiciais.

**- Relatório Jacek Saryusz-Wolski (A6-0019/2009)**

**Adam Bielan (UEN)**, *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, apoiei o relatório do senhor deputado Saryusz-Wolski. Felicito-me com o facto de o mesmo se referir principalmente aos acontecimentos de 2008, que representaram um teste à eficácia da política externa da UE. Confirmámos, uma vez mais, que a força da Europa reside na acção concertada. O mesmo se pode dizer das instituições europeias, que devem trabalhar em estreita associação, da mesma forma que os Estados-Membros, para que a Europa possa exprimir-se a uma só voz no plano internacional.

**Martin Callanan (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Dou o meu apoio à manutenção do veto nacional em matéria de assuntos externos, e estou cada vez mais preocupado com o crescente papel da UE na cena mundial, não obstante o facto de o Tratado de Lisboa ainda não ter sido ratificado.

No entanto, devo admitir que existem algumas áreas em que a União pode actuar em conjunto para expressar a sua vontade, e uma dessas áreas é o Taiwan. O Conselho expressou recentemente o seu apoio à participação significativa do Taiwan nas organizações internacionais. Apoio esta política porque acho que é inaceitável negar aos 23 milhões de habitantes do Taiwan uma voz na cena internacional.

Taiwan é uma democracia próspera com um sistema de saúde pública de qualidade superior. Questiono a moralidade da exclusão do Taiwan dos benefícios que, sem dúvida, resultariam de lhe ser concedido o estatuto de observador na Assembleia Mundial da Saúde (WHA). Além disso, espero que as instituições da UE, em conjunto, possam avançar sobre esta questão antes da próxima reunião da WHA, em Maio.

Congratulo-me com os comentários positivos do relatório sobre a melhoria das relações entre as duas margens do estreito de Taiwan.

Nesta perspectiva, o meu voto neste relatório foi de abstenção.

**Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Gostaria de felicitar o Presidente da Comissão dos Assuntos Externos, o senhor deputado Saryusz-Wolski, pelo excelente relatório apresentado. Penso que devemos dar particular atenção à Parceria Oriental. Na minha opinião, a Parceria Oriental deve ter uma estrutura institucional clara, com dimensões parlamentares e intergovernamentais, bem como órgãos técnicos e financeiros adequados.

Quanto à dimensão intergovernamental, penso que precisamos de estabelecer um calendário claro das reuniões ao nível ministerial que envolvam os 27 Estados-Membros com os seus homólogos dos países da Parceria Oriental. Obviamente, no caso da Bielorrússia, a decisão do Conselho da União Europeia de retomar as negociações, tanto com o governo de Minsk como com todas as forças democráticas deste país, deve ser apoiada. O regime autoritário da Bielorrússia deve perceber que a União Europeia estipula como condição firme de cooperação a necessidade de se respeitar os princípios democráticos e os direitos humanos.

Considero que a dimensão parlamentar da Parceria Oriental é importante, porque assegura a legitimidade democrática deste projecto. As reuniões da futura assembleia parlamentar devem contribuir para a aprovação deste projecto, quer por parte dos partidos no poder, quer por parte das forças de oposição, o que pode vir a resultar num governo alternativo, baseado na lógica democrática.

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) O grupo do Partido Comunista da Grécia no Parlamento Europeu votou contra o relatório anual sobre a aplicação da política externa e de segurança comum (PESC) da União Europeia em 2007.

De forma insultuosa, o relatório pede o reforço da presença política e militar internacional da UE, ou seja, das suas intervenções imperialistas em todo o mundo. Utiliza os problemas ocasionados pelo desenvolvimento, nomeadamente as alterações climáticas e as questões energéticas, como novos pretextos para o seu intervencionismo imperialista e para melhorar a sua posição em relação aos seus concorrentes imperialistas globais.

Ao mesmo tempo, pretende assegurar uma cooperação mais estreita e mais profunda com os EUA, com vista à adopção de uma abordagem conjunta face às reacções e resistência das massas populares ao seu domínio imperialista.

O relatório defende a intervenção imperialista de UE em diversas regiões do mundo, tais como os Balcãs Ocidentais, onde esta já implantou a força policial/judicial EULEX no Kosovo, todo o Médio Oriente, a Geórgia, África e outros, e está a procurar tornar-se ainda mais forte.

Ano após ano, a UE tem vindo a tornar-se mais agressiva e perigosa para os povos, obrigando-os a travar uma luta mais decisiva e coordenada para reverter esta política e a política dos EUA e da NATO, e, de um modo geral, a ordem imperialista.

**Jas Gawronski (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) O relatório em apreço critica a situação dos direitos humanos na China, mas também poderia ter mencionado a situação dos direitos humanos no Taiwan, que é exemplar. A próspera democracia do Taiwan, reforçada por protecções constitucionais e pelo Estado de direito, está em gritante contraste com a ditadura comunista totalitária existente na China.

Faço eco das palavras do relatório sobre a melhoria das relações entre as duas margens do estreito de Taiwan. O Presidente Ma Ying-jeou está de parabéns por este feito.

A PESC tem forçosamente um âmbito limitado, enquanto continuar sujeita a veto nacional. No entanto, congratulo-me com a recente manifestação de apoio do Conselho à participação significativa do Taiwan nas organizações internacionais. Espero que o Conselho e as restantes instituições apoiem a aspiração do Taiwan de ser admitido como observador da Assembleia Mundial da Saúde. É moralmente errado o Taiwan ser excluído de um fórum de saúde pública simplesmente por causa da pressão exercida pela China.

Nesta perspectiva, votei a favor do relatório.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Tal como outros dois relatórios debatidos e aprovados nesta sessão plenária, este está igualmente impregnado de ambição.

Descontando a retórica, o relatório considera que “os próximos meses proporcionarão uma oportunidade única para a UE elaborar, com a nova administração dos Estados Unidos, uma agenda transatlântica que abranja questões estratégicas de interesse comum, como uma nova ordem mundial (...)”, nomeadamente, tendo em vista a realização da próxima Cimeira da NATO ou da reunião do “G20”, previstas para Abril.

Aliás, o relatório (e a resolução) constitui uma autêntica agenda dos objectivos, prioridades e interesses das grandes potências da UE, seja nos Balcãs (Kosovo, Bósnia-Herzegovina), Europa de Leste (Cáucaso, Mar Negro, Bielorrússia, Geórgia, Rússia), Médio Oriente (Faixa de Gaza (!), Iraque), Mediterrâneo, Ásia Central (Afeganistão, Irão) África (Chade, Sudão, Somália, República Democrática do Congo) Ásia (China) ou na América Latina.

Nesta integram-se desde as mais descaradas violações do direito internacional, ingerência e intervencionismo, às mal dissimuladas ambições de domínio político e económico das grandes potências da UE.

Eis o real conteúdo e significado do denominado e propalado “papel da UE no mundo”, ou seja, a sua ambição de partilha do domínio de zonas de influência, de mercados e recursos naturais com os EUA e o Japão.

**Mieczysław Edmund Janowski (UEN)**, *por escrito*. – (PL) Dei o meu apoio inequívoco ao relatório do senhor deputado Jacek Sarysz-Wolski, relativo ao tema da política externa e de segurança comum. O relatório do Conselho para 2007 oferece uma boa descrição de diversos problemas neste contexto. Com efeito, é manifesta a insuficiência de recursos financeiros destinados à aplicação da PESC, particularmente em circunstâncias que envolvam um elevado risco de acções terroristas. O direito de viver em paz e numa atmosfera de segurança é uma das prioridades da UE. A segurança tem múltiplas dimensões: política, militar, energética e alimentar, entre outras. Neste domínio, a cooperação com outros países desempenha um papel de enorme relevo. Devemos reconhecer a importância especial das relações transatlânticas com os Estados Unidos da América e o Canadá, assim como a necessidade de reforçar a cooperação entre a UE e a NATO. As vantagens de uma Parceria Oriental merecem idêntico reconhecimento. Neste contexto, são dignas de nota as relações com a Rússia, Ucrânia, Geórgia e Bielorrússia. A União Europeia também pode exercer um papel positivo na situação do Médio Oriente. O recente conflito na Faixa de Gaza ilustra uma vez mais as circunstâncias dramáticas em que vivem os habitantes desta região, quer palestinianos, quer judeus.

No domínio da segurança, a acção da UE só produzirá resultados se falarmos e agirmos como um todo. Privilegiar os interesses individuais só produz benefícios temporários. Além disso, a solidariedade universal exige um respeito particular pelos valores fundamentais e os direitos humanos, assim como pela dignidade e a liberdade a que todo o indivíduo tem direito. Os resultados que, neste domínio, podem produzir os esforços diplomáticos, incluindo o emprego da chamada diplomacia preventiva, não são de forma nenhuma menores.

**Luís Queiró (PPE-DE), por escrito.** – Como resulta do debate e do relatório sobre a PESC, a ambição da União Europeia em termos de política externa é extensa. Como resulta claro da realidade, o papel da UE no mundo não corresponde a esta sua ambição. E, no entanto, não só ele é crescente como na maior parte dos casos os Estados-Membros concordam e actuam em colaboração. A partilha de valores, princípios e prioridades entre os 27 Estados-Membros da União Europeia é muito mais ampla do que os momentos de divergência podem fazer crer. Como, de resto, seria de esperar.

É por essa razão que sou favorável ao reforço do acordo sobre o que são as nossas prioridades e critérios de acção.

O reconhecimento, porém, de que há divergências que resultam, fundamentalmente, da existência de interesses e prioridades distintas não me leva a concluir nem a irrelevância da UE no mundo, nem a necessidade de impor uma política externa única a todos os Membros, contra os seus interesses ou mesmo a sua História. Uma comunidade constrói-se, e esse processo, mesmo que lento, tem maiores probabilidades de sucesso do que a vontade de impor uma unicidade que não é indispensável.

**Flaviu Călin Rus (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Votei a favor da proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório anual do Conselho do Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) em 2007, apresentado ao Parlamento Europeu nos termos do ponto 43 da Parte G do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006, no intuito de apoiar a paz, a dignidade humana, a democracia, o multilateralismo e o Estado de direito.

**Charles Tannock (PPE-DE), por escrito.** – (EN) O relatório Saryusz-Wolski contém algumas referências meritórias sobre o Taiwan, e em particular sobre a recente melhoria das relações entre as duas margens do estreito de Taiwan. Felicito o Presidente Ma pela sua iniciativa corajosa e determinada de melhorar as relações com a República Popular da China.

No entanto, receio que a UE não esteja a avaliar plenamente a importância de apoiar o Taiwan democrático e de dar aos seus 23 milhões de habitantes uma voz na cena internacional.

O Conselho apoia a participação significativa do Taiwan nas organizações internacionais. Já é tempo de o Parlamento reiterar esse apoio, especialmente no que diz respeito à aspiração do Taiwan de se tornar observador na Assembleia Mundial da Saúde.

É condenável a exclusão do Taiwan deste organismo, a mando da China. Enquanto médico, repudio a interferência da política em questões de saúde pública. Enfrentamos a China por causa do Tibete; enfrentamos a China por causa dos direitos humanos; é tempo de enfrentarmos a China por causa do Taiwan.

O meu voto foi de abstenção no presente relatório.

**Charles Tannock (PPE-DE), por escrito.** – (EN) Eu e os meus colegas conservadores britânicos saudamos a necessidade de uma eficaz cooperação intergovernamental no âmbito da PESC, desde que o Reino Unido mantenha o seu veto e a sua capacidade de agir sozinho, no seu interesse nacional, sempre que necessário. O relatório tem aspectos positivos a referir sobre a necessidade de uma maior cooperação internacional pelos 27 Estados-Membros da UE em áreas como as relações transatlânticas, a Geórgia, a Parceria Oriental e o Médio Oriente mais alargado.

No entanto, somos contra as referências, ainda que ligeiras, ao Tratado de Lisboa. Há muito que expressamos a nossa oposição ao Tratado e não acredito que seja do interesse do Reino Unido e da UE ter novas ferramentas de política externa previstas no Tratado. Por estas razões, absteremo-nos na globalidade.

#### **- Relatório Karl von Wogau (A6-0032/2009)**

**Adam Bielan (UEN), por escrito.** – (PL) Senhor Presidente, apoiei o relatório do senhor deputado von Wogau. Sou firmemente a favor do fortalecimento da PESD. O reforço da cooperação entre as forças armadas europeias representa, como salienta o relatório, um passo essencial para o estabelecimento de uma política externa e

de defesa comum. Concorde igualmente com a ideia de que a União Europeia deve procurar garantir não apenas a sua própria segurança mas também a dos seus vizinhos. Os conflitos bilaterais dos nossos vizinhos têm consequências directas sobre a UE.

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito.** – (EL) O relatório sobre a actualização da Estratégia Europeia de Segurança apoia abertamente uma maior militarização da UE no sentido de reforçar as suas capacidades militares para as suas intervenções imperialistas.

O relatório saúda o objectivo do Conselho relativo à aquisição pela UE de um contingente permanente de 60 000 militares tendo como base a força franco-alemã Eurocorps já existente, equipado com sistemas de armamento comuns e pronto para combater simultaneamente em "operações de reacção rápida" em diversas zonas do planeta. Os pretextos para a intervenção da UE, as ditas "ameaças" contra a sua segurança, aumentam constantemente, incluindo, para além do "terrorismo", sectores como as alterações climáticas, a segurança energética, o ciberespaço, os conflitos regionais, os transportes marítimos e até mesmo o espaço. De facto, a UE está a reservar-se o "direito" de intervir militarmente onde e quando considere necessário para proteger os seus interesses imperialistas e, ainda por cima, não só contra países e povos terceiros, mas também contra os povos dos seus Estados-Membros, para defender o poder dos monopólios se e quando for necessário.

Pelos motivos expostos, o Partido Comunista da Grécia votou contra o relatório. Só a desobediência popular e o corte com a política imperialista e antipopular da UE e com a sua construção em geral podem abrir o caminho para uma Europa de paz e prosperidade para os povos.

**Glyn Ford (PSE), por escrito.** – (EN) O senhor deputado von Wogau merece as minhas felicitações pelo seu trabalho, tanto aqui como, de uma forma mais geral, pela sua presidência da Subcomissão da Segurança e da Defesa. Apoio a ideia da criação de uma sede operacional militar da União Europeia. Claro que a NATO é e deve continuar a ser o nosso primeiro porto de escala quando a segurança está ameaçada. No entanto, ainda nos debates Bush-Gore, há mais de uma década, George Bush disse que, se fosse ele o presidente, não teria intervindo no Kosovo.

Ora, apesar da minha antipatia pela política externa da Administração Bush, parece-me que esta é uma posição perfeitamente razoável para Bush assumir em função do interesse próprio dos EUA. No entanto, não é uma posição que a Europa pudesse ou devesse ter seguido. Para além do forte argumento moral de que tínhamos a responsabilidade de proteger as pessoas que enfrentavam o genocídio pelos sérvios, tínhamos também as consequências de dezenas/centenas de milhares de refugiados. Nós, no nosso próprio interesse e no deles, devemos ter a capacidade de agir sem os americanos. Nesta perspectiva, será um pequeno preço a pagar o facto de termos uma sede operacional militar permanente na UE, pronta para essa eventualidade futura.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito.** – À semelhança do relatório sobre "o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE", o presente relatório (e resolução) reafirma como objectivo a afirmação e consolidação da UE como bloco político-militar com carácter ofensivo, em parceria com os EUA, no quadro da NATO.

Entre outros importantes (e clarificadores) aspectos, este relatório (e resolução) reafirmam o conceito ofensivo e global da NATO, considerando que "a Estratégia Europeia de Segurança actualizada e o futuro Conceito Estratégico da NATO devem ser coerentes e isso deve reflectir-se na Declaração que será adoptada na cimeira da NATO em Estrasburgo/Kehl, em Abril de 2009" e, indo mais longe, "exorta à criação de um Quartel-General de Operações da UE (...)".

O relatório (e a resolução) acaba por constituir uma autêntica denúncia (não que seja a sua intenção) da militarização da UE e do denominado "Tratado de Lisboa" que a institucionaliza.

Razão têm aqueles que, na Irlanda, denunciaram o carácter militarista e rejeitaram esta proposta de tratado, cuja ratificação significaria mais militarização das relações internacionais, mais corrida aos armamentos, mais ingerência e guerra.

Razão têm aqueles que, em Portugal, como o PCP, rejeitando este tratado, exigiram a realização de um referendo e de um amplo debate nacional sobre as suas gravosas consequências para o país, a Europa e o mundo, para a paz.

**Richard Howitt (PSE), por escrito.** – (EN) Os eurodeputados trabalhistas britânicos associaram-se ao Grupo Socialista na votação a favor do relatório. Os eurodeputados trabalhistas votaram contra o capítulo dedicado à criação de uma sede operacional permanente da UE para acções militares. Os eurodeputados trabalhistas têm questionado de modo coerente a necessidade desta nova estrutura institucional. Achamos que a Europa

precisa de se concentrar em se dotar de capacidades adequadas para delas fazer uso no momento certo, e em assegurar o funcionamento eficaz das instituições em vez de criar mais instituições, um luxo caro e supérfluo.

**David Martin (PSE)**, *por escrito*. – (EN) O relatório em apreço preconiza a criação de uma sede operacional, autónoma e permanente, da UE com a capacidade para realizar o planeamento estratégico e conduzir operações e missões no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). O relatório tem razão ao recomendar a reforma das Nações Unidas, a fim de tornar esta Organização capaz de satisfazer plenamente as suas responsabilidades e de agir eficazmente na elaboração de soluções para responder aos desafios globais e às principais ameaças.

**Alexandru Nazare (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Saúdo o relatório sobre a EES e a PESD que contém algumas observações relevantes e úteis para a definição das políticas futuras da União Europeia como actor global.

Gostaria de mencionar nesta altura a necessidade de coordenar a dimensão da segurança da União Europeia com a dimensão da NATO, para evitar qualquer duplicação de esforços e desperdício de recursos. Neste contexto, acolho com satisfação a iniciativa do Conselho de criar um grupo informal de alto nível UE-NATO.

Além disso, as relações com a Rússia deverão ser reavaliadas, face aos recentes acontecimentos nesta área. A fim de promover a estabilidade entre os vizinhos orientais e minimizar o impacto nos Estados-Membros, a União Europeia deve adoptar uma política forte em relação à Rússia, que deve ser formulada em estreita colaboração com os parceiros transatlânticos e incluir as organizações multilaterais relevantes, bem como a OSCE. Este objectivo está, também ele, intrinsecamente ligado à necessidade absoluta de garantir a segurança do abastecimento de energia na Europa, que não pode ser alcançada se não reunirmos forças através de projectos concretos que impliquem a diversificação dos recursos energéticos.

**Luís Queiró (PPE-DE)**, *por escrito*. – Olhando em redor da Europa é evidente que, em matéria de segurança, a União Europeia tem, deve ter, prioridades e preocupações estratégicas próprias. A geografia impõe-se, a geopolítica também. Dizê-lo não corresponde, de modo algum, a uma ideia de segurança ou a uma preocupação de defesa pensada em alternativa às nossas alianças, em particular a nossa aliança com os Estados Unidos da América. Dizê-lo corresponde, isso sim, a uma ideia de responsabilidade europeia. Se queremos segurança, temos a obrigação de estar disponíveis para suportar os encargos que ela impõe, sejam eles materiais ou humanos. E impõe, também, um acordo sobre o que é comum e partilhável nessa preocupação de segurança e nesses encargos. A segurança tem um preço, e a exigência de mais multilateralismo por parte dos nossos aliados implica um custo acrescido. Os tempos que aí vêm vão ser exigentes neste domínio. Os europeus não podem querer mais ser consumidores de segurança sem a pagar.

**Flaviu Călin Rus (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a Estratégia Europeia de Segurança e a PESD por considerar que a União Europeia precisa de desenvolver uma autonomia estratégica através de uma forte e efectiva política de segurança e de defesa. Também penso que a União Europeia deve ser capaz de garantir a sua própria segurança, bem como a dos seus vizinhos.

**Geoffrey Van Orden (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) A Delegação Conservadora opõe-se no essencial à participação da UE na defesa, domínio que este relatório visa alargar significativamente.

A PESD é um projecto político que não contribui com qualquer capacidade militar adicional, ao mesmo tempo que duplica e mina a NATO. Este relatório prevê ainda mais transferências inaceitáveis de competência nacional em matéria de defesa e segurança para a UE. Propõe "Forças Armadas europeias integradas" e "Forças Armadas sincronizadas da Europa", como um exército da UE em embrião. Além disso, está repleto de referências positivas ao Tratado de Lisboa, algo a que nos temos oposto tenazmente. Por isso, votámos contra o relatório.

#### - Relatório Ari Vatanen (A6-0033/2009)

**Jan Andersson, Göran Färm, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE)**, *por escrito* - (SV) Optámos por votar contra este relatório de iniciativa na sua totalidade, pois consideramo-lo supérfluo. Algumas partes do relatório são medíocres e não contribuem para o avanço do debate sobre a política europeia de segurança.

**Guy Bono (PSE)**, *por escrito*. - (FR) Votei contra este relatório, apresentado pelo deputado francês democrata-cristão Ari Vatanen.

O texto deste relatório incide sobre o papel da NATO na arquitectura da segurança da União Europeia. Trata-se de uma questão importante, que merece, efectivamente, ser colocada. No entanto, considerei que as respostas dadas neste relatório não eram as melhores e deixavam em suspenso o fundo do problema.



Com este voto, não pretendo com certeza negar o papel que a Europa deve desempenhar na cena internacional: enquanto potência económica e demográfica, é esperada nessa cena e deve agir segundo os seus valores em defesa da manutenção da paz e do diálogo intercultural. Contudo, o reforço da credibilidade militar da União Europeia é indispensável. Eis a razão por que recorro à minha preocupação com a construção de uma política europeia de segurança e de defesa que disponha de uma verdadeira autonomia.

Ora, em minha opinião, não é isso que promete o relatório Vatanen. Mantêm-se alguns obstáculos no que respeita, nomeadamente, às questões da desnuclearização e da relação com a Rússia. O número de alterações apresentadas prova que assim é (265): o texto do relatório está longe de ter conseguido unanimidade. Não dá resposta à preocupação principal: assegurar uma Europa da defesa forte, que coopere com a NATO, mas que não seja comandada por ela.

**Alin Lucian Antochi (PSE), por escrito. – (RO)** Em matéria de segurança e defesa, as acções realizadas pela União Europeia como actor global concretizaram-se na forma de intervenção para prevenir conflitos, conferindo-lhe desse modo o estatuto de principal promotor da paz no mundo. Se bem que, no final da Guerra Fria, houvesse dúvidas quanto ao papel da NATO, as novas ameaças à segurança e ao progresso registadas pelos europeus na área da defesa e na implementação de operações civis e militares em diferentes partes do globo acentuam a necessidade de um novo acordo de cooperação entre a União Europeia e a NATO.

No actual contexto, a inexistência de uma política externa comum europeia e as discrepâncias entre os Estados-Membros em matéria de financiamento e capacidade tecnológica militar fazem da NATO o parceiro indispensável para gerir as crises militares.

Adoptando uma divisão de esforços, em que a PESD apoie as operações civis e a NATO assegure o rápido destacamento de uma força militar numerosa, garantir-se-á que ambas as organizações se complementem e não concorram entre elas. Portanto, a proposta do relator de se criar uma sede operacional na União Europeia poderia servir precisamente este objectivo, ao complementar-se as estruturas actuais de comando da NATO no domínio das operações conjuntas civis e militares.

Além disso, devemos levar em linha de conta, nas futuras relações entre a União Europeia e a NATO, a situação dos Estados da Europa Oriental. Tendo isto presente, é importante promover uma política aberta e apoiar um diálogo construtivo com a Rússia, tendo por objectivo o estabelecimento de uma segurança colectiva nesta parte da Europa.

**Martin Callanan (PPE-DE), por escrito. – (EN)** Uma das mais espúrias alegações por parte da UE, no sentido da sua autojustificação, é a de que esta tem mantido a paz na Europa desde 1945. De facto, é a NATO que é em grande parte responsável pela manutenção da paz na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Há um forte lóbi antiamericano no Parlamento Europeu. E isto é algo que se lamenta bastante, pois o contributo desinteressado da América para ajudar a salvar a Europa nos anos quarenta e manter a paz neste continente desde então, é frequentemente obscurecido pela propaganda anti-EUA. O papel desempenhado pela América na nossa segurança colectiva é, e continuará a ser, essencial.

Há, evidentemente, pontos de intersecção entre o trabalho da NATO e da UE, mas estas são, no essencial, duas organizações diferentes. Há que resistir fortemente a qualquer tentativa por parte da UE para usurpar a primazia e a responsabilidade da NATO pela segurança transatlântica.

Nesta perspectiva, preferi abster-me.

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito. – (EL)** O relatório literalmente pinta de branco o que é negro e de forma insultuosa exalta a natureza e o papel supostamente "pacíficos" e "democráticos" tanto da NATO como da UE, que são culpadas de inúmeros crimes contra a humanidade, e apresenta-as como guardiãs comuns da paz e dos direitos humanos na Europa. De forma insultuosa e sem o menor vestígio de seriedade, chega ao ponto de afirmar que é suposto os cidadãos decidirem e o exército da NATO executar. Pede à UE que reivindique um papel reforçado na sua cooperação transatlântica com os EUA e a NATO, a fim de promover os interesses particulares do capital europeu.

Nesse sentido, insta ao reforço da cooperação na "gestão de crises", nomeadamente no Afeganistão e no Kosovo, e à melhoria do intercâmbio de informações entre as duas organizações imperialistas, etc.

Aplauze a iniciativa da França de regressar às estruturas militares da NATO, ao mesmo tempo que apela ao alargamento da NATO e da UE, e de forma inadmissível, pede a Chipre que adira à "Parceria para a Paz" da NATO.

O Partido Comunista da Grécia votou contra o relatório, condena o carácter criminoso e imperialista da NATO e da UE e sublinha a necessidade urgente de intensificar a luta das massas populares, por forma a retirar o nosso país das organizações e uniões imperialistas, bem como a necessidade de lutar para acabar com elas e subverter a ordem bárbara imperialista.

**Ana Maria Gomes (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Declaro o meu voto favorável na votação final do relatório Vatanen sobre o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Eis um relatório e uma resolução do PE que, apesar de conter um ou outro aspecto mistificador, é de leitura obrigatória.

Trata-se de um texto que clarifica - se dúvidas existissem - um dos objectivos e eixos centrais da UE e da sua proposta de "Tratado de Lisboa": a sua militarização e consolidação como bloco político-militar, no quadro da NATO, isto é, em parceria (concertação e rivalidade) com os EUA.

Sendo impossível comentar, nesta breve declaração de voto, todo o conteúdo deste relatório e resolução, sublinha-se que estes consideram que é chegado o momento de afirmação das grandes potências capitalistas da UE, pelo que afirmam aguardar "com grande expectativa as oportunidades proporcionadas pela cimeira que se realizará em Estrasburgo e Kehl por ocasião do 60.º aniversário da NATO para o rejuvenescimento da Aliança e para o reforço das suas relações com a União Europeia", de que a recente Conferência de Segurança de Munique foi o prólogo.

Neste quadro afirmam acolher "com entusiasmo a iniciativa francesa de um regresso formal às estruturas militares da NATO e os esforços realizados pela Presidência francesa no seio do Conselho da UE para aproximar a UE e a NATO, em resposta aos novos desafios da segurança".

Um relatório (e resolução) à medida das ambições imperialistas das grandes potências da UE.

**Richard Howitt (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Os eurodeputados trabalhistas britânicos são favoráveis à cooperação positiva entre a NATO e a UE, e congratulam-se com a partilha de experiências e de conhecimentos enquanto método essencial para reforçar capacidades básicas, melhorar a interoperabilidade e coordenar o planeamento, o equipamento e a formação. Votámos a favor do texto original do n.º 22, pois acolhemos com satisfação a participação francesa enquanto parte do reforço da cooperação UE-NATO.

Na votação final, os eurodeputados trabalhistas britânicos associaram-se ao Grupo Socialista e votaram contra o relatório, especialmente devido à inclusão de um capítulo inteiro dedicado à criação de uma sede operacional permanente da UE para acções militares. Os eurodeputados trabalhistas têm questionado de modo coerente a necessidade desta nova estrutura institucional. Achamos que a Europa precisa de se concentrar em garantir que possui as capacidades adequadas para delas fazer uso no momento certo, e em assegurar o funcionamento eficaz das instituições, em vez de criar mais instituições, um luxo caro e supérfluo.

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Não me foi possível apoiar o relatório Vatanen sobre o papel da NATO na segurança da UE. O relatório afirma que a NATO constitui o cerne da segurança europeia. Tenho uma opinião contrária. Creio que a segurança da Europa é reforçada pela Política Externa e de Segurança Comum da UE. A NATO continua, no entanto, a ser uma aliança baseada na posse de armas nucleares. Sou totalmente contra armas nucleares e o meu partido está empenhado em retirar todas as armas nucleares do solo escocês quando obtivermos a independência. Uma Escócia independente não permanecerá na NATO, enquanto esta for uma aliança com armamento nuclear.

**Erik Meijer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (NL) A NATO desempenhou um papel importante durante a Guerra-Fria, entre 1949 e 1989. A sua missão oficial era defender o território comum dos Estados-Membros contra invasões estrangeiras, sem actuar fora desse território. A justificação era a defesa de uma democracia pluriforme contra a ditadura. Na prática, porém, tratava-se, sobretudo, de proteger uma economia capitalista contra uma economia socialista. Às ditaduras de direita de Portugal e da Grécia foi-lhes permitido participar, tendo havido acordos bilaterais com uma ditadura semelhante em Espanha e tendo a colónia francesa da Argélia sido forçada a pertencer ao território da NATO até 1962. Quando desapareceram a União Soviética e o Pacto de Varsóvia, esta NATO perdeu a sua razão de ser. A sua subsistência constitui um problema para a UE, dado que seis Estados-Membros optaram pela neutralidade militar. A actual NATO continua a ser mais uma *coalition of the willing* em torno dos EUA do que uma extensão da UE. Este ano, precisamente quando a NATO está a fazer 60 anos, será necessário clarificar qual o papel que a NATO vai reivindicar no futuro. Se é o de polícia do mundo, que executa os seus próprios projectos independentemente das Nações Unidas,

tendo em vista beneficiar os Estados economicamente mais poderosos, esta organização irá revelar-se prejudicial e supérflua. Esse o motivo por que vou votar "não".

**Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Saúdo o relatório Vatanen pela apreciação realista da segurança europeia. Embora gostássemos de delinear uma política de segurança europeia, capaz de satisfazer as necessidades de segurança de todos os membros da União Europeia, temos de aceitar que já existe uma estrutura de segurança, a qual actua como o centro de gravidade de defesa da maioria dos Estados-Membros da União Europeia. Estou a referir-me à NATO.

No entanto, gostaria de sublinhar a importância de aproveitar as vantagens comparativas das duas organizações, de modo a elaborar-se uma política sólida de intervenção humanitária. Independentemente dos termos que se usem para formular a Estratégia Europeia de Segurança, o "mosaico" da União Europeia irá permitir-nos intervir em áreas complexas onde a diplomacia ou uma intervenção limitada só são possíveis graças à incomparável capacidade de subtileza da União Europeia. Da mesma forma, temos na NATO uma aliança sólida, com mecanismos testados e bem sucedidos, a que nós Europeus não devemos deixar de recorrer, com vista a reduzir o sofrimento que algumas forças conflituosas estão a provocar impunemente. Um primeiro passo para esta consolidação pode ser uma sede operacional para a União Europeia.

Sejam quais forem as políticas específicas para guiar as nossas acções externas, acolhemos favoravelmente a estreita cooperação transatlântica como a solução mais prática para estes desafios e como a materialização da nossa comunidade de valores.

**Luís Queiró (PPE-DE), por escrito.** – A situação geográfica da Europa impõe-lhe as suas prioridades e preocupações em matéria de segurança. Mas a integração da Europa e dos 27 Estados-Membros num conjunto de valores e num modelo de sociedade a que chamamos, em sentido lato, o mundo ocidental, é também definidora das ameaças e do nosso contexto de segurança. Por essa razão, a aliança que a maioria dos Estados-Membros da UE partilha com os Estados Unidos, entre outros, é e tem de continuar a ser um elemento central da nossa segurança.

No ano em que celebramos o 60.º aniversário da Aliança Atlântica, é tempo de repensarmos o seu conceito estratégico e adequá-lo à nova realidade. Depois do fim da Guerra Fria, é tempo de superar o fim do fim da Guerra Fria e adequar os conceitos à nova realidade em formação: a emergência do Pacífico, a maior relevância da Ásia, o papel que a Rússia procura redefinir para si própria, as ameaças representadas pelos Estados falhados e por grupos terroristas globais, entre outros.

Procuremos, pois, ser parte activa dessa redefinição estratégica, como parceiros plenos da Aliança Atlântica.

**Flaviu Călin Rus (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Votei a favor da proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre o "Papel da Nato na arquitectura de segurança da UE" por considerar que uma relação transatlântica forte e dinâmica é uma garantia da estabilidade e segurança na Europa. Na minha opinião, laços fortes entre a UE e a NATO contribuem significativamente para a razão de ser da União Europeia que se baseia no estabelecimento da paz, quer dentro de todo o seu território, quer além das suas fronteiras.

**Toomas Savi (ALDE), por escrito.** – (EN) Votei a favor do relatório de Ari Vatanen sobre o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE. O relator apontou as principais deficiências da actual "arquitectura de segurança" da UE, tendo apresentado soluções claras e eficazes para melhorar a segurança da União Europeia.

Concordo com o relator em que é fundamental para a segurança da Europa, bem como para o mundo em geral, manter e aprofundar a cooperação entre a NATO e a UE. Embora tenha havido vários melhoramentos que tornaram mais eficazes as relações NATO-UE, continua a haver margem para melhorias em muitos aspectos.

A fim de desenvolver uma cooperação mais eficaz, todos os Estados-Membros da UE deveriam estar presentes nas reuniões conjuntas UE-NATO. Os últimos anos, tendo em conta as questões pendentes entre Chipre e Turquia, mostraram claramente que as actuais reuniões UE-NATO não estão a ser tão bem sucedidas e produtivas quanto poderiam ser. Os EUA e a NATO devem ser considerados como parceiros e não como rivais. A UE e a NATO corrigem-se mutuamente e, em conjunto, os nossos objectivos comuns podem ser alcançados da forma mais rápida e mais eficaz.

**Peter Skinner (PSE), por escrito.** – (EN) Votei contra o presente relatório. Há algum tempo que a força e a segurança da Europa dependem dos aliados dispostos a desempenhar um papel activo na nossa defesa.

Nas fronteiras da Europa e em todo o mundo, é actualmente claro que a NATO continua a ser o elo de cooperação que proporciona a nossa segurança e a segurança de outros.

É evidente que, de vez em quando, alterações nos interesses estratégicos globais significam um ajuste de prioridades e abordagens. A necessidade da NATO em manter uma vigilância contínua e em ser apoiada, sobretudo neste momento, no Afeganistão, é essencial. É por isso que os pedidos de mais tropas e apoio logístico têm de ser escutados por outras nações europeias. Congratulo-me igualmente com o empenhamento francês, recentemente anunciado.

**Geoffrey Van Orden (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) A Delegação Conservadora congratula-se com alguns aspectos deste relatório, incluindo a confirmação da NATO como núcleo da segurança europeia, bem como a exortação aos Estados-Membros no sentido de investirem mais na defesa. No entanto, é na sua essência um hino à PESD, à qual nos opusemos tanto em princípio como na prática durante mais de dez anos. Refere-se ao Tratado de Lisboa, a que nos temos tenazmente oposto, e também apoia a criação de uma sede operacional permanente da UE, instando à elaboração de um "Livro Branco sobre a Segurança e a Defesa da Europa" e elogiando de forma inequívoca a Agência Europeia de Defesa. Foram estas as razões que nos levaram a abster em relação ao relatório.

#### **- Relatório Pasqualina Napoletano (A6-0502/2008)**

**John Attard-Montalto (PSE)**, *por escrito*. – (EN) O Processo de Barcelona foi adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira para o Mediterrâneo, realizada em Paris, em 13 de Julho de 2008. Contribui para a paz e a prosperidade, e vai constituir um passo no sentido da integração económica e regional, bem como da cooperação em matéria de ecologia e clima entre os países do Mediterrâneo. Visto que o meu país é um Estado mediterrânico, encaro este processo com grande atenção. Concordo que a abertura do processo aos países não envolvidos na parceria aumenta a probabilidade de estabelecer paridade nas relações entre a União Europeia e os países mediterrânicos parceiros e de combater os problemas da região de um modo abrangente. Dado que provenho do arquipélago mediterrânico de Malta e Gozo, aprecio plenamente os contributos que o processo pode dar.

É essencial que o valor estratégico das relações euro-mediterrânicas e o acervo do Processo de Barcelona sejam reafirmados sob a forma de organizações regionais e de programas sub-regionais e orientações comuns para a cooperação bilateral. Este ponto adquiriu uma importância acrescida face aos recentes problemas na Faixa de Gaza e às declarações em Chipre.

**Adam Bielan (UEN)**, *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, o Processo de Barcelona destina-se a apoiar os países do Sul do Mediterrâneo à medida que alcançam o desenvolvimento e a independência. No âmbito de diversos programas, é importante dar a estes países a oportunidade de trocarem experiências com Estados-Membros da UE que também passaram recentemente por transformações políticas e económicas. Para este fim, é necessário estabelecer quadros de cooperação adequados.

Também apoiei o relatório, porque o auxílio da UE aos países da Bacia Mediterrânica em nada prejudica outras iniciativas de cooperação regional, como a Parceria Oriental.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Apesar da sua cuidada linguagem, o relatório peca por aquilo que objectivamente e conscientemente omite ou procura escamotear, por exemplo, a sua não denúncia e condenação da sistemática e brutal violação do Direito Internacional e dos Direitos do Homem por Israel - que coloniza os territórios ocupados da Palestina e oprime o povo palestino -, e por Marrocos - que coloniza o Sara Ocidental e oprime o povo saaraui.

O relatório escamoteia a inaceitável política de imigração da UE e o seu carácter desumano, criminalizador, securitário e explorador da imigração. Aliás, aceita que nos acordos entre a UE e os países mediterrânicos, por outro lado, se preveja "o financiamento de centros destinados aos imigrantes".

Por outro lado, o relatório não esconde que o modelo que advoga para a denominada "União para o Mediterrâneo" é, afinal, o da própria UE, pautado pela liberalização dos mercados (incluindo da energia), e pela concorrência capitalista, procurando assegurar o domínio político e económico das grandes potências. Daí apontar como objectivo a "realização de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre" e não uma "parceria euro mediterrânica (...) baseada na igualdade de tratamento, na solidariedade, no diálogo e no respeito pelas assimetrias específicas e nas características de cada país" como propusemos numa alteração que apresentámos.

Daí o nosso voto contra.

**Jens Holm e Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito* - (SV) Somos a favor de uma maior cooperação com os países da região mediterrânica, mas não podemos apoiar um aumento dos poderes da UE no âmbito da política da integração, conforme estipulado no número 29. Também lamentamos o facto de o relatório não impor nenhuma exigência às potências ocupantes, como Israel e Marrocos. Num relatório que fala do reforço dos direitos humanos na região mediterrânica, isso deveria ser o mínimo exigido. Por essa razão, votámos contra o relatório.

**Erik Meijer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - (NL) O Mediterrâneo constitui a fronteira meridional da UE. Há muitos anos que a União Europeia procura manter uma estreita cooperação com Estados costeiros que não pertençam à UE, alguns dos quais jamais poderão mesmo vir a aderir a ela. O Sul da Europa considera importante esta colaboração, que, todavia, é muitíssimo menos importante para o resto da UE. Não obstante, não existem grandes diferenças de opinião a este respeito, porque ninguém tem objecções a boas relações nas fronteiras externas da UE. Sobretudo por iniciativa da França, tem-se intensificado, ultimamente, essa cooperação e criado, nesse contexto, novas estruturas permanentes. A questão é saber qual é o objectivo dessas estruturas permanentes. Será uma tentativa de aproximação com as ditaduras da Síria e da Líbia, países que violam constantemente os direitos humanos? Será uma tentativa de encontrar uma alternativa para a adesão a longo prazo à UE, adesão que tem sido prometida aos Estados costeiros Croácia, Montenegro, Albânia e Turquia? Será um processo de estreitar mais os laços com Israel, não obstante o facto de, em consequência dos resultados das eleições de 10 de Fevereiro, não ser possível esperar, durante os próximos quatro anos, qualquer cooperação por parte desse país para o estabelecimento de um Estado vizinho palestiano com direitos iguais? Não me é possível, neste momento, subscrever esta proposta.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. - (DE) Os projectos propostos pela recém-formada União para o Mediterrâneo soam todos lindamente: o Plano Solar, colaboração na protecção civil, iniciativas conjuntas para a despoluição do Mediterrâneo e novos projectos portuários e de auto-estradas. No entanto, como todos sabemos, pode pôr-se o que se quiser no papel. É duvidoso que alguma coisa vá ser feita. No fim de contas, a antecessora da organização, a Euromed, não conseguiu efectivamente nada. Além disso, enquanto os Estados participantes não virem qualquer possibilidade real de estes projectos se concretizarem, não irão certamente sacrificar boas relações bilaterais existentes em nome de um projecto vago.

Como não acredito que a nova União para o Mediterrâneo tenha mais êxito do que a organização sua antecessora, votei contra este relatório.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor. Efectivamente, sou de opinião que a ideia de uma Parceria Euro-Mediterrânica, nascida com a declaração de Barcelona de 1995, está agora pronta a ser posta em prática de forma mais concreta e eficaz do que se verificou até ao presente. Congratulo-me com o facto de a relatora apoiar a decisão de reforçar a legitimidade democrática da União para o Mediterrâneo salientando o papel da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica. Creio firmemente que a instituição de uma parceria séria e duradoura deve ir além da mera cooperação económica e de apoio financeiro – muito embora estes aspectos sejam certamente importantes –, de molde a permitir a consecução de objectivos de paz e de estabilidade institucional, além de prosperidade e crescimento económico.

Partilho o desejo da relatora de que a consolidação das relações euro-mediterrânicas dê um novo impulso ao desenvolvimento de um espaço de segurança colectiva e individual que vá além das suas margens e de que a União Europeia contribua para a promoção do Estado de direito, do respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, da compreensão mútua entre povos e culturas diferentes que, lamentavelmente, são ainda muitas vezes violados, mesmo nos países com os quais a União mantém relações económicas regulares. Neste sentido, espero que os instrumentos a disponibilizar se encontrem à altura dos elevados objectivos que se propõe esta parceria.

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE)** *por escrito*. - (PL) O mais significativo, na minha opinião, é o facto de o acordo, no âmbito do Processo de Barcelona, facilitar a regulação de muitas questões regionais de carácter estratégico, como a segurança energética, a protecção ambiental e a gestão da água.

Gostaria também de chamar a atenção para os progressos substanciais alcançados no que respeita à criação de uma zona de comércio livre euro-mediterrânica, que deverá ficar definitivamente estabelecida em 2010. Ao mesmo tempo, gostaria de sublinhar a necessidade de um reforço importante da cooperação nas seguintes áreas: serviços (médicos e educativos), agricultura, que constitui a base da economia da região, e ainda, em articulação com esta última, monitorização da segurança alimentar.

Para concluir, gostaria de evocar o apoio à evolução democrática na região do Mediterrâneo. Na minha opinião, esta questão está ligada à necessidade de apoiarmos a integração social e as actividades dos habitantes da região. O diálogo, a promoção da tolerância entre diferentes religiões e culturas, bem como os projectos educativos, poderão abrir caminho a uma solução pacífica para os conflitos que dividem presentemente aqueles países.

**Charles Tannock (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Eu e os meus colegas conservadores britânicos apoiamos relações multilaterais euro-mediterrânicas mais fortes no âmbito do Processo de Barcelona e da União para o Mediterrâneo, que lhe sucedeu. Permitir-se-á, assim, uma cooperação económica e política mais estreita em termos do reforço da ajuda e facilidades comerciais, bem como nas questões de segurança, tendo como contraponto a promoção dos valores comuns no domínio da democracia e dos direitos humanos, bem como do Estado de direito.

Queremos deixar clara a nossa oposição ao Tratado de Lisboa, de acordo com a nossa política de há muito tempo, não podendo, nesta perspectiva, aceitar as referências que lhe são feitas no n.º 10 do presente relatório. No entanto apoiamos o relatório na sua generalidade e daí termos votado a favor.

**- Relatório Konrad Szymanski (A6-0037/2009)**

**John Attard-Montalto (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Votámos favoravelmente o relatório sobre a revisão do "Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria", tendo-se deixado claros os seguintes pontos:

- a componente mediterrânica do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria deverá complementar o Processo de Barcelona e os objectivos da PEV precisam de ser mais claramente definidos, a fim de reforçar o Processo de Barcelona ao favorecer uma abordagem regional multilateral;

- deveria ser reforçada a participação da UE na região do Mar Negro e uma Parceria Oriental ambiciosa. Existe também necessidade de acelerar a criação de uma zona de comércio livre em relação à Arménia, ao Azerbaijão, à Geórgia, à Ucrânia e à Moldávia em especial, logo que os países parceiros estejam prontos;

- deverá ser criada uma assembleia de países vizinhos da Europa Oriental ("Euroeast"), com a participação do Parlamento Europeu, nos mesmos moldes das assembleias "Euromed" e "Eurolat", com vista a aplicar o IEVP nos países da Europa Oriental, a saber, na Arménia, no Azerbaijão, na Geórgia, na Moldávia, na Ucrânia e na Bielorrússia.

Penso que temos de andar com cautela, tomando em consideração as sensibilidades da Rússia relativamente aos seus vizinhos mais próximos, uma vez que estamos actualmente a assistir a uma nova abordagem entre os Estados Unidos e a Rússia.

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, voto a favor. Num momento tão delicado como o actual, considero necessário consolidar a cooperação nas relações de vizinhança e de parceria, de modo a criar um ambiente amigável no espaço mais próximo da União Europeia, de acordo com o principal objectivo definido para a PEV.

Aspirando a uma maior integração e uma consequente aproximação a nível económico e político entre a União Europeia e os países vizinhos, concordo plenamente com o relatório apresentado pelo senhor deputado Konrad Szymański. Este solicita à Comissão que continue a desenvolver, em colaboração com os governos dos países parceiros, mecanismos de consulta da sociedade civil e das autoridades locais, para assegurar uma maior participação das mesmas na concepção e no controlo da aplicação do IEVP. Da mesma forma, convida a Comissão e as autoridades nacionais, regionais e locais a promoverem programas de geminação entre cidades e regiões, e a levarem a cabo de forma mais ambiciosa os programas de acção anuais nos domínios da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos, em consonância com os objectivos estabelecidos nos planos de acção da PEV, solicitando que sejam envidados maiores esforços a fim de persuadir os governos dos países parceiros a comprometer-se a empreender acções nesses domínios.

**Sylwester Chruszcz (UEN)**, *por escrito*. – (PL) Dei hoje o meu apoio ao relatório sobre o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria. Considero, com efeito, como nossos parceiros estratégicos, os países situados para lá das fronteiras orientais da UE. Embora não seja possível oferecer-lhes a perspectiva da adesão num futuro próximo, devemos desenvolver com eles laços de cooperação económica e política, a bem de toda a Europa.

**Mieczysław Edmund Janowski (UEN)**, *por escrito*. – (PL) Apoiei o relatório de Konrad Szymanowski sobre o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria. É uma iniciativa muito válida da União, que visa fomentar a cooperação entre a UE e os estados parceiros. A cooperação inclui acções destinadas a promover,

nomeadamente, o diálogo e as reformas que estes países devem realizar, a protecção ambiental, bem como iniciativas no domínio da segurança energética. Outros objectivos são a redução da pobreza, a promoção da igualdade entre os homens e as mulheres, o desenvolvimento do emprego e da protecção social e o fomento da cooperação transfronteiriça. Igualmente incluídas são as áreas da saúde, educação, direitos humanos, combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, assim como a cooperação nos domínios da ciência, educação, inovação e cultura. Urge, por este motivo, proceder a uma revisão de fundo de todos os Programas Operacionais do IEVP, tomando em consideração os países, regiões e domínios de acção envolvidos. Estas actividades deveriam contribuir para um alargamento da zona de comércio livre.

Importa notar que a Parceria Oriental não deve representar um impedimento para os países vizinhos da UE que desejem candidatar-se à adesão. Merece igualmente o nosso apoio o parágrafo que menciona as dotações de até 500 mil milhões de euros para o período 2008-2010 para assegurar a reconstrução da Geórgia e a reintegração das pessoas deslocadas, na sequência do conflito armado naquele país. Também concordo ser aconselhável rever a nossa cooperação com a Bielorrússia, e o envelope financeiro destinado a este país, para determinar se deve ser prosseguida a política de reaproximação encetada em Setembro de 2008. Concordo ainda com a necessidade de garantir que todas as ajudas financeiras concedidas às autoridades russas serão condicionadas ao reforço das normas democráticas na Federação Russa.

**Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito.** – (RO) A Política Europeia de Vizinhaça é um instrumento essencial para assegurar a estabilidade na parte oriental da UE. De facto, os acontecimentos ocorridos recentemente na região, tais como a crise na Geórgia e a crise do gás, demonstraram mais uma vez a necessidade que a União Europeia tem de definir uma estratégia capaz de lhe assegurar um papel activo nesta área.

Apoio este relatório, porque sublinha a importância de iniciativas como a da Sinergia do Mar Negro e da Parceria Oriental. Estas são particularmente dignas de mérito, por consolidarem a cooperação com os países da região, em especial com a Ucrânia e a República da Moldávia, mas também com os Estados do Cáucaso e da região do Cáspio.

Gostaria, também, de salientar que a implementação efectiva da PEV só pode ser alcançada se for aumentado o nível de assistência financeira aos programas financiados pelo IEVP e se for assegurada maior transparência na atribuição de fundos.

Além disso, a afectação da maior parte destes recursos deve visar a participação da sociedade civil dos países parceiros em projectos comuns e o apoio à mobilidade dos seus cidadãos. O IEVP pode tornar-se mais eficaz através de uma maior aproximação dos cidadãos dos países parceiros e do incentivo ao processo de "europeização" a todos os níveis. Por esta razão, apoio a eliminação dos obstáculos que impedem a livre circulação de pessoas provenientes desses países, especialmente através de uma simplificação da emissão dos vistos aplicada a estes Estados.

**Zita Pleštinská (PPE-DE), por escrito.** – (SK) A cooperação transfronteiriça representa um estímulo importante para o desenvolvimento sustentável das regiões transfronteiriças vizinhas. Os contactos mais intensos entre pessoas e a experiência pessoal no que se refere à democracia e ao Estado de direito constituem pré-requisitos importantes para uma implementação óptima dos projectos da Política Europeia de Vizinhaça, pelo que é necessário criar instrumentos específicos para assegurar a monitorização apropriada da forma como os programas operacionais comuns são geridos e implementados em ambos os lados das fronteiras da UE.

Congratulo-me com o facto de o relator Konrad Szymański ter incluído no seu relatório sobre a revisão do Instrumento da Política Europeia de Vizinhaça a cooperação transfronteiriça no âmbito do Instrumento Europeu de Vizinhaça e Parceria (IEVP). Votei a favor do relatório que facilitará o processo de negociação para países candidatos à adesão à UE. Países como a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia poderão aproximar-se mais da UE, beneficiando da PEV.

As minhas opiniões baseiam-se, até certo ponto, na minha própria experiência durante a implementação da iniciativa comunitária INTERREG IIIA, que envolveu um projecto conjunto da Polónia e da Eslováquia de drenagem para a povoação eslovaca Chmeľnica e a cidade polaca de Pliwniczna, do outro lado da nossa fronteira comum.

Estou firmemente convencida de que é preciso apoiar todas as iniciativas que visem uma formação especializada, incluindo a aprendizagem das línguas dos países vizinhos, assim como iniciativas de parceria para funcionários públicos. Acredito que análises adequadas relativas ao reforço das capacidades e à construção de instituições de ambos os lados das fronteiras da UE, tal como proposto pelo relator, contribuirão para a implementação deste instrumento.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto contra o relatório do senhor deputado sobre a revisão do "Instrumento Europeu de Política de Vizinhaça". Penso que devemos reconhecer que em alguns dos países abrangidos por este instrumento não se registou qualquer progresso em direcção aos objectivos de promoção da democracia, de estabilidade e de bom governo, de integração e de convergência económica com as políticas da União Europeia. Se é certo que a ajuda e a proximidade da União podem agir como incentivo à difusão e à aplicação de boas práticas, não é menos verdade que devem ser obrigatoriamente cumpridas as condições impostas pela União para essa ajuda e para os apoios financeiros.

A este propósito, concordo com o senhor deputado quando afirma que os apoios orçamentais sectoriais e gerais a título do IEVP devem ser acessíveis unicamente aos países capazes de fazer uso dos mesmos de forma transparente, eficaz e responsável e desde que constitua um incentivo real; justamente por estas razões, contudo, não posso concordar com a revisão do IEVP proposta pelo seu relatório. Há ainda muitos esforços a desenvolver antes de se poder falar da criação de uma verdadeira zona de comércio livre, sob pena de piorar as condições sócio-institucionais, já de si frágeis, dos países envolvidos, e de dispersar recursos substanciais da União Europeia.

#### - Relatório Thijs Berman (A6-0036/2009)

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Berman sobre o financiamento de acções que não se inscrevam no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento em países abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 1905/2006.

Concordo com o relator que a proposta de regulamentação apresentada pelo Parlamento é necessária para que os países que não cumprem os requisitos para a classificação como ajudas públicas ao desenvolvimento, mas que se mostrem abertos à promoção de valores político-económicos e de governação afins aos da Comunidade e com os quais a Comunidade mantenha relações estratégicas possam ser apoiados em projectos dignos de atenção. Nomeadamente, a instituição de parcerias entre agentes económicos, académicos e científicos, sobretudo em domínios tão significativos como a investigação científica e tecnológica, os transportes, a energia e o ambiente.

Creio que esta proposta irá necessariamente beneficiar não só os países envolvidos e a União Europeia, mas também toda a comunidade internacional, na condição de se efectuar uma avaliação correcta da elegibilidade para o financiamento e da validade de cada projecto apresentado.

#### - Relatório Hanne Dahl (A6-0426/2008)

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, sou a favor do relatório apresentado pela senhora deputada Hanne Dahl e concordo, citando o artigo 1.º do Serviço das Publicações da União Europeia, que se trata de "um serviço interinstitucional que tem por objecto assegurar, nas melhores condições possíveis, a edição das publicações das instituições das Comunidades Europeias e da União Europeia". Apoio o apelo dirigido pela senhora deputada às instituições europeias para que alterem as bases jurídicas das instituições interinstitucionais, por forma a que essas bases permitam uma atribuição clara das responsabilidades administrativas e políticas, dado serem neste momento difíceis de identificar.

Considero que o acesso à informação constitui o principal meio de aproximação da União Europeia aos seus cidadãos e, nesse sentido, o multilinguismo deve ser um instrumento essencial para a consecução dos objectivos do Serviço das Publicações; a publicação simultânea do Jornal Oficial em todas as línguas oficiais da União permite garantir a correcta compreensão de todos, sendo necessário que este princípio seja extensivo a todas as actividades do Serviço das Publicações.

**Nicodim Bulzesc (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente este projecto de decisão, dado que nele são tidas em conta as solicitações do PE e são claramente atribuídas responsabilidades administrativas e políticas ao Serviço das Publicações e à Comissão, ao contrário do que se passou com a anterior decisão, datada de 2000.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Mesmo depois de todos estes anos desde a sua constituição, a UE continua a não estar próxima dos seus cidadãos. Ela pressupõe simplesmente que todos os cidadãos usam a internet e são capazes de se orientarem no *website* da UE sem dificuldade. Porém, não é isso que se passa, pois as páginas da internet são muitas vezes só entendíveis para iniciados, além de que nem sempre são inteligíveis em todas as línguas. Muitos Estados têm também uma forte tradição no domínio da imprensa escrita, que é um meio importante de fornecer informação isenta aos cidadãos.



A UE está constantemente a sublinhar a importância da política de informação, mas, a este respeito, está a permitir que se desenvolva uma lacuna de informação. Em primeiro lugar, os jornais de referência sofrerão enormes prejuízos se perderem os registos do Jornal Oficial de publicação obrigatória, e, em segundo lugar, todos aqueles que não estão familiarizados com as novas tecnologias estarão em desvantagem. Por esta razão, votei contra o relatório Dahl.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório da senhora deputada Dahl sobre a organização e o funcionamento do Serviço de Publicações da União Europeia.

Concordo que a decisão anterior, datada de 20 de Julho de 2000, deve ser substituída, sobretudo para passar a ter em conta a observação formulada pelo Parlamento Europeu no procedimento de quitação referente ao exercício de 2001. Considero também que o relatório é útil para esclarecer a atribuição de responsabilidades políticas e administrativas no Serviço de Publicações da União Europeia e que esse esclarecimento é necessário para que o referido Serviço desempenhe as suas funções de forma correcta, com fluidez e eficiência.

**Presidente.** - Estão encerradas as declarações de voto.

**11. Correções e intenções de voto: ver Acta**

**12. Comunicação de posições comuns do Conselho: ver Acta**

**13. Entrega de documentos: ver Acta**

**14. Decisões sobre determinados documentos: ver Acta**

**15. Transmissão dos textos aprovados na presente sessão: ver Acta**

**16. Calendário das próximas sessões: ver Acta**

**17. Interrupção da Sessão**

**Presidente.** - Dou por interrompida a sessão do Parlamento Europeu.

*(A sessão é suspensa às 12H50)*